

REVISTA DO ENSINO

ÓRGÃO DA DIRETORIA DE ENSINO REPARADO

Melânia Mendonça Rodrigues
Niédja Maria Ferreira de Lima
Vívia de Melo Silva
(organizadoras)

LEITURAS SOBRE A REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA

— 1932-1942 —



JOÃO PESSÓA — AGOSTO DE 1938

JOÃO PESSÓA — ABRIL DE 1942

MELÂNIA MENDONÇA RODRIGUES
NIÉDJA MARIA FERREIRA DE LIMA
VÍVIA DE MELO SILVA
(Organizadoras)

**LEITURAS SOBRE A *REVISTA DO ENSINO*
DA PARAÍBA (1932-1942)**

 **EDUFPA**
Campina Grande
2019

L533 Leituras sobre a revista do ensino da Paraíba – 1932-1942 [livro eletrônico] / Melânia Mendonça Rodrigues, Niédja Maria Ferreira de Lima, Vivia de Melo Silva (Org.). - Campina Grande: EDUFCG, 2019.

175 p.

(E-book)

ISBN: 978-85-8001-250-7

1. Imprensa Pedagógica. 2. Revista do Ensino. 3. Educação na Paraíba. I. Rodrigues, Melânia Mendonça. II. Lima, Niédja Maria Ferreira de. III. Silva, Vivia de Melo. IV. Título.

CDU 37:070

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Editores Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEL)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

PREFÁCIO.....7
APRESENTAÇÃO.....15

1 IMPRENSA E EDUCAÇÃO: A *REVISTA DO ENSINO* DA
PARAÍBA
Melânia Mendonça Rodrigues; Vivia de Melo Silva.....19

2 ORIENTAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NA *REVISTA DO*
ENSINO DA PARAÍBA: O ESCOLANOVISMO E O
ESTADONOVISMO
Vivia de Melo Silva; Melânia Mendonça Rodrigues; Niédja Maria
Ferreira de Lima53

3 “A ESCOLA SÓ RECEBE ALUMNOS LIMPOS”: OS
INVESTIMENTOS DA *REVISTA DO ENSINO* EM
LAPIDAR CORPOS HIGIENICAMENTE
EDUCADOS NA PARAÍBA (1932-1942)
Azemar dos Santos Soares Júnior; Alexandro dos Santos.....89

4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA *REVISTA*
DO ENSINO DA PARAÍBA
Eleny Gianini; Niédja Maria Ferreira de Lima.....113

5 A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA LEITURA NA
REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932-1934)
Merygláucia Silva Azevedo137

6 UM NOVO PROFESSOR PARA UMA ESCOLA NOVA?
Pâmella Tamires Avelino de Sousa; Melânia Mendonça Rodrigues..153

PREFÁCIO

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Foi com muita satisfação que recebi das organizadoras deste livro o convite para prefaciá-lo. A iniciativa de publicar estudos sobre a *Revista do Ensino* vem em boa hora, uma vez que se trata de um dos mais importantes periódicos já publicados na Paraíba, destinado prioritariamente a professores, educadores e administradores da educação no mencionado estado. A sua publicação foi, muito possivelmente, inspirada em outras que já existiam com o mesmo nome e semelhantes objetivos gerais. Nesse sentido, temos a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, que foi criada e fechada em 1892, reeditada em 1925, fechada em 1940 e novamente recriada em 1946, circulando, mesmo que irregularmente, até o ano de 1971. Na Bahia, em 1893, foi publicada a *Revista do Ensino Primário*, todavia não dispomos de maiores informações sobre a sua periodicidade. Em São Paulo, a *Revista de Ensino* foi criada, em 1902, pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e circulou até 1919. No Rio Grande do Sul, a *Revista do Ensino* teve a sua primeira edição em 1939 e foi publicada até o ano de 1942. A da Paraíba teve o seu primeiro número publicado em 1932 e a sua última edição em 1942.

Vale ressaltar que, apesar da importância sociocultural que tiveram as revistas e jornais ao longo da História do Brasil, até a década de 1970, conforme analisou Luca (2005, p. 111), “ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do

Brasil” ou seja, reconhecia-se a importância dos impressos, “mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”. Essa caracterização mais generalizante também pode ser aplicada para os periódicos que lidavam especificamente com as questões escolares e/ou educacionais no seu sentido mais ampliado.

Passados aproximadamente trinta anos, isto é, a partir dos anos de 1990, as fontes impressas se tornaram uma das mais utilizadas pelos historiadores e, especialmente, pelos historiadores da educação. Em recente estudo realizado por Pinheiro (2018) sobre a conformação do IX Congresso Brasileiro de História da Educação, ocorrido na cidade João Pessoa, em 2017, os periódicos (revistas e jornais), apareceram com significativa frequência, ficando somente abaixo das fontes oficiais/legais, ou seja, às referentes a leis, decretos, regulamentações e normatizações. É, ainda, interessante

observar que, nos últimos anos, a imprensa e seus impressos deixaram de ser prioritariamente fontes para se transformarem também em objetos de pesquisa. Esse aspecto, certamente, vem garantindo um número crescente de pesquisas, estudos além das suas consequentes publicações” (PINHEIRO, 2018).

Um exemplo disso, entre tantas outros, é esta publicação que chega no formato e-book ao grande público.

Mas, voltando especificamente para a *Revista do Ensino* da Paraíba, lembro-me que a primeira vez que tive informação sobre a sua existência foi quando fiz a leitura do livro de José Baptista de Mello, *Evolução do Ensino na Paraíba*, no início dos anos de 1990, quando já desenvolvia estudos e pesquisas no campo da História da Educação, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas

História da Educação da Paraíba – HISTEDBR-PB. Segundo o mencionado autor:

Por sugestão da Diretoria do Ensino e com o fim de levar ao professorado do interior não só o que se processa nos centros adiantados, em assuntos de educação, mas ainda para trazê-lo a par do movimento em relação ao Departamento da Instrução, foi criada a *Revista do Ensino*, por Decreto número 287, de 8 de Julho de 1932.

Grande vantagem tem oferecido esse órgão de publicidade: reúne lições que podem servir de padrão, desperta o gosto pelas letras e serve de veículo de ideias novas, aproximando elementos, estimulando-os ao mais eficaz desempenho de suas funções.

Revista do Ensino veio preencher sensível lacuna existente na Instrução Pública da Paraíba, levando ao conhecimento dos demais Estados o que temos feito, e transmitindo ao magistério conterrâneo planos de aulas, instruções, etc. (MELLO, 1956, p. 104).

Após a leitura do trecho acima reproduzido, fiquei extremamente curioso para ler a mencionada publicação. Tarefa que efetivei quando da realização da minha tese de doutoramento.

Mesmo considerando os estudos publicados por Fátima Araújo (1983, 1986), que tratam da história da imprensa na Paraíba, além do seu específico artigo, publicado em 1984, sobre a importância da *Revista do Ensino* para a educação paraibana, penso, salvo engano, ter sido um dos primeiros historiadores da educação da Paraíba a utilizá-la como fonte, especialmente para sustentar o meu argumento de que José Baptista de Mello havia sido, na Paraíba, um dos principais difusores dos ideais escolanovistas e talvez

um dos intelectuais mais sintonizados com as políticas educacionais implementadas pelo Estado ao longo dos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (PINHEIRO, 2002).

Lembro-me ainda que havia encontrado alguns esparsos números no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e que tive dificuldade, naquele momento, em acessar todos os seus números. A partir de então, a *Revista do Ensino* passou recorrentemente a ser consultada para as diversas problematizações de pesquisas no campo da História da Educação paraibana. Aquela dificuldade sentida por mim naquele momento foi finalmente superada uma vez que, em 2017, todos os seus números foram localizados e digitalizados e se encontram disponibilizados, conforme indicado na apresentação deste livro. Para além da mencionada publicação, agora contamos com este livro constituído por seis estudos que têm como referência central a *Revista do Ensino*. Um deles toma a mencionada revista como objeto de estudo e os outros cinco, como fonte para uma diversidade de objetos e problematizações.

Considerando o conjunto dos trabalhos aqui reunidos, do ponto de vista teórico, os autores se apropriaram de diversas perspectivas, tais como as fundamentadas por Antonio Gramsci, Norbert Elias, Michel Foucault e Roger Chartier. Essa diversidade de autores garante um amplo espectro de possibilidades interpretativas sobre os objetos selecionados pelas/os autoras/es.

Assim, o primeiro texto, escrito pelas professoras Melânia Mendonça Rodrigues e Vívica de Melo Silva, analisa a *Revista do Ensino* em sua materialidade, destacando seus elementos caracterizadores, a saber: a publicação e circulação, os objetivos e aspectos materiais dos seus exemplares.

Sobre a influência da Escola Nova nas orientações político-pedagógicas, durante o Estado Novo e sobre a formação do “novo professor”, também orientado pelo ideário escolanovista encontram-se neste livro dois estudos: um produzido pelas pesquisadoras Vívica de Melo Silva, Melânia Mendonça Rodrigues, Niédja Maria Ferreira de Lima; e o outro por Pâmella Tamires Avelino de Sousa e Melânia Mendonça Rodrigues.

Este livro ainda nos brinda com estudos sobre as questões higienistas, sobre a educação especial e sobre educação infantil sob a lente do que foi publicado em vários números da *Revista do Ensino*. O primeiro tema foi escrito por Azemar dos Santos Soares Júnior e Alexandro dos Santos, que procuraram questionar os discursos publicados na *Revista do Ensino* sobre a higiene com o intuito de entender o processo de medicalização da escola e a formação de uma cultura física. O texto escrito por Eleny Gianini e Niédja Maria Ferreira de Lima teve como intuito contribuir para a historiografia da Educação Especial da Paraíba, considerando como as pessoas com deficiência foram retratadas no mencionado periódico. Já o trabalho produzido por Merygláucia Silva Azevedo procurou analisar os enunciados sobre a infância, considerando seu lugar de produção, ou seja, o Estado da Paraíba a partir das matérias publicadas na *Revista do Ensino*.

Assim, este livro nos fornece um bom panorama de aspectos que envolveram as questões educacionais na década de 1930 e início dos anos de 1940. Mesmo considerando que a *Revista do Ensino* tenha sido pensada para atender algumas demandas do professorado paraibano, não deixou de tratar dos problemas que afligiam a educação nacionalmente. Daí a relevância desta publicação por falar do Brasil pela lupa da Paraíba.

Desejo ressaltar, para concluir, que, para além desses estudos já realizados, a *Revista do Ensino* da Paraíba apresenta uma infinidade de outras possibilidades de temas e objetos de pesquisas que, certamente, inspirado por este livro, hão de ser realizados por outros jovens e/ou experientes pesquisadores da História da Educação brasileira e, especialmente, paraibana.

João Pessoa, julho de 2018.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba:** dados históricos e técnicos. João Pessoa, PB: A União, 1983.

ARAÚJO, Fátima. A Revista do Ensino e sua importância para a educação na Paraíba. **Educação e Cultura**. Ano IV, n. 13, abr., maio, jun. 1984. p. 30-33.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba:** imprensa e vida. João Pessoa, PB: Jornal da Paraíba: Grafset, 1986.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo, SP: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 2. ed. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956. (Coleção Arquivos Paraibanos).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade São Francisco. 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. O que e como estão pesquisando os historiadores da educação brasileira: reflexões sobre o IX CBHE. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; SIMÕES, Regina Helena Silva; CURY, Cláudia Engler (Orgs.). **História da Educação:** global, nacional e regional. Vitória, ES: EdufES, 2018. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil: 14).

APRESENTAÇÃO

Este livro traz a público estudos acerca de um dos mais importantes periódicos pedagógicos paraibanos, a *Revista do Ensino* da Paraíba, publicação da Diretoria de Ensino Primário da Paraíba, que circulou por dez anos (de 1932 a 1942), deixando o legado de 18 números, distribuídos em 15 volumes.

Em que pesem sua longevidade e relevância para a história da educação pública paraibana, a escassez de exemplares disponíveis e a dificuldade de acesso a eles relegaram a revista a um certo ostracismo, cuja superação começa a ocorrer nos últimos anos e para a qual esperamos colaborar com esta publicação.

Congregando pesquisadores de três Instituições Federais de Educação Superior (UFCG, UFPB e UFRN), o livro reúne sínteses resultantes de processos investigativos variados, sendo o primeiro dos quais o projeto “Um impresso na história da educação da Paraíba: a *Revista do Ensino* (1932-1942)”, iniciado no âmbito do Grupo do Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia – PET/Pedagogia – da UFPB¹ e, posteriormente, desenvolvido como um projeto integrado da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG (UAEd/UFCG) com o Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB (DFE/UFPB).

Considerando a revista, articuladamente, como fonte e objeto, o projeto ora referido procedeu, inicialmente, à digitalização

¹ Nesse momento, a pesquisa contou com a participação das seguintes bolsistas do programa: Bruna Sonaly Diniz Bernardino, Jéssica Rodrigues Queiroz, Meryglauca Silva Azevedo, Pâmella Tamires Avelino de Sousa e Tatiana de Oliveira Leite.

dos quinze exemplares das edições originais da *Revista do Ensino*, encontrados na Biblioteca Átila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), alguns dos quais, em precário estado de conservação. Por se tratar – onde indicam os estudos realizados até o momento – da única coleção completa do periódico disponível em biblioteca pública, e considerando sua relevância para as pesquisas em História da Educação, os exemplares digitalizados foram disponibilizados, para consulta e *download*, no sítio: <<https://issuu.com/revistadoensino>>.

Articuladamente ao tratamento e à publicação eletrônica dos números da revista, o projeto procedeu ao estudo crítico-analítico do periódico, do qual decorrem três dos capítulos integrantes deste livro: “Imprensa e educação: a *Revista do Ensino* da Paraíba”, de Melânia Mendonça Rodrigues e Vivia de Melo Silva; “Orientações político-pedagógicas na *Revista do Ensino* da Paraíba: o escolanovismo e o estadonovismo”, de Vivia de Melo Silva, Melânia Mendonça Rodrigues e Niédja Maria Ferreira de Lima; “Um novo professor, para uma Escola Nova?”, de Pâmella Tamires Avelino de Sousa e Melânia Mendonça Rodrigues.

As investigações do Grupo de Pesquisas Educação de Surdos, Libras e Literatura Surda da UFCG acerca da história da educação de surdos na Paraíba implicaram o estudo da historiografia da educação especial no Estado, o que levou à consulta da *Revista do Ensino*, da qual advém, como contribuição para este livro, o texto “A história da Educação Especial na *Revista do Ensino* da Paraíba”, de Eleny Gianini e Niédja Maria Ferreira de Lima.

Em adição, pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, visando à elaboração de trabalhos de dissertação de mestrado e tese de doutorado na linha

de pesquisa em História da Educação, constituíram o embrião, respectivamente, dos capítulos “A educação da infância: uma leitura na *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1934)”, de Merygláucia Silva Azevedo, e “‘A escola só recebe alunos limpos’: os investimentos da *Revista do Ensino* em lapidar corpos higienicamente educados na Paraíba (1932-1942)”, de Azemar dos Santos Soares Júnior e Alexandro dos Santos.

Trazendo a marca do ineditismo de reunir e divulgar estudos desenvolvidos sobre a *Revista do Ensino* da Paraíba, esperamos que este livro contribua para estimular a realização de outras e necessárias análises acerca de periódico tão significativo para a História da Educação da Paraíba.

Por fim, mas não de menor importância, agradecemos às bibliotecárias da Biblioteca Átila de Almeida, cuja disponibilidade tornou possível a captura fotográfica dos exemplares da revista. Agradecemos, ainda, a inestimável contribuição de Laís Venâncio de Melo, ao editar, organizar e realizar a publicação eletrônica dos exemplares da revista.

Campina Grande, outubro de 2017.

As Organizadoras

IMPrensa E EDUCAÇÃO: A REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA

Melânia Mendonça Rodrigues
Vivia de Melo Silva

INTRODUÇÃO

Como uma primeira aproximação ao estudo da *Revista do Ensino*, e com respaldo na categoria da historicidade (WACHOWICZ, 2001), buscamos contextualizá-la no conjunto da imprensa paraibana das décadas de 1930-1940, tomando por base o inventário¹ das revistas que circularam no Estado, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras e Guarabira, da segunda metade do século XIX aos anos 1980 (ARAÚJO, 1986).

Do universo considerado pela referida autora, destacamos as duas primeiras cidades – respectivamente, a capital e o segundo mais importante polo político-econômico do Estado – e recortamos as décadas de 1930-1940, conforme apresentamos, a seguir, no Quadro 1, registrando, além do período de circulação, a natureza de cada periódico, definida pela temática predominante, segundo o estudo de Araújo (1986).

¹ Realizado por Fátima Araújo (ARAÚJO, 1986) e considerado como uma “obra-prima sobre a imprensa” paraibana (MELLO, 2011, p. 40).

**QUADRO 1: REVISTAS EDITADAS EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE
(DÉCADAS DE 1930 E 1940)**

Cidade	Período de circulação	Revista	Natureza
João Pessoa	1932-1936	<i>Menina</i>	Magazine
	1932-1942	<i>Revista do Ensino</i>	Técnica (educação)
	1932- ?	<i>De Tudo</i>	Literária e científico-filosófica
	1932-1940	<i>Revista Médica da Paraíba</i>	Técnica (medicina)
	1933- ?	<i>Revista da Associação Comercial da Paraíba</i>	Não especificado
	1934- ?	<i>Boletim da Diretoria de Produção</i>	Técnica (agronomia)
	1935-1935	<i>Fogueiras e Mastros</i>	Especializada (assuntos juninos)
	1935-1936	<i>Ilustração</i>	Magazine
	1938-1943	<i>Paraíba Filatélica</i>	Especializada (filatelia)
	1939-1940	<i>Cooperação</i>	Especializada (cooperativismo)
	1939-?	<i>Boletim de Publicidade Agrícola</i>	Técnica (agricultura)
	1939-1948	<i>Manáira</i>	Literária
	1947-1978	<i>Revista da Academia Paraibana de Letras</i>	Literária
1948-1962	<i>Nacionalidade</i>	Variedades	
Campina Grande	1920-1930	<i>Revista Campinense</i>	Ciência, indústria e arte
	1936-1939	<i>O Colegial</i>	Especializada (educação)
	1941-1941	<i>Fogueiras de São João</i>	Noticiosa e humorística
	1948-1952	<i>Manáira</i>	Literária

Fonte: ARAÚJO, 1986.

Conforme os dados expostos no Quadro 1, podemos constatar a intensa atividade editorial, notadamente na cidade de João Pessoa e no ano de 1932, quando, além da *Revista do Ensino*, são criadas outras três revistas. Tal intensidade, no entanto, coexiste com a efemeridade, uma vez que o período de circulação de quase metade

(44,4%) dos periódicos ou é indeterminado ou de até cinco anos. Por um período igual ou superior a 10 anos, circularam 22,2% dos periódicos, entre os quais se encontra a *Revista do Ensino* (10 anos), ao lado da *Revista Campinense*. Superando-as, a revista *Nacionalidade*, editada por 14 anos, e a *Revista da Academia Paraibana de Letras*, cuja longevidade (31 anos de circulação) constitui uma excepcionalidade, entre os periódicos criados nas décadas de 1930-1940.

Observamos, também, a grande incidência de revistas literárias e destacamos a iniciativa oficial em três periódicos, todos editados na cidade de João Pessoa: *Boletim da Diretoria de Produção*, *Boletim de Publicidade Agrícola* e *Revista do Ensino*, objeto do nosso estudo, cujos elementos caracterizadores passamos a apresentar.

O PERIÓDICO *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA*

Objetivando analisar a revista em sua materialidade², destacamos seus elementos caracterizadores, a saber: a publicação e circulação, os objetivos e aspectos materiais dos seus exemplares.

DA PUBLICAÇÃO E DA CIRCULAÇÃO

Produzida pela imprensa oficial e editada pela Diretoria de Ensino Primário, tendo como idealizador e primeiro editor o então titular do órgão, o professor José Baptista de Mello, a *Revista do Ensino* da Paraíba foi criada pelo Decreto nº 287, de 18 de maio de 1932, promulgado por Gratuliano da Costa Brito, então Interven-

² Sob essa dimensão, nossa abordagem é tributária do estudo de Biccás (2008) sobre a *Revista do Ensino* de Minas Gerais.

tor Federal Interino no Estado da Parahyba, como uma publicação de periodicidade trimestral. No entanto, conforme assinala Araújo (1984), “[embora] a revista trouxesse o distintivo ‘Publicação Trimestral,’ vê-se que não obedecia a essa periodicidade, a deduzir pelo espaço entre uma edição e outra” (p. 32, grifo do autor).

Além de não obedecer à periodicidade estipulada, observamos que, mesmo nos seus primeiros três anos de circulação, alguns exemplares da revista correspondiam a dois números, como exposto no Quadro 2, a seguir, em que discriminamos as edições e os números do periódico, segundo os anos de sua circulação. Nesse quadro, também fica demonstrado que, nos anos de 1937 e 1938, são editados apenas dois números da revista, um para cada ano, e que o periódico não circula nos anos de 1935, 1939, 1940 e 1941.

QUADRO 2: EDIÇÕES DA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA, POR ANO DE PUBLICAÇÃO

Anos	Meses	Números
1932 - Ano I	abril, julho, setembro	1; 2 ; 3
1933 – Ano II	março, setembro	4 e 5; 6 e 7
1934 – Ano III	março, julho, dezembro	8 e 9; 10; 11
1936 – Ano IV	maio, setembro, dezembro	12; 13; 14
1937 – Ano V	dezembro	14 (15) ³
1938 – Ano VI	agosto	16
1942 – Ano X	abril, maio, junho, julho	17; 18

Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

Devemos registrar que irregularidades de publicação não constituem uma característica exclusiva da *Revista do Ensino* do estado da Paraíba, já que Biccás (2008), em seus estudos, também constatou interrupções e alterações na periodicidade da revista de idêntico nome do estado de Minas Gerais.

³ Como pode ser constatado no Quadro 2, tanto o exemplar de dezembro de 1936 quanto o de dezembro de 1937 foram numerados como 14. No exemplar do ano de 1937 que consultamos, esse número está riscado, a caneta, sendo escrito, ao lado, o número 15. Por entendermos que esta última é a numeração correta, colocamos entre parênteses.

Para além da periodicidade, outro dado relevante, no que tange à circulação da revista, concerne à forma como ela chegaria aos seus leitores. A esse respeito, o artigo 3º do Decreto nº 287/1932⁴, estabelece que:

Será obrigatório para todos os funcionários do magisterio primário e normal a assinatura da revista do Ensino mediante a contribuição de seis mil réis (6\$000) annual, paga em prestações semestrais de três mil réis (3\$000) (ESTADO DA PARAÍBA, 1932).

Ainda neste aspecto, podemos identificar aproximações entre as revistas paraibana e mineira: embora a última fosse “distribuída gratuitamente para os inspetores de ensino, [dos] demais funcionários e professores seria cobrada uma assinatura compulsória com um valor máximo de 6\$000 (seis mil réis) anuais” (BICCAS, 2008, p. 34).

Eis como, por força de lei, era constituído um público leitor para uma publicação apontada, formalmente, como um veículo de formação dos professores primários.

DOS OBJETIVOS

Ao concluir seu artigo acerca da *Revista do Ensino*, Araújo (1984) assim se expressa:

A *Revista do Ensino*, veículo de comunicação de finalidade eminentemente cultural e educativa, fechava assim com brilhantismo uma existência de certa maneira longa – 10 anos, deixando um saldo

⁴ Em todas as transcrições, respeitamos a grafia original.

positivo de trabalhos de valor para o progresso da Educação no Estado. (ARAÚJO, 1984, p. 33, maiúsculas e itálico no original)

A autora reforça, com sua apreciação, a ideia de que a *Revista do Ensino* visava, precipuamente, a finalidades educativas, uma imagem bastante presente no senso comum paraibano, mas que carece de comprovação mais sólida, como pretendemos demonstrar a seguir.

De modo algo inusitado, o texto do Decreto nº 287/1932 silencia acerca dos objetivos da *Revista do Ensino*. Após o artigo 1º declarar criada a revista, o artigo 2º apresenta a redação a seguir transcrita, *in verbis*

Art. 2.º - A Revista do Ensino cuja publicação se fará trimensalmente nas oficinas da Imprensa Oficial, além da matéria de redação a colaboração que deverá versar sobre assumptos de ordem tecnica e profissional pedagogicas, publicará todos os actos officiaes referentes ao Ensino Primario e normal do Estado e dados estatísticos sobre a Instrução Publica e Particular. (ESTADO DA PARAHYBA, 1932)

Se nos ativermos apenas à leitura da letra da lei, tenderemos a considerar a *Revista do Ensino* como um periódico de natureza técnico-pedagógica e de cunho informativo. No entanto, a análise de um documento de política educacional – como o é um texto legal – não pode se ater, unicamente, ao explicitamente colocado. Em contrário,

O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomen-

dação supérflua, entretanto deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte. (EVANGELISTA, s. d., p. 10)

Para o tema ora em discussão, nem se faz necessário um grande esforço para “fazer sangrar a fonte”, uma vez que, segundo nossa compreensão, o preâmbulo do Decreto nº 287/1932 já fornece uma clara indicação dos reais propósitos da revista:

CONSIDERANDO que a actual diffusão que se verifica do Ensino Primario do Estado requer um orgam de sua divulgação e que ao mesmo tempo sirva de estímulo, não só ao professorado como também aos que se interessam pelos assumptos pedagógicos e educacionais;

CONSIDERANDO que já estava assentado pelo mallogrado Interventor Anthenor Navarro a publicação de uma Revista do Ensino, onde se compendiasse todo o esforço que o poder publico há dispendido nesse ramo da administração e o resultado delle decorrente [...]. (ESTADO DA PARAHYBA, 1932)

Em acréscimo, na primeira matéria do seu número um⁵, a *Revista* é apresentada como “uma revista, por meio da qual podessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino, pela divulgação dos novos methods e processos pedagogicos” (REVISTA DO ENSINO, 1932a, p. 3).

Tais finalidades guardam estreita consonância com as estabelecidas para a *Revista do Ensino* de Minas Gerais⁶, dentre as quais,

⁵ Embora não esteja, formalmente, caracterizada como um editorial ou uma apresentação da Revista, a matéria cumpre esse papel.

⁶ A Revista do Ensino de Minas Gerais, editada pela Diretoria de Instrução Pública, foi criada em 1892 e desativada logo em seguida. Reativada em 1925, circulou até 1940. Voltou a circular em 1946 e foi extinta em 1971 (BICCAS, 2008, p. 15).

“a reprodução dos atos oficiais referentes à instrução [e] à vulgarização do conhecimento de processos pedagógicos mais modernos e aperfeiçoados” (PRATES, 1989 apud BICCAS, 2008, p. 34).

Pelo exposto, o periódico paraibano, assim como seu congêneres mineiro, “na prática, deveria ter um duplo caráter, ser um veículo de propaganda governamental na área da instrução pública e, ao mesmo tempo, ser um instrumento na formação dos professores” (BICCAS, 2008, p. 45).

DOS ASPECTOS FORMAIS

O formato da *Revista do Ensino* não sofreu alterações expressivas durante todo o seu período de circulação (1932-1942), mantendo as dimensões de, aproximadamente, 19cm de largura e 12cm de altura. Em contrário, no que concerne ao total de páginas, observamos uma grande variação, em alguns números, de modo que temos desde exemplares com 62 páginas (considerando as páginas de contracapa, sumário, homenagem a alguma pessoa ilustre, entre outros), a outros com mais de 100 páginas, a exemplo do número 14, ano IV, de dezembro de 1936 (166 páginas).

Quanto à capa, cabe destacar, inicialmente, a relevância de que se reveste esse elemento, cujo projeto gráfico deveria contribuir para “[produzir] novos efeitos e sentidos para os leitores”, estimulando e atraindo as pessoas para a leitura do periódico (BICCAS, 2008, p. 100).

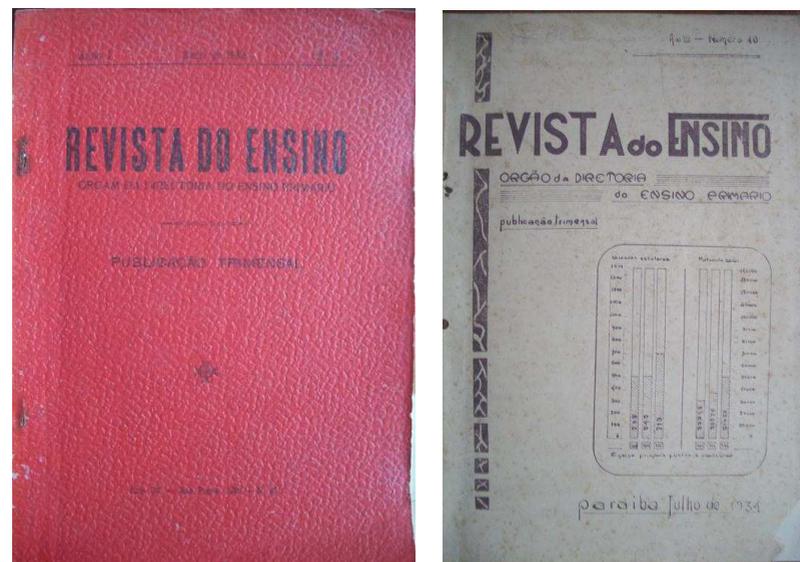
Em suas primeiras edições, a *Revista* parece não conferir maior atenção à última finalidade apontada por Biccas, uma vez que o projeto gráfico das capas, bastante simples, mantém-se inalterado do número um – Anno I, abril de 1932 – até o número

8-9, do Anno III (março de 1934), em que o destaque é o título, centralizado, no alto da página, com o subtítulo “Orgam da Directoria do Ensino Primario” logo abaixo.

Uma primeira modificação nesse formato ocorre na edição seguinte do mesmo Anno III, em julho de 1934, tornando a capa um pouco mais atrativa, mediante um discreto aprimoramento estético, pela modificação dos caracteres do título e a introdução de uma tarja vertical no seu lado esquerdo. Ademais, a capa começa a “produzir significados”, dedicando espaço privilegiado à apresentação de um gráfico, contendo dados referentes a unidades escolares e matrículas no ensino primário público e particular.

A Figura 1, a seguir, apresenta as imagens das capas dos números 01 e 10 da revista, permitindo a visualização das alterações descritas.

FIGURA 1: CAPAS DA *REVISTA DO ENSINO*, ANO I, Nº 1, E ANO III, Nº 10

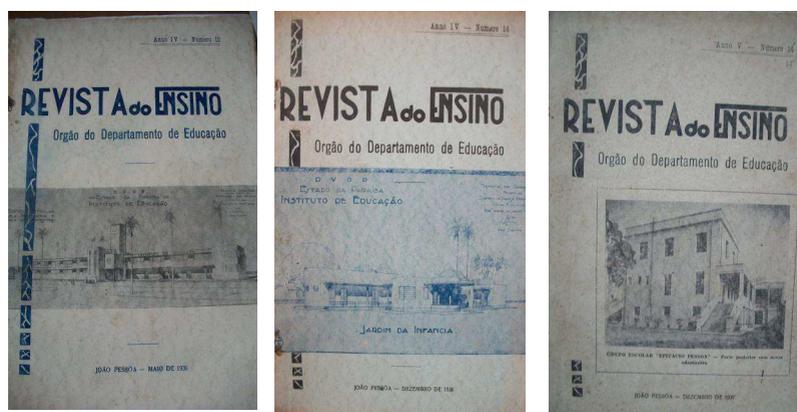


Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

Dando seguimento à tendência inaugurada pelo número 10, as capas das edições dos anos de 1936 e 1937 da *Revista do Ensino* da Paraíba (respectivamente, os números 12, 14 e 15) aprimoraram estratégias para atrair a atenção dos leitores, ao aperfeiçoarem a qualidade artística do seu projeto gráfico, tanto pela variação de cores, quanto por passarem a utilizar imagens de prédios escolares, como sejam: o Instituto de Educação, no número 12; o Jardim de Infância, no número 14; e o Grupo Escolar Epitácio Pessoa, no número 15.

Acerca da escolha de tais imagens, lembramos que a ênfase em prédios escolares corrobora o ideário da República brasileira das instituições de ensino como símbolo do saber, dada a importância – proclamada nos discursos oficiais – atribuída à educação escolarizada no ideário republicano. Em acréscimo, mas não de modo secundário, serviam como anúncio de modernização arquitetônica e educacional, bem como de propaganda das ações governamentais. Observemos as referidas capas, reproduzidas na Figura 2, a seguir.

FIGURA 2: CAPAS DA REVISTA DO ENSINO, ANO IV, Nº 12 E 14, E ANO V, Nº 15



Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

O significativo aprimoramento do projeto gráfico das capas, atingido nas edições destacadas na Figura 2, sofre uma inflexão em sentido contrário, marcada pela progressiva simplificação nos números 16, 17 e 18, os três últimos da *Revista*.

Marcando o início de tal simplificação, a capa do número 16, publicado em 1938, mantém os traços gerais do projeto gráfico do seu antecedente, mas, em lugar das imagens dos edifícios escolares, apresenta o mapa do Estado da Paraíba, completamente branco sobre um retângulo na cor verde. As duas edições do último ano – Ano X, 1942 – constituem a culminância desse processo de simplificação: exatamente iguais, as capas contêm apenas as informações básicas do periódico, como pode ser observado na Figura 3.

FIGURA 3: CAPAS DA REVISTA DO ENSINO, ANO VI, Nº 16, E ANO X, Nº 17



Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

Quanto ao seu conteúdo, embora não seja estruturada em seções, a leitura do sumário dos números da *Revista do Ensino* per-

mite identificar temáticas recorrentes, a saber: noções de psicologia educacional; diretrizes para a educação das crianças; métodos e processos de ensino; higiene escolar e educação sanitária; estrutura física das escolas; seminários e conferências sobre educação; atos oficiais referentes ao Ensino Primário e Normal do Estado; e dados estatísticos sobre a Instrução Pública e Particular (dados numéricos de matrículas no ensino primário).

É importante destacar que todos os números do periódico trazem estatísticas e atos oficiais, como decretos, criação de escolas, transferências de sede e transformações de cadeiras, nomeações, jubilações, exonerações e licenças de professores e inspetores. Mediante a divulgação de tais atos, a *Revista do Ensino* atende à finalidade prevista no já citado art. 2º do Decreto nº 287/1932, configurando-se como um órgão da imprensa governamental, mais especificamente, da Diretoria do Departamento do Ensino Primário.

A REVISTA DO ENSINO, UM VEÍCULO OFICIAL

Para além da publicação dos atos referidos ao final do item anterior, consideramos pertinente discutir a constituição da revista como um veículo oficial, isto é, como um canal de propaganda dos sucessivos governos estaduais, ao longo do seu período de circulação, respaldando-nos no entendimento de que a imprensa desempenha um papel fundamental na disseminação de concepções político-ideológicas na sociedade, transformando interesses de classe em interesses gerais. Dito de outra forma, “a imprensa escrita expressa o ponto de vista tendenciosamente daqueles que a produzem” (ZANLORENZI, 2010, p. 6).

Norteadas por essa compreensão, fundamentamos nossa leitura da *Revista do Ensino* no referencial gramsciano, cujas análises acerca da constituição da imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e do papel político-ideológico do jornalismo indicam que “muitas vezes, as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar, as funções desempenhadas pelos partidos políticos” (CAPELATO apud SOSA, 2006, p. 1).

Na concepção gramsciana, o Estado utiliza organismos da sociedade civil com função educativa e formadora de ideologias, configurando-se, cada vez mais, como Estado Educador (GRAMSCI, 2000a). Desse modo, a imprensa, assim como os demais meios de comunicação de massa, constitui um mecanismo direcionado a desenvolver ou inculcar as visões de mundo da classe dominante. Trata-se, aqui, da categoria gramsciana do senso comum, considerada, pelo pensador italiano, como um tipo de filosofia não elaborada, ou seja, uma visão de mundo recebida sem nenhuma reflexão por parte dos que a recebem.

O senso comum caracteriza-se, portanto, em primeiro lugar, pela sua adesão total e sem restrições a uma concepção de mundo elaborada fora dele próprio, que se realiza num conformismo cego e numa obediência irracional a princípios e preceitos indemonstráveis e “não-científicos”, funcionando no plano da crença e da fé. (MOCHOCOVITCH, 1990, p. 15, aspas do original)

Nessa direção, conforme destaca Gramsci ao analisar as revistas, importante papel cabe à “elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea” e à “difusão, por um centro

homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo” (GRAMSCI, 2000b, p. 205). Dessa forma, conclui o autor, “... o elemento fundamental para o êxito de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-intelectuais” (GRAMSCI, 2000c, p. 2049).

Assim norteada, nossa análise permitiu-nos identificar que a *Revista do Ensino* da Paraíba cumpriu o papel de instrumento do Estado-educador, a serviço da hegemonia dos grupos dominantes, levando a efeito, simultânea e articuladamente: a disseminação – ainda que, muitas vezes, de forma subliminar – da ideologia política assumida pelo bloco no poder; a legitimação dos diversos governos estaduais abrangidos por seu período de circulação, seja ao ostentar as ações e os grandes investimentos do governo para o ensino (obras públicas para expansão e modernização das instituições de ensino), seja ao realçar as virtudes pessoais do governante estadual ou ainda prestar homenagens a personagens da política local, estrategicamente inseridas ao longo do periódico.

No que respeita à legitimação, dois artigos, integrantes do número inaugural do periódico (abril de 1932), apresentados, dissimuladamente, como produções técnicas, constituem, a nosso ver, exemplos particularmente ilustrativos da propaganda das ações governamentais, articulada ao enaltecimento das virtudes pessoais do governante estadual.

O primeiro artigo, “Inspeção sanitária escolar”, de autoria do inspetor médico escolar Severino Patrício, sob a aparência de um relatório das atividades do Serviço Sanitário Escolar, constitui-se em uma peça laudatória ao interventor Anthenor Navarro, como atesta o trecho do parágrafo introdutório do artigo, transcrito a seguir:

O influxo vivificador porque vem passando o Ensino Público Primário da Paraíba, após a vitória da revolução de Outubro, e a assensão ao governo do Estado, do authentic revolucionario sr. Anthenor Navarro, moço intelligente e muito bem orientado nas cousas do nosso meio, justificam de modo insophismavel a criação do Serviço Sanitario Escolar, aspiração maxima dos professores do curso primario [...]. (PATRÍCIO, 1932, p. 21)

Esse parágrafo é entremeado por uma fotografia – que ocupa o centro da página – do gabinete dentário da Escola Normal da Paraíba, retratando o atendimento a um escolar, embora a ela não seja feita qualquer referência explícita no artigo em tela.

FIGURA 4: GABINETE DENTÁRIO DA ESCOLA NORMAL DA PARAÍBA



Fonte: Revista do Ensino, 1932a

Provavelmente escolhida para reforçar a ideia do “influxo vivificador”, demonstrando a superação do “espectaculo desolador” observado nas escolas públicas⁷, a fotografia ainda traz uma legenda – *Gabinete dentario escolar (Funcionando na Escola Normal)* – que reforça a ideia de efetividade das medidas adotadas pelo interventor.

Em direção similar, segue o inspetor regional do ensino, Prof. João Baptista Leite, no artigo “Caixas escolares”, no qual são tecidos comentários elogiosos tanto à atuação do governo estadual no ensino público quanto à pessoa do interventor, como se constata no excerto a seguir transcrito:

Novo rumo se há dado ultimamente, ao ensino publico primário do Estado. Providencias bem orientadas e efficazes tomam-se em beneficio da instrução popular...

[...]

O governo da Parahyba, justiça se lhe faça, tem se voltado com carinho para o problema do ensino...

[...]

Quero me referir (...) ás caixas escolares existentes no Estado e a seus humanitários beneficios.

[...]

Felizmente, esta iniciativa, como soe acontecer commumente, teve [...] do esclarecido governo do sr. dr. Anthenor Navarro, o amparo necessário á sua patriótica finalidade. (LEITE, 1932, p. 31-32)

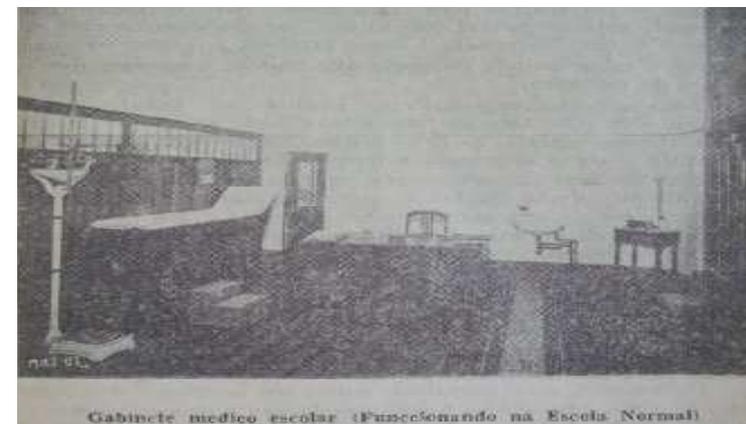
Corroborando esse cunho assistencial das caixas escolares, o articulista, com base nos relatórios dos presidentes das caixas escolares da capital, apresenta o cômputo dos “socorros prestados

7 O autor refere-se ao “espectaculo desolador dos (...) predios escolares, na sua quase totalidade, casas de residencias transformadas de uma hora para outra em escolas, onde quartos e salas mudavam apenas de denominação, sem luz e sem ar, sem hygiene, sem agua e sem conforto” (PATRÍCIO, 1932, p. 22).

pelas caixas escolares da capital⁸”, referente ao ano de 1931, considerando, em conclusão, “que as caixas escolares já vão prestando relevantes beneficios aos pobres que buscam nossas escolas publicas” (LEITE, 1932, p. 33).

Ainda à semelhança daquela anteriormente aludida, a primeira página dessa matéria também destaca, centralizada, a fotografia do gabinete médico da Escola Normal, embora o autor não inclua o atendimento médico entre as ações promovidas pelas caixas escolares, destinadas “a fornecerem roupas, calçados, remedios, lunchs e material escolar às creanças pobres” (LEITE, 1932, p. 32). Também aqui, ratificando a semelhança com a matéria que acabamos de destacar, a legenda da foto reproduz os termos daquela anterior, apenas substituindo “gabinete dentário” por “gabinete médico”.

FIGURA 5: GABINETE MÉDICO DA ESCOLA NORMAL DA PARAÍBA



Fonte: Revista do Ensino, 1932a.

8 Compreendendo os itens: lunchs (11.328); pennas (632); cadernos de papel (864); sapatos (248); mata-borrão (232); lapis (147); cadernos de calligraphia (296); cadernos para desenho (104); livros escolares (99); cartolina (62 folhas); agulhas (60); uniformes escolares (248); peças de linha (53); vidros de remedio (15); pares de meia (15); tinteiros (18); canetas (03) (LEITE, 1932, p. 33).

Como procuramos demonstrar, os dois colaboradores, vinculados ao Departamento do Ensino Primário, mediante suas publicações na *Revista do Ensino*, cumprem o papel de intelectuais orgânicos do bloco no poder, disseminando a imagem dos novos tempos, da melhoria do ensino público, ao tempo em que realçavam as virtudes pessoais do interventor estadual. Tal reforço ao personalismo, traço característico da política nacional e paraibana (GURJÃO, 1994; PINHEIRO, 2002), transparece, mais nitidamente, nas homenagens a personagens da política local, estrategicamente inseridas ao longo do periódico.

OS TEXTOS DE HOMENAGEM

Visando propiciar uma visão geral das homenagens prestadas, em textos, pela *Revista do Ensino*, reunimos, no quadro a seguir apresentado, os dados referentes aos números da Revista dos quais elas constam, às datas de publicação dos respectivos números, aos títulos das matérias (quando existente) e aos nomes dos homenageados.

QUADRO 3: HOMENAGENS PUBLICADAS NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932-1942)

Nº da REPB	Data de publicação	Matéria/ Homenageado
1	abril 1932	Uma homenagem - João Pessoa Interventor Anthenor Navarro
2	julho 1932	Interventor Gratuliano Brito A actuação de Anthenor Navarro na instrução publica
3	setembro 1932	Dr. Argemiro Figueiredo
6-7	setembro 1933	Prof. Joao Batista de Araujo Uma página que nos pertence - Prof. Joao Batista de Araujo
10	julho 1934	Decroly - o grande educador Prof. Francisco Xavier Junior
13	setembro 1936	Coelho Lisboa, professor
14	dezembro 1936	Uma grande figura nos fastos da educação nacional - Heitor Lyra da Silva
15	dezembro 1937	Homenagem merecida - D. Umbelina Garcez Dr. Aurelio de Albuquerque
18	maio, junho e julho 1942	Homenagem á memoria de Anthenor Navarro

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na *Revista do Ensino* da Paraíba

Conforme demonstra o Quadro 3, dos 18 números (15 edições) da REPB, 10 (nove edições) trazem textos em homenagem a personagens, apontados, pelo periódico, como de relevância no cenário político ou educacional. Trata-se de matérias que prestam homenagens a um total de 11 pessoas, como sejam: quatro governantes da Paraíba – João Pessoa, Anthenor Navarro, Gratuliano Brito e Argemiro Figueiredo; seis professores – Joao Batista de Araujo, Francisco Xavier Junior, Coelho Lisboa, Heitor Lyra da Silva, Umbelina Garcez e Aurelio de Albuquerque; e um pedagogo – Decroly.

A uma primeira vista, o maior número de homenagens nas categorias “professores” e “pedagogo” poderia permitir inferências de valorização do magistério pela REPB, o que caracterizaria uma predominância do caráter didático-pedagógico do periódico. Particularidades reveladas pela leitura das matérias, no entanto, fragilizam tal inferência, uma vez que:

- o texto “Decroly – o grande educador”, iniciando-se com a informação sobre a morte do pedagogo, “ha pouco mais de um ano”, discorre, na sequência, sobre o sistema Decroly, com destaque aos Centros de Interesse, de modo que, apesar do título e de alguns qualificativos – “grande observador”, “grande amigo da infância”, “bom dr. Decroly” – presentes no texto, entendemos que o objetivo maior da matéria é demonstrar a cientificidade e a importância do método, “que rapidamente provou sua eficácia, e é atualmente aplicado em diversos países, tanto da Europa como da America” (REVISITA DO ENSINO, 1934, p. 21);
- a matéria referente a Heitor Lyra da Silva, “Uma grande figura nos fastos da educação nacional”, é um comunicado da Diretoria Geral de Informação, Estatística e Divulgação do Ministério de Educação e Saúde Pública, ratificando as

comemorações, a serem feitas pela Associação Brasileira de Educação, do décimo aniversário de morte desse fundador e de um dos quatro presidentes da primeira diretoria da entidade (REVISTA DO ENSINO, 1936), não sendo, portanto, uma homenagem prestada, especificamente, pela REPB;

- a grande maioria (quatro) dos professores, três dos quais em homenagens póstumas (João Batista de Araújo, Francisco Xavier Junior e Coêlho Lisbôa), recebe destaque pelos cargos assumidos em instâncias governamentais, ficando secundarizada sua função de professor – via de regra, os textos trazem expressões como “também lecionou”. Observemos: João Batista de Araújo – fundador e redator da REPB e inspetor Técnico Regional; Francisco Xavier Junior – ex-diretor da Instrução Pública e da Escola Normal do Estado; Coêlho Lisbôa - representante da Paraíba no Congresso da República; Aurelio de Albuquerque - diretor do Grupo Escolar Abel da Silva e inspetor Técnico Auxiliar do Ensino. Todas essas homenagens apresentam, como traço comum, o elogio à larga cultura e competência do homenageado, bem como o destaque aos serviços prestados à instrução pública. Este último é a justificativa para que, por meio de decretos do governo estadual, os grupos escolares dos municípios de Souza e de Bananeiras recebam os nomes de “Prof. Batista Leite” e “Prof. Xavier Junior”, respectivamente.

Assim, apenas a homenageada na matéria intitulada “Homenagem merecida”, Umbelina Garcez, exerce, exclusivamente, o magistério. À diferença dos outros homenageados, tratados por seus títulos profissionais, a professora é tratada por “Dona”, uma forma respeitosa de tratamento às mulheres, de modo geral, mas sem referência específica à profissão docente, embora o texto es-

clareça tratar-se de uma professora diplomada pela Escola Normal Oficial e que exerceu o cargo de professora pública por 32 anos. São destacadas, fortemente, as virtudes – “alma forrada das mais lídimas virtudes”, “sacerdotisa do bem” – da homenageada; apontada, ainda, como “dona de uma cultura compatível com seu zelo e dedicação à causa do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 53). Por fim, após ressaltar a dedicação da professora que, mesmo aposentada, “mantem em sua residência um curso de admissão”, o texto conclui:

Um dos factos mais notaveis em sua carreira, é ter exercido, sem licença, o magisterio, durante 32 annos. É justa pois a homenagem que lhe rende esta Revista a fim de que o nosso magisterio se estimule, perante tanta dedicação e interesse em pról da causa da instrução em nosso meio. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 53)

Pelo exposto, parece-nos claro que, longe de se constituir em reconhecimento e valorização dos professores, as matérias publicadas na REPB, por um lado, expressam os estereótipos acerca dessa profissão e do trabalho feminino vigentes naquele momento histórico, segundo os quais os atributos de uma boa professora são abnegação, bondade, dedicação, entusiasmo, honradez e, principalmente, virtude e vocação, conforme já analisamos em outro texto (RODRIGUES, 2015).

Por outro, ao tempo em que reforçam a divisão sexual do trabalho docente, em que as mulheres exercem o magistério e os homens, os cargos de direção, as homenagens aos demais professores dissemina uma imagem de competência, que legitima a hierarquia e, em decorrência, as relações de poder no âmbito da educação pública estadual. Assim, a REPB cumpre seu duplo papel como

organismo do Estado educador (GRAMSCI, 2000a): apassiva os subordinados e reveste os integrantes do aparelho governamental dos atributos necessários para o exercício da “direção moral e intelectual” do conjunto da categoria.

Enquanto os textos de homenagem aos professores distribuem-se nos anos intermediários de circulação da REPB, os dedicados aos governantes concentram-se nos primeiro (1932) e último (1942) anos do periódico, predominantemente no primeiro, que não apenas reúne, nos seus três números, todos os governantes homenageados, como dá destaque àquele que tornará a ser homenageado no último número, Anthenor Navarro.

Emblematicamente, o texto “Uma homenagem” inaugura, no primeiro número da *Revista do Ensino*, os tributos prestados aos governantes, como um prólogo à íntegra do Decreto nº 1, de 7 de outubro de 1930, que tornou obrigatória a fixação, em local destacado das salas de aula, do retrato do ex-presidente do estado, João Pessoa, como “parte integrante do material didactico para a educação moral e cívica nos estabelecimentos de instrução do estado” (REVISTA DO ENSINO, 1932a, p. 9). No texto, João Pessoa é considerado como “martyr paraibano”, cujo “tragico desaparecimento” levara a “nossa população, tomada de desespero”, às ruas, chorando e “[clamando] por vingança contra os autores moraes da morte do seu ídolo” (REVISTA DO ENSINO, 1932a, p. 9).

Os excertos transcritos demonstram que a *Revista do Ensino* desempenhou um importante papel de disseminação do culto a João Pessoa, propiciando – retomando Gramsci – o “cimento ideológico” ao bloco no poder e atuando como trincheira da batalha política então travada no Estado, como analisa Gurjão (2001), para quem, na história política paraibana, o culto a João Pessoa

funciona, nos anos 1930-1934, como uma estratégia ideológica, objetivando “unir a classe subalterna ao projeto político do bloco dirigente” (GURJÃO, 1994, p. 117). Ademais, para a historiadora, naquele período,

[...] o bloco no poder enfrentou a oposição de ex-correligionários de 1930, insatisfeitos quanto à distribuição de cargos e ao crescente prestígio de José Américo. Destarte, os remanescentes do epítacismo disputam agora a predominância política, utilizando, ambas as facções, a herança política advinda da repercussão do assassinato de João Pessoa. O “sacrifício do grande presidente” era evocado pelos que estavam no poder como meio para legitimá-los como continuadores da obra de João Pessoa. (GURJÃO, 1994, p.112, grifo do original)

Ainda no ano de 1932, no segundo número da REPB, é saudada a efetivação, pelo “chefe da dictadura brasileira”, Getúlio Vargas, “de acordo com os desejos quasi unanimes do povo parahybano”, do interventor federal Gratuliano Brito, “um espirito ponderado e arguto”. Conclui a nota que a *Revista* “registra com verdadeira sympathia o acto do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, certa de que o novo Interventor parahybano continuará em sua administração, sem desfalecimento, a obra de renovação do ensino, tão bem iniciada em nossa terra” (REVISTA DO ENSINO, 1932b, p. 3).

Em seu último número – o terceiro – do ano de 1932, em nota de uma página, a REPB declara apoio e consideração a Arge-miro de Figueiredo, por sua nomeação, pelo interventor federal, para o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, referindo-se ao homenageado como “energia moça posta ao serviço da Parahyba”, “um verdadeiro paladino dos idéaes democraticos”, “um ardoroso cultor do direito e da justiça” e “uma figura digna do

nosso apreço” (REVISTA DO ENSINO, 1932c, p. 27). Ato contínuo, assumindo a titularidade da nota, “como autoridade superior do departamento de ensino”, o autor manifesta a “certeza que a sua gestão será do maior proveito para os nossos fóros educacionais, dada a sua lucida intelligencia e visão administrativa” (REVISTA DO ENSINO, 1932c, p. 27).

Diversamente dessas duas rápidas homenagens, ao interventor federal Anthenor Navarro, são dedicadas três matérias, respectivamente, nos números 1 (abril de 1932), 2 (julho de 1932) e 18 (maio, junho e julho de 1942). No número inaugural, publicado pouco após a morte do interventor, a REPB dedicou-lhe uma grande homenagem. Apresentando-o como “benemerito impulsor da instrução e orientador desta Revista”, a matéria apresenta uma breve biografia do homenageado e destaca suas ações no que tange à instrução pública, como segue:

Bem de perto acompanhamos aquelle que em sua administração fazia do problema do ensino o objecto de suas melhores cogitações. [...] Anthenor Navarro trouxe ao ensino popular as medidas mais acertadas. Haja vista o controle do ensino primario feito por elle, transformando a instrução municipal antiga, onde se alojava o filhotismo político da desgraça orientação que levou o Brasil à indesejável situação econômica em que se encontra, em serviço de verdadeira utilidade pública; a criação de um corpo de fiscaes technicos tornando o ensino mais efficiente; a diffusão de escolas por todos os recantos do Estado, procurando installa-las em prédios adequados com imobiliario preciso. Finalmente, ás subvenções ás caixas escolares e a nossa existência representam algumas de suas realizações relevantes em beneficio do ensino. (REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA, 1932a, p. 91-92)

Uma interessante estratégia é adotada nessa matéria: a associação do interventor federal Antenor Navarro ao presidente João Pessoa. Assim, o interventor é considerado como “integro discípulo do mallogrado presidente João Pessoa” e “seguro continuador da formidável obra traçada pelo Grande Presidente” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 92). A REPB, mesmo na homenagem a Anthenor Navarro, dá continuidade ao culto a João Pessoa, que, além dos adjetivos anteriormente citados, recebe o epíteto de “a victima immolada do destino” (REVISTA DO ENSINO, 1932a, p. 91-92).

Ainda no mesmo ano, o segundo número da *Revista*, sob o título “A actuação de Anthenor Navarro na instrução publica”, dedica três elogiosas páginas às realizações do interventor nessa área. Definindo o ensino popular como o traço predominante da administração do “malgrado Interventor”, “amigo extremado de sua terra”, o texto descreve o que considera como as “sementes que não podem, nem devem morrer”, concluindo que “seriam obras de maior vulto a nos legar se a morte não o arrebatasse tão cedo” (REVISTA DO ENSINO, 1932b, p. 44-45).

Do último número da *Revista*, consta a “Homenagem à memoria de Anthenor Navarro – por ocasião da passagem do 10º aniversário do seu desaparecimento”, em que são descritas as atividades realizadas no dia 26 de abril, quando “todo o Estado, num preito de gratidão e saudade, (...) [prestou] várias homenagens à memoria de Anthenor Navarro” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 120). Segundo a matéria, “esses atos de pública demonstração de afetiva homenagem” decorrem das ações empreendidas, pelo governante, em prol da educação. Após listar as realizações já apresentadas no segundo número da *Revista*, o texto é concluído afirmando que “outras medidas tomadas pelo malgrado Interventor recomendam

a sua memória à admiração e ao culto cívico de quantos admiram os resultados de sua obra de sentido altamente social e patriótico” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 120).

A ênfase posta nas virtudes pessoais do interventor estadual, sua vinculação à figura de João Pessoa, a caracterização de ambos como mártires contribuem para reforço ao personalismo, traço característico da política nacional e paraibana (GURJÃO, 1994; PINHEIRO, 2002), construindo a imagem dos governantes como encarnações do bem comum, ao tempo em que ocultam os interesses de classe efetivamente atendidos por esses governos. A REPB, portanto, dissemina, junto aos professores, uma interpretação ideológica da política paraibana, como uma estratégia de busca da adesão desses profissionais ao bloco no poder.

AS FOTOS DE HOMENAGEM

Como analisado no item anterior, era emblemático, nas páginas da REPB, o espaço destinado às homenagens prestadas para figuras de destaque da sociedade paraibana, principalmente ligadas à política local. Essas homenagens não se limitavam a matérias e artigos escritos, mas também, mediante publicização de fotografias de personagens escolhidos pela direção e integrantes da revista para receber homenagens.

A recorrência das homenagens em fotografias apresentadas ao longo dos 18 números da REPB (15 edições) pode ser observada no quadro que expomos a seguir, considerando respectivamente: números da revista; datas de publicação dos respectivos números; nomes dos homenageados em fotos e legendas; páginas onde foram localizadas as fotos.

QUADRO 4: FOTOS DE HOMENAGENS PUBLICADAS NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932 – 1942)

Nº da REPB	Data de publicação	Nome do homenageado em foto e legenda	Páginas
1	abril 1932	Presidente João Pessoa – “o benemerito iniciador da reforma do Ensino Primário”	s/n
		Dr. Anthenor Navarro, interventor federal	11
		Dr. Gratuliano da Costa Brito, Secretario do Interior, Segurança e Instrução Pública	43
		Prof. Eduardo Monteiro de Medeiros, director do Ensino Primario, actualmente comissionado no cargo de inspector do Ensino Secundario, junto ao Collegio “Pio X”	51
		Professor José Baptista de Mello, diretor interino do Ensino Primario	59
3	setembro 1932	Dr. Argemiro Figueiredo - Secretario do Interior e Segurança Publica	29
6-7	setembro 1933	Prof. Joao Batista Leite de Araujo [apenas]	63
11	dezembro 1934	Dr. Gratuliano Brito, Interventor Federal e Presidente de Honra da 2ª Semana Pedagogica	s/n
		Dr. Argemiro Figueiredo - Secretario do Interior e Presidente de Honra da 2ª Semana Pedagogica	7
		Prof. José Baptista de Mello, diretor do Ensino e Presidente de Honra da 2ª Semana Pedagogica	13
12	maio 1936	HOMENAGEM AO SR. DR. ARGEMIRO FIGUEIREDO [CABEÇALHO] – “O Governador que sancionou a Lei de 12 de dezembro de 1935, relativa à reforma da Instrução Publica”	Folha de rosto
13	setembro 1936	Homenagem da REVISTA DO ENSINO ao Dr. José Mariz, Secretario do Interior	1
14	dezembro 1936	Governador Argemiro Figueiredo, grande propulsor do ensino na Parahyba	1
		Dr. José Mariz, Secretario do Interior e Segurança Publica, a quem muito deve a Instrução e a Educação de nossa terra Celso Mariz, Secretario da Agricultura, Commercio, Viação e Obras Publicas, representante do Estado na Exposição de Estatísticas educacionais Professor Sizenando Costa – Organizador do mostuário da Parahyba à Exposição Nacional de Educação e Estatística	7
15	dezembro 1937	Profa. Umbelina Garcez (foto ilustrando a matéria)	53
		Dr. Aurelio de Albuquerque (foto ilustrando a matéria)	105
17	abril de 1942	Profa. Alice Azevedo (com texto)	5

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na Revista do Ensino da Paraíba.

Conforme os dados sistematizados no Quadro 4, é possível observar que, em dez anos de circulação da REPB (1932-1942), em seis anos foram homenageados diferentes personagens ligados à política local, mediante o uso da fotografia nas páginas do periódico pedagógico. É válido ressaltar que esses dez anos de circulação correspondem à publicação de dezoito números desse impresso, o que implica dizer que as homenagens através de fotografias foram prestadas exatamente em dez números das revistas (nove edições), como visto no Quadro 4. Além do mais, nos dez números nos quais foram identificadas fotografias em homenagens, ficou evidenciado que, em um único número, muitas vezes, se prestava mais de uma homenagem, como foram os casos das revistas de número 1 (ano de 1932), número 11 (ano de 1934), número 14 (ano de 1936) e número 15 (ano de 1937).

Com base no quadro antes apresentado, verificamos também que receberam homenagens, por meio da divulgação de fotos, treze pessoas, sendo predominante a escolha de personagens responsáveis por importantes cargos ligados diretamente à administração do Estado e ao ensino na Paraíba. Os homenageados de cargos ligados à administração estadual foram: o presidente João Pessoa; o interventor federal Dr. Anthenor Navarro; Argemiro Figueiredo, como secretário do Interior e Segurança Pública e como governador do Estado; o interventor federal Dr. Gratuliano Brito; o secretário do Interior, José Mariz; e o secretário da Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas, Celso Mariz. Vejamos algumas dessas homenagens com o uso da fotografia.

FIGURA 6: PRESIDENTE JOÃO PESSOA



Fonte: Revista do Ensino, 1932a.

FIGURA 7: GOVERNADOR ARGEMIRO FIGUEIREDO



Fonte: Revista do Ensino, 1936.

As fotos das figuras 6 e 7, homenageando João Pessoa, quando presidente, e Argemiro Figueiredo, quando governador da Paraíba, foram acompanhadas das seguintes legendas, respectivamente: “O benemerito iniciador da reforma do Ensino Primário” (REVISTA DO ENSINO, 1932a, s.p.) e “O Governador que sancionou a Lei de 12 de dezembro de 1935, relativa à reforma da Instrução Pública” (REVISTA DO ENSINO, 1936, Folha de rosto). Portanto, é evidente a estratégia de exaltação e indução a um reconhecimento, por parte do professorado, a esses personagens do bloco do poder.

Quanto aos professores que foram homenageados com suas fotos na REPB, podemos dizer que eram muito mais que professores, já que possuíam cargos ligados à diretoria de ensino. Foram eles: Eduardo Monteiro de Medeiros, José Baptista de Mello, Joao Batista Leite de Araujo, Sizenando Costa e Alice Azevedo. Destacamos, a seguir, as fotos de dois desses professores, reproduzidas nas Figuras 8 e 9.

FIGURA 8: EDUARDO MONTEIRO DE MEDEIROS



PROFESSOR EDUARDO MONTEIRO DE MEDEIROS, dir.

Fonte: Revista do Ensino, 1932a

FIGURA 9: JOSÉ BAPTISTA DE MELLO



PROFESSOR JOSÉ BAPTISTA DE MELLO, director Interino do Ensino Primário

Fonte: Revista do Ensino, 1932a

É válido especificar que não se tratava de meros mestres que recebiam homenagens, mas professores que ocupavam cargos de confiança ou já tinham assumido funções importantes no âmbito do ensino, indicados pelo bloco do poder, tais como: secretário do Interior, Segurança e Instrução Pública; diretor do Ensino Primário (Figuras 8 e 9); presidente de Honra da 2ª Semana Pedagógica, dentre outros cargos. Nesse sentido, reafirmamos: essas homenagens em fotos disseminaram no professorado o culto e a exaltação a essas personagens, assim como buscaram conseguir certa adesão dos profissionais da educação ao grupo político que se encontrava no poder.

É válido, ainda, salientar que essas fotografias em homenagem às personagens antes apresentadas vinham, na maioria das vezes, acompanhadas das matérias escritas, tornando, nestes casos, a fotografia um elemento de ênfase e de ratificação ao que se desejava explicitar.

CONSIDERAÇÕES

Os elementos da *Revista do Ensino* por nós apresentados ratificam a relevância desse impresso na história da educação da Paraíba, no aspecto aqui considerado, como um organismo não escolar do Estado educador, contribuindo para a hegemonia do grupo governante, ao desenvolver um processo de formação dos professores para além da dimensão técnico-científica, na dimensão ético-política, como fica claro nas homenagens apresentadas. Também ratificam o entendimento que expressamos, na introdução deste artigo, acerca do papel da REPB no conjunto dos órgãos da imprensa alinhados ao bloco do poder.

Desse modo, considerando que a REPB, em si, constitui, na concepção gramsciana, um importante intelectual orgânico das classes dominantes, destacamos a importância estratégica por ela assumida, ao atingir – como é sua proposta, definida no decreto de sua criação – todo o professorado da rede pública estadual paraibana, dada a relevância do professor dos primeiros anos de escolarização, notadamente das redes públicas de ensino, como um intelectual estratégico para a legitimação do projeto educacional e societal das classes dominantes.

Desvelar, portanto, a estratégia de disseminação da ideologia dominante acerca dos dirigentes e das relações de poder, junto a esses profissionais, como é feito, nitidamente, por meio das homenagens aqui destacadas, contribui para a construção de uma historiografia crítica desse impresso pedagógico, cuja importância no estado da Paraíba não pode ser minimizada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba:** dados históricos e técnicos. João Pessoa: A União, 1983. 149 p.

_____. A Revista do Ensino e sua importância para a educação na Paraíba. **Educação e Cultura**, ano IV, n. 13, abr., maio, jun. 1984. p. 30-33.

_____. **Paraíba:** imprensa e vida. João Pessoa: Jornal da Paraíba: Grafset, 1986. 405p.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação:** *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. 213 p.

ESTADO DA PARAHYBA. **Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932.** *Revista do Ensino*, ano 1, n. 2, julho de 1932. p. 9-10.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** s.d. 16 p. Disponível em <<http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

GRAMSCI, Antonio. Caderno do Cárcere 8. In: _____. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 3, p. 271-289.

_____. Caderno do Cárcere 24: Jornalismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 2, p. 196-213.

_____. Caderno do Cárcere 14. In: _____. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c. v. 2, p. 246-250.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. Perrepistas e liberais disputam o poder em 1930. In: _____ (Org.). **Estudando a História da Paraíba:** uma coletânea de textos didáticos. Campina Grande: EDUEPB, 2001. p. 89-94.

_____. **Morte e vida das oligarquias:** Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1994. 222p.

LEITE, João Baptista. Caixas escolares. **Revista do Ensino**, ano 1, n. 1, abr. 1932. p. 31-33.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Imprensa na Paraíba.** João Pessoa: A União, 2011. 75p.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola.** São Paulo: Editora Ática, 1990. 80p.

PATRÍCIO, Severino. Inspectoria sanitaria escolar. **Revista do Ensino**, ano 1, n. 1, abr. 1932. p. 21-23.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

REVISTA DO ENSINO, Ano 1, n. 1, abr. 1932a. João Pessoa: Imprensa Oficial. 92p.

_____. Ano III, n. 10, jul. 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial. 66p.

_____. Ano III, n. 11, dez. 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial. 70p.

_____. Ano IV, n. 12, maio 1936. João Pessoa: Imprensa Oficial. 166p.

_____. Ano IV, n. 14, dez. 1936. João Pessoa: Imprensa Oficial. p. 79-81.

_____. Ano V, n. 15, dez. 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial. 134p.

_____. Ano VI, n. 16, ago. 1938. João Pessoa: Imprensa Oficial. 75p.

_____. Ano X, n. 17, abr. 1942. João Pessoa: Imprensa Oficial. 56p.

_____. Ano X, n. 18, maio, jun., jul. 1942. João Pessoa: Imprensa Oficial. 120p.

RODRIGUES, Melânia Mendonça. **Concepção de professor na Revista do Ensino da Paraíba**. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, Maringá - PR. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: matrizes interpretativas e internacionalização, 2015. v. 1. p. 1-10.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e história**. Biblos, n. 19, 2006. 18p. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10997>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Diálogo Educacional**. v. 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 171-181.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, fontes e a imprensa. **Revista Histedbr on line**, n. 40, dez. 2010. 12p. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/index.html>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

2

ORIENTAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA: O ESCOLANOVISMO E O ESTADONOVISMO

Vívia de Melo Silva
Melânia Mendonça Rodrigues
Niédja Maria Ferreira de Lima

INTRODUÇÃO

Considerada como importante veículo de formação e de orientação pedagógica para o professorado, como também de difusão e publicidade das reformas implementadas na educação primária estadual, a *Revista do Ensino* do Estado da Paraíba (REPB) incorpora uma característica comum a suas congêneres, qual seja, a vinculação ao aparelho do Estado, o que lhe confere o duplo caráter de instrumento de disseminação dos interesses oficiais e de canal de veiculação das ideias e dos métodos modernos de educação.

Expressando esse duplo caráter, a REPB tem, como seu criador e primeiro editor, o professor José Baptista de Mello, titular do cargo – criado em 1931 – de diretor do ensino primário e apontado como “um expoente do escolanovismo paraibano nos anos vinte e trinta”, ou como “principal articulador do Movimento da Escola Nova [na Paraíba]” (CARVALHO, 2002, p. 4).

Nossas primeiras aproximações crítico-analíticas aos dezoito números da revista permitiram-nos identificar núcleos temáticos para estudo do material recolhido, o primeiro dos quais concernente à finalidade mais ampla do periódico, qual seja, a divulgação do ideário escolanovista. Na esteira dessa constatação mais ampla, passamos a analisar a efetivação dessa finalidade nos números publicados, constatando, a partir do número 16, de agosto de 1938, uma certa reconfiguração da revista, de acordo com a qual o ideário escolanovista perde centralidade ante as diretrizes político-pedagógicas do Estado Novo, desde então nela disseminadas.

Como já exposto no capítulo anterior, ressaltamos que nossa análise parte do entendimento de que a imprensa desempenha um papel fundamental na disseminação de projetos político-ideológicos, ou seja, busca difundir e sedimentar tais projetos na sociedade, transformando interesses de classe em interesses gerais. Ainda ratificando o já explicitado anteriormente, nosso estudo crítico-analítico do periódico permitiu-nos caracterizá-lo, com base no referencial gramsciano (2000a, 2000b, 2000c), como um veículo da imprensa oficial, cumprindo finalidades político-ideológicas de criação de consensos e de legitimação do bloco no poder.

Esses são os norteammentos subjacentes à identificação, na *Revista do Ensino* da Paraíba, das objetivações das duas referidas orientações político-pedagógicas, a serem aqui apresentadas, precedidas de breves considerações, contextualizando os respectivos movimentos na Paraíba.

O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA NO BRASIL E NA PARAÍBA

O ideário da Escola Nova nasceu na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, criticando a educação tradicional,

sobretudo, a predominância do intelectualismo e da memorização. Seu principal representante, o norte-americano John Dewey (1859-1952), fez críticas severas ao pensamento de Johann Friedrich Herbart, “especialmente por superestimar a centralidade do professor, encarregando de manipular os processos mentais do aluno por meio da instrução” (RAMOS, 2010, p. 175). Na visão de Dewey e de outros pedagogos do século XX, o pensamento herbartiano subestima e ignora a ação do aluno e sua capacidade de autoeducar-se.

Segundo Saviani (1985), essas críticas deram origem à pedagogia nova ou escolanovismo, cujo representante é o próprio John Dewey, que mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social. Assim,

[...] as esperanças de que se pudesse corrigir a distorção expressa no fenômeno da marginalidade, através da escola, ficaram de pé. Se a escola não vinha cumprindo essa função, tal fato devia-se a que o tipo de escola implantado – a Escola Tradicional – se revelara inadequado. (SAVIANI, 1985, p. 8)

É importante ressaltar que, em relação à questão da marginalidade relativa ao fenômeno da escolarização, o autor citado classifica as teorias educacionais em dois grupos: o primeiro grupo das *teorias não críticas*, que concebem a educação como um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade; o segundo grupo das *teorias críticas*, que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um de fator de marginalização. O referido autor compreende, ainda, que essa maneira [da Escola Nova] de entender a educação, por referência à pedagogia tradicional, deslocou o eixo do processo educativo

[...] do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos e processos pe-

dagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência e na lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma vertente pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender. (SAVIANI, 1985, p. 8)

O ideário escolanovista, além da influência de John Dewey, contou com a adesão de outros educadores, como Claparède, Maria Montessori, Decroly e Kilpratich, que também difundiram os princípios e métodos da pedagogia nova. A influência desses educadores é, na visão dos contemporâneos, um dos pontos marcantes do movimento de renovação educacional em vários países do mundo.

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram férteis em discussões sobre o ideário escolanovista. A esse respeito, Aranha (2006) destaca que os diversos interesses opunham-se entre dois grupos: os liberais, que eram simpatizantes da Escola Nova e estavam imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola; e os conservadores, representados pelos católicos defensores da pedagogia tradicional, não propriamente a jesuítica, mas aquela influenciada por Herbart.

Em decorrência desse clima conflituoso e de dissidência entre liberais e conservadores, no ano de 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, “documento que defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga, como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional” (ARANHA, 2006, p. 303-304). Os intelectuais signatários desse documento,

Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Mário Cassassa, Antônio Sampaio Dória, Cecília Meireles, entre outros, inspirados pelos ideais da Escola Nova, empreenderam reformas pedagógicas em diversos estados brasileiros implantando um novo modelo educacional no país.

No Estado da Paraíba, o governador Argemiro de Figueiredo revelava uma preocupação com os problemas do ensino, evidenciando a necessidade de se projetar uma reforma educacional. Para isso, convocou o professor José Baptista de Mello, adepto do ideário do Movimento da Escola Nova dos anos de 1920 e 1930, para implementar a reforma de ensino no Estado. Mello foi nomeado, pelo governador do Estado, para o cargo de diretor do ensino primário, criado em 1931, em substituição à antiga Diretoria Geral da Instrução Pública.

No ano de 1935, José Baptista de Mello foi enviado pelo governo do Estado aos centros mais adiantados do país, Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de se inteirar do processo de renovação do ensino ali instaurado. Em seu retorno à Paraíba, Mello trouxe novas ideias acerca dos avanços educacionais e da qualidade do ensino, como está explícito em seu discurso:

A escola nova, vitoriosa em toda parte, veio alterar, completamente, o ensino primário, que, atualmente, obedece a uma orientação mais consentânea às necessidades do aluno. A escola tradicional vai, aos poucos, sofrendo os influxos dos novos processos pedagógicos, de modo a garantir melhor educação ao nosso povo. Assim é que, por toda parte, instalam-se novos tipos de educandários, com feição essencialmente prática, transformando o ambiente escolar em verdadeiros centros de trabalho e de socialização. O aluno vai aprendendo executando. É o artífice, é o homem prático do dia de amanhã. (MELLO, 1996, p. 95)

Desta feita, nosso representante trouxe para o Departamento de Educação do Estado a renovação na educação que se difundia pelo sudeste do país, reestruturando o ensino primário. As mudanças ocorridas também levavam a uma transformação no quadro de docentes, aos quais, nesse momento, caberia a responsabilidade de viabilizar os novos métodos de ensino para a população, enfatizar ideais de igualdade e atender ao princípio da Escola Nova, pois o intuito era formar um novo professor para uma nova educação.

A preocupação com as condições técnicas da instrução e a intenção de renovar métodos e processos de ensino levou a Diretoria do Ensino Primário, na gestão de José Baptista de Mello, a adotar duas medidas por ele consideradas como de suma importância para o aprimoramento do corpo docente.

A primeira, a criação da *Revista do Ensino*, por intermédio do Decreto nº 287, de 8 de junho de 1932,

[...] com o fim de levar ao professorado do interior não só o que se processa nos centros adiantados, em assuntos de educação, mas ainda para trazê-lo ao par do movimento em relação ao Departamento da Instrução. (MELLO, 1996, p. 98)

A segunda medida implementada foi a instituição, a partir de 1933, das Semanas Pedagógicas, encontros estaduais de educação realizados ao final do ano, com o objetivo de trazer uma nova visão de escola, eliminando os tradicionais métodos educacionais. A segunda versão do evento, de acordo com o próprio Mello, “constituiu um acontecimento memorável na história da instrução pública da Paraíba” (MELLO, 1996, p. 99). E acrescenta:

Realizada no salão nobre da Escola Normal, onde se via inédita exposição de grandes quadros de estatística educacional, numa demonstração do

que fizeram os governos revolucionários, foi um verdadeiro congresso de educação. As suas sessões técnicas e plenárias concorridíssimas deixaram, pelos trabalhos executados, inapagável lembrança no espírito do nosso professorado que a ela afluíu, cheio de entusiasmo e desejoso de colher os melhores frutos. (MELLO, 1996, p. 99-100)

Organizada pela Diretoria do Ensino Primário, a Semana Pedagógica revelou a mudança entre a pedagogia tradicional e os novos métodos da prática de ensino.

Em 12 de março de 1934, o Decreto nº 497 cria a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, estabelecendo que esta seria constituída de “um jardim de infância, uma escola complementar e uma escola elementar” (MELLO, 1996, p.102).

Essa criação, em consonância com as diretrizes maiores do movimento escolanovista, confere significativa ênfase à formação do professor, que deveria atender às necessidades da nova educação e traçar um novo perfil de aluno, não mais visto como um mero depositário de informações, mas como aquele que participa ativamente na educação.

TRAÇOS DO ESCOLANOVISMO NA *REVISTA DO ENSINO*

Na análise dos números da *Revista do Ensino* da Paraíba, publicados entre os anos de 1932 a 1942, consideramos os seguintes pontos para identificar a difusão das ideias da Escola Nova neste periódico: sumário e artigos dos colaboradores.

No sumário, identificamos títulos e matérias que apresentavam palavras-chave diretamente ligadas ao movimento do escolanovismo, tendo como norteamento a discussão desenvolvida

no item anterior. Então, termos como “escola ativa”, “inovação”, “ideias novas”, “experimental”, “nova orientação pedagógica”, entre outros, foram tomados como as primeiras indicações de que, na *Revista do Ensino* da Paraíba, se fazia presente a divulgação do ideário da Escola Nova. Explicitando melhor a ênfase no movimento renovador do ensino, organizamos no Quadro 1, a seguir, os títulos diretamente relacionados a esse movimento, presentes nos sumários das revistas analisadas:

QUADRO 1: A ESCOLA NOVA NA REPB (1932-1942)

Títulos	Autoria	Ano e número da publicação
O ensino moderno	Matheus d'Oliveira	1932 – Nº 1
Cooperação que se impõe	Mario Gomes	1932 – Nº 1
Novos destinos	Alcides Lima	1932 – Nº 1
A escola e a Psychologia	João Vinagre	1932 – Nº 1
Princípios do Methodo Didáctico	Pedro Anísio	1932 – Nº 2
Brincar e Estudar	Alice de A. Monteiro	1932 – Nº 2
As diretrizes da Escola Nova	Anísio Teixeira	1932 – Nº 3
Escola Nova	Mario Gomes	1932 – Nº 3
Exercícios e Lições	Julieta de Vasconcellos	1933 – Nº 4 e 5
Cinema Educativo	M. Florentino	1933 – Nº 4 e 5
A escola Nova e o Professor	Ezilda Milanez	1933 – Nº 4 e 5
Verdadeiras Directrizes da Educação	S. Loureiro	1933 – Nº 4 e 5
A aritmética na Escola Nova	Everaldo Backhaenser	1933 – Nº 6 e 7
Socialização escolar	José Vicente Barbosa	1934 – Nº 8 e 9
A escola antiga e a escola nova	Manuel Viana Jr.	1934 – Nº 8 e 9
Através do mundo infantil	Ezilda Milanês	1934 – Nº 10
Nova orientação Pedagógica	-	1934 – Nº 11
Como organizar as classes escolares	Sylvia de Pessoa	1934 – Nº 11
A importância de saber expor sem interrupções	John Dewey	1936 – Nº 12
Globalização do ensino	Debora Duarte	1936 – Nº 13
Psychologia objectiva	-	1936 – Nº 14
Educação Physica	Aloysio Xavier	1936 – Nº 14
A Reforma de Methodos educativos	-	1936 – Nº 14
Evolução das tendências-aprendizagem	Mons. Pedro Anísio	1937 – Nº 15
Princípios básicos do Methodo ditactico	-	1937 – Nº 15
Educação physica e sanitária	-	1937 – Nº 15
Novos Rumos a Educação	-	1938 – Nº 16
Noções de Comportamento	Mario Gomes	1938 – Nº 16
A criança e o Educador	Sylvia de Pessoa	1942 – Nº 17
Cooperativismo na escola	América Monteiro	1942 – Nº 17
Educação física infantil	-	1942 – Nº 18

Fonte: Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942)

É perceptível, nos títulos das matérias, uma ênfase nas orientações pedagógicas; na criança, como sendo o centro do processo de ensino e aprendizagem; na formação do professor; na adoção de uma pedagogia de inspiração experimental.

Os artigos antes apresentados foram escritos por intelectuais, educadores, políticos, etc., ou seja, por pessoas que ocupavam espaço nas redes de sociabilidade do Estado da Paraíba. Além disso, os textos veiculados possuem enunciados de progresso e de modernidade, disseminando um projeto educativo dirigido ao contexto paraibano em harmonia com um projeto brasileiro.

Temos assim, no Estado da Paraíba, condutas pautadas em um “novo” modelo educacional, conforme é possível observar no texto “As directrizes da Escola Nova”, no qual encontramos, nas conclusões, a síntese das ideias para “reconstrução” educacional, a saber:

1 – A escola deve ter por centro a criança e não os interesses e a ciência dos adultos; 2- O programa escolar deve ser organizado em atividades ‘unidades de trabalho’ ou projetos, e não em materias escolares; 3- O ensino deve ser feito em torno da intenção de aprender da criança e não da intenção de ensinar do professor; 4 – A criança, na escola, é um ser que age com toda a sua personalidade, e não uma inteligência pura, interessada em estudar matematica ou gramatica; 5 – Os seus interesses e propósitos governam a escolha das atividades á luz do seu desenvolvimento do futuro; 6 – Essas atividades devem ser riais (semelhança com a vida pratica) e reconhecidas pelas crianças como proprias. (REVISTA DO ENSINO, ANO I, Nº 3, 1932, p. 25)

No fragmento acima, identificamos os aspectos que constituem o ideário escolanovista, tendo a criança como centro do processo educativo. Diante disso, o ensino deveria partir do interesse do alunado, secundarizando assim a figura do professor, bem como os conteúdos de ensino, dando relevância aos métodos. Podemos acompanhar alguns destes aspectos na Conferência de Anísio Teixeira cujos tópicos foram articulados de modo a dar visibilidade aos aspectos considerados centrais na educação infantil. Vejamos: a premissa fundamental: a criança-centro da escola; a reconstrução dos programas escolares; a organização psicológica das matérias escolares.

Além de ser veiculada a essência do ideário da Escola Nova, é perceptível nos artigos o dualismo entre a “Escola Antiga” e a “Escola Nova”. Vejamos:

As suas escolas, fechadas como calabouços, eram camaras de tortura para a inteligencia. As crianças, míseros prisioneiros, anemizados, sentados em toscos bancos, ouviam hirtos as preleções do ditador da escola. O mestre na certeza de estar cumprindo o grande dever, escudado na inconciencia dos pais de família, impunha deveres e castigos: deveres que transformavam os instintos adormecidos da animalidade. A escola era o espantalho da criança. O professor o seu carrasco. Quando um pai de família queria se vêr livre das traquinadas de um filho sentenciava: vou mandar este peralta para a escola, que é para o professor amansa-lo. Fazia da escola o conceito que ela merecia – o terror das crianças. (REVISTA DO ENSINO, ANO III, N° 8 e 9, 1934, p. 55)

“A Escola Antiga e a Escola Nova” é o título do texto da citação acima, escrito pelo inspetor Manuel Viana Jr., o qual apresenta, segundo uma perspectiva dualista, as características das duas

escolas: de um lado, uma escola cheia de vícios e do outro uma escola que é detentora de todas as virtudes. Assim, a Escola Nova possibilitaria a mudança das escolas que eram “fechadas como calabouço”, como “camaras de tortura para a inteligência”; para uma escola “cheia de luz e sol”¹. A Paraíba, ao fazer circular pelo seu órgão oficial as ideias de modernidade do movimento escolanovista, queria ser vista como um Estado que estava caminhando rumo ao progresso, à modernidade, estava no caminho da “luz”, criando novas mentalidades.

Percebe-se que, nas páginas dos números estudados da *Revista do Ensino*, são reiteradas as concepções escolanovistas, reproduzindo e/ou produzindo uma pluralidade de significados sobre as infâncias, de como deveriam ser educadas as crianças na escola, sobre o papel do professor, do que deveria conter o currículo, etc.

Partindo para uma discussão mais detida, consideramos que um dos elementos mais característicos do movimento da Escola Nova no Brasil é a crença no papel redentor da educação, “... a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (NAGLE, 2001, p. 134).

A adoção de tal crença na escolarização como motor da história encontra-se claramente explicitada já na epígrafe do editorial do primeiro número da *Revista do Ensino*, publicado em abril de 1932, que é uma citação do reformador da educação norte-americana, Horace Mann: “No nosso paiz e nossos dias, ninguém é digno do titulo honroso de homem de Estado, se a educação pratica do

1 Revista do Ensino, Anno III, n° 8 e 9, março de 1934.

povo não tem o primeiro lugar no seu programma de governo” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 3).

Ainda no número inaugural, essa concepção reaparece em outras matérias, a saber:

- “Caixas Escolares”, de J. Batista Leite, em que a instrução popular é apontada como “... fator precípua em que repousam o desenvolvimento social de um povo e o dinamismo economico de uma nação” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 31);
- “Cooperação que se impõe”, no qual, ao estilo do Manifesto dos Pioneiros, o Prof. Mario Gomes proclama:

Entre os grandes problemas sociológicos, o que mais deve ser cogitado é sem duvida o problema educativo. Delle depende a elevação moral de um povo que se inscreve no rol da gente civilizada, em justo anseio de cooperar na obra valiosa da evolução commum. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 35)

- “Hygiene escolar”, de Joaquim Santiago, para quem:

É preciso que os fundadores da Nova Republica comprehendam que não há fôrma de governo boa, para um povo atrazado e corroído pela lepra do analfabetismo!

Sem a difusão do ensino em todas as suas modalidades – tecnico, profissional e sobretudo agrícola, não teremos tão cêdo progresso e um Brasil livre, economicamente.

A desalfabetização dos nossos patrícios que já-zem imprestaveis para a vida intensa em que vivem os povos leaders do mundo precisa ser o maximo

problema dos nossos administradores (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 39).

A configuração da *Revista do Ensino* como um veículo de disseminação dos princípios e diretrizes do escolanovismo fica bastante evidenciada na observação de Araújo (1984, p. 33):

[...] como Revista Pedagógica, foi a grande mensageira dos métodos de ensino, oferecendo ao professorado a possibilidade de erros e acertos igualmente frutíferos para a solidificação do bom profissional dessa área tão delicada quanto controvertida – a educação.

Além da ênfase nos métodos ativos, destacada pela autora citada, a leitura das matérias publicadas na revista demonstram, também, a atenção àqueles outros aspectos, por nós destacados como elementos caracterizadores da Escola Nova: a criança – o aluno – como centro do processo educativo; a ênfase no interesse da criança como móvel do ensino; a adoção de uma “pedagogia de inspiração experimental, baseada na biologia e na psicologia”. Na sequência, apresentamos destaques feitos nos três números publicados no ano de 1932, ilustrando os aspectos mencionados.

Como uma expressão mais explícita do vínculo com o movimento escolanovista nacional, o número 3, publicado em setembro de 1932, dedica suas 22 primeiras páginas (da página 5 à 26) à matéria intitulada “As diretrizes da Escola Nova”, com o subtítulo:

Conferencia realizada na Escola de Belas Artes perante a 4ª Conferencia Nacional de Educação e por incumbencia dos seus organizadores pelo prof. Anisio S. Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e professor de Filosofia da

Conforme indicado no título, o artigo discorre, de modo bastante detido, sobre as diretrizes essenciais do movimento de reconstrução escolar, quais sejam: I – a premissa fundamental: a criança – centro da escola; II – a reconstrução dos programas escolares; e III – a organização psicológica das matérias escolares.

Concernente à ênfase no interesse da criança, a revista, ainda em seu ano inicial, publicou o artigo “Interesses pedagógicos”, assinado pelo Monsenhor Pedro Anísio, mas retirado de um Manual de Pedagogia (não identificado em maiores detalhes), bem como uma extensa seção denominada “Centro de interesse – A árvore”, sob a responsabilidade de Maria Paulina dos Santos Coelho. Iniciando-se com um texto para leitura – “O centenário”, de Coelho Neto – a seção compreende detalhadas sugestões de atividades práticas nas áreas de Língua Materna, Recitativo, *Arithmetica*, *Geographia*, *Chorographia*, *Historia Natural*, *Historia do Brasil*, *Trabalhos Manuaes* e Desenho.

O foco no método, um deslocamento profundamente distintivo da pedagogia nova em relação à denominada pedagogia tradicional, também se faz presente, com vigor, nas páginas da *Revista do Ensino* da Paraíba, mediante um expressivo número de artigos, em que “os [...] autores faziam sugestões preciosas no sentido de que os métodos pedagógicos merecessem uma maior atenção por parte dos mestres e, se possível, sofressem uma reviravolta” (ARAÚJO, 1984, p. 31).

À guisa de ilustração desse aspecto, destacamos um pequeno trecho do artigo “O Ensino Moderno”, de Matheus de Oliveira,

publicado pela *Revista do Ensino*, e, na sequência, a explicitação, no editorial do seu número 1, da finalidade do periódico.

Para Matheus de Oliveira, “o desenvolvimento da instrução escolar em nosso país trouxe a adoção de novos métodos e processos pedagógicos, que se estão processando através de algumas dificuldades, que não devem intimidar os encarregados de sua direção” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 7).

Quanto às finalidades a que se volta, o periódico pretende constituir-se em “[...] uma revista, por meio da qual podessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino, pela divulgação dos novos métodos e processos pedagógicos” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 3). Ainda nesse campo, “[a] experimentação, ao lado da experiência, livre e não dirigida, do educando, já adquiria certa proeminência na *Revista do Ensino*, como parte dos artigos daqueles professores mais sagazes” (ARAÚJO, 1984, p. 32, itálicos do original).

Esse destaque à experiência remete à importância conferida pelo escolanovismo à psicologia experimental, também frequente na revista. Parece-nos grandemente ilustrativo, a esse respeito, o artigo intitulado “A escola e a psicologia experimental”, escrito por João Vinagre, no qual é destacado o seguinte:

As tendências modernas da obra educativa, procurando cada vez mais no estudo da Psychologia experimental trazer novos subsídios para melhor aparelhamento do ensino primário e classificação dos escolares, dão ao educador que deseja acompanhar a evolução do desenvolvimento mental dos alunos e se compenetra da verdadeira missão que a sociedade e a família lhe confiaram, margem, para que todo o seu esforço, em prol desse deside-

ratum obtenha o coeficiente de resultado o maior possível. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 49)

Por fim, porém não menos importante, o próximo trecho expressa uma síntese, a nosso ver bastante clara, do forte apoio na psicologia e da preocupação com a criança, considerada como o centro do processo pedagógico, na concepção escolanovista. Trata-se de um excerto do artigo “Principios do methodo didactico”, assinado pelo já referido Monsenhor Pedro Anísio.

Mas, em nenhuma phase da vida do educador assim na infância, como na adolescência e na juventude, as varias potencias e actividades mentaes se manifestam no mesmo grau na mesma perfeição que no homem adulto.

Compreende-se que é necessário apoiar-se na “Pedologia”, e, em particular, na Psychologia infantil para conhecer a ordem natural do desenvolvimento psychico e adaptar o ensino à idade, ao nível mental, às aptidões e capacidade do menino. As observações de Preyer, de Stern, de Meumann demonstraram-nos que a mente do menino não se desenvolve sempre de uma maneira uniforme. O menino não é o homem em miniatura. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 31)

O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NA PARAÍBA

O Estado Novo (1937-1945), no âmbito da historiografia brasileira, foi caracterizado como um momento complexo e de grandes conflitos ideológicos, a saber: “ascensão da Aliança Liberal, do comunismo, do integralismo e de questões regionais colocadas

pelas dificuldades das antigas oligarquias retiradas do poder com a revolução de 30” (ROCHA, 2008, p. 20).

O então presidente Getúlio Vargas, mediante o golpe de 10 de novembro de 1937, instituiu um novo regime político no Brasil, o Estado autoritário de centralização político-administrativa, tornando-se assim um ditador. Vargas passou, deste modo, a governar mediante decretos-leis, cuja publicação significava sua efetivação.

Neste cenário brasileiro, focando especificamente a educação, em conformidade com Horta (2012), todo discurso e leis que partiam do governo convergiam para deixar o sistema educacional a serviço da implantação e consolidação do regime autoritário. Tratando especificamente dos discursos, alguns temas se sobressaíram: “A concepção da educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral” (HORTA, 2012, p. 4). Vinculados a esses temas, estavam camuflados diversificados interesses, como a necessidade de atuação de alguns setores militares na suposta resolução de alguns problemas na educação do país, a exemplo do desenvolvimento e fortalecimento físico da juventude, e a ênfase na formação moral e cívica, tendo a igreja como grande incentivadora, como especifica o mesmo autor:

[...] Em torno a esses temas, movem-se no Brasil, no período de 1930-1945, diferentes forças da sociedade civil e do Estado: os militares, que buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no intuito de conformá-la à política militar do país; a Igreja, que luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, enquanto garantia da existência de suas escolas e, de uma forma mais ampla, pressiona pelo atendimento de suas reivindicações por parte

do Estado [...] finalmente, o próprio Estado, que aproveita ao máximo as divergências existentes, reconciliando-as e arbitrando os conflitos, para atender aos diferentes grupos das classes dominantes, mas que, em última análise, procura colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária. (HORTA, 2012, p. 5)

No que tange às leis, podemos evidenciar a própria Constituição de 1937, que preparou todo o cenário para a implementação e regulação da política autoritária; e as leis orgânicas do ensino, idealizadas pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema. Na Constituição de 1937, dois artigos são emblemáticos para destacar a atuação do Estado quanto a esse âmbito na sociedade brasileira:

Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino. (BRASIL, 1937)

Considerando os artigos acima citados, não há dúvidas de que o Estado retira de si a responsabilidade para com a educação pública, assumindo muito mais um papel secundário, ora como colaborador ora contribuinte. De um modo geral, quanto à educação, o texto desta Constituição Federal,

[...] caracterizou-se mais por uma redação um tanto literária e, até certo ponto, utópica, do que pelo tratamento objetivo e jurídico da matéria, não ficando bem especificadas as atribuições da União, dos estados e dos municípios em relação aos problemas da instrução pública no país. (NIS-KIER, 1989, p. 277)

De acordo com Freitag (1980, p. 52), a política educacional no Estado Novo, além de assumir o papel de ratificar a implantação do regime autoritário e repressor, mediante a legislação, visava “transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas”.

Na Paraíba, o Estado Novo foi implantado e conduzido pelo interventor Argemiro de Figueiredo (1937-1940), ex-secretário do Interior na administração de Gratuliano Brito (1932-1935). Argemiro, mediante uma jogada estratégica, reuniu as forças políticas locais em prol do golpe de Getúlio Vargas, conquistando assim o cargo de interventor estatal, como é destacado no seguinte fragmento:

Na Paraíba, a força e o prestígio do agora senador José Américo, garantiam as oligarquias no poder. Essa correlação de força permitiu a José Américo, indicar o nome do sucessor do interventor Gratuliano Brito para o governo do Estado, sendo ele à época o secretário do interior e Justiça e presidente do PP no Estado, Argemiro de Figueiredo. Argemiro de Figueiredo será a segunda peça fundamental para dar continuidade ao projeto de Vargas de centralizar o poder no País. [...] Argemiro - agora interventor com o apoio de Vargas - consegue plenos poderes, ofusca o Americismo e comanda a polícia paraibana até 1940. (AGRA FILHO, n.d.)

De acordo com Silva (2012), o trabalho de promover a união entre oligarquias diversas, igreja católica e alguns trabalhadores, apresentou, sobretudo, como objetivo gerar o silêncio e desmobilizar quaisquer grupos que se mostrassem contrários aos planos de Vargas, corroborando assim com a função atribuída aos interventores dos Estados, qual seja, de verdadeiros “delegados do governo federal” (NISKIER, 1989).

Sobre as impressões acerca da atuação política de Argemiro, destaca-se o seguinte:

Com sua posse pode-se observar um novo momento político, levando o governo da Paraíba a uma polarização e inovação no comando dos destinos da administração estadual. O fortalecimento do estado continua, mas o caráter centralizador e urbano de seus antecessores é quebrado por uma descentralização administrativa, expansão da máquina pública, com alto endividamento estatal, e, no campo político verdadeira contra-revolução. Os grupos inter-oligárquicos aliados do poder no pós-30 retornam com grande força. A base de seu governo é formada por antigos perrepeistas (grandes e médios proprietários de terras), potentados do algodão em Campina Grande, e Igreja Católica. De caráter repressivo, seu governo reprimiu com toda violência qualquer tipo de manifestação comunista como também programou as medidas cabíveis para a consolidação do “Estado Novo” em terras Paraibanas. (SILVA, 2008, p. 4)

Durante seu governo, o interventor Argemiro de Figueiredo, autoritário e corporativo, recebeu destaque por ser responsável pela modernização, impulsionando a agricultura e a realização de obras públicas. Este interventor também se sobressaiu como conciliador

das oligarquias paraibanas e agente de propagandas em torno de si como político e de seu governo (SILVA, 2012).

Na educação, o governo de Argemiro enfatizou a perspectiva propagada por Vargas, qual seja: de uma educação pautada no patriotismo, nacionalismo e civismo, fazendo uso da instrução como verdadeira máquina de propaganda política, principalmente em função do regime autoritário. Ademais, com esse novo regime político, é retomado o ideário de que na educação se localizava considerável parte da solução dos problemas nacionais.

É importante destacar que, na Paraíba, antes mesmo do golpe de 1937, Argemiro já vinha trabalhando no âmbito educacional na disseminação do regime autoritário que posteriormente se instaurou, como podemos acompanhar no trecho abaixo:

Com o apoio decisivo da Igreja, Argemiro silencia no Estado os setores os quais seriam capazes de repercutir os anseios de renovação da educação propalados no sul do país, anseios estes que seriam totalmente desfeitos pelo golpe de novembro. Desde muito antes, no entanto, Argemiro vinha adequando a máquina estatal ao autoritarismo oligárquico e encontraria seu caminho livre no Estado após a perda de sentido da candidatura de José Américo à presidência da República em virtude do golpe. Todavia, em outubro de 1937 já se encontrava instalada a “Comissão Nacional de Propaganda contra o Comunismo” em João Pessoa, que funcionava no gabinete do diretor do Liceu Paraibano. E, em 3 de novembro, um decreto do governador obriga os professores do Estado a transformar suas aulas em “focos de civismo” através de agressiva propaganda anticomunista (KULESZA et. al, 2001, p. 9, aspas do original).

Em conformidade com os autores anteriormente citados, durante esta interventoria na Paraíba, a matrícula geral do ensino primário decresceu, tendo aumento apenas no ano de 1945 em diante, quando se encerrou esse governo discricionário. Foi diminuído também o número de unidades escolares e o número de professores.

TRAÇOS DO IDEÁRIO ESTADONOVISTA NA *REVISTA DO ENSINO*

Por considerarmos o número 16² como a primeira edição da revista pós-Estado Novo, a ele direcionamos nossa análise, focalizando as matérias ressaltadas na sequência do texto. Cabe ratificar que, à exceção da matéria “Novos rumos à educação na Paraíba”, a análise das demais peças selecionadas pauta-se por dois traços característicos das concepções estadonovistas, o nacionalismo e o higienismo, conforme as formulações, respectivamente, de Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) e de Veiga (2007).

À semelhança do número inaugural, em lugar do título “Editorial”, a matéria que cumpre a função de apresentar o periódico aparece, no número 16, nomeada de “Revista do Ensino”. Demarcando a nova orientação, em vez de apresentada, como na edição inaugural, como um periódico cuja finalidade seria permitir aos professores o acompanhamento dos novos métodos e processos de ensino (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 3), no número ora focalizado, a revista é definida como:

2 O número 15 foi publicado em dezembro de 1937, portanto, no mês seguinte à instalação do Estado Novo, o que nos faz deduzir estar a edição anteriormente concluída.

[...] órgão destinado a orientar os professores do Estado em tudo que se refere aos diversos problemas educacionais da Paraíba.

Como publicação tipicamente educativa Revista do Ensino tem uma ampla finalidade. Nela deverão ser tratados todos os assuntos de ordem técnica (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 3).

Segue o editorialista afirmando que a revista “acolhe em suas paginas franca colaboração do professorado, desde que esta colaboração se enquadre dentro das suas diretrizes programáticas” (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 3).

Nos trechos anteriormente citados explicitam-se dois elementos nodais do direcionamento dado à educação pelo Estado Novo: no primeiro, reduzir “todos os problemas educacionais da Paraíba” a “assuntos de ordem técnica” reflete o discurso oficial do governo federal que, a propósito de extirpar a influência das ideologias consideradas perigosas, notadamente o comunismo, defende a neutralidade política da educação, assumindo uma reducionista concepção do processo educativo como técnica. Na esteira dessa construção, afirma a “posição nitidamente imparcial do Estado no ensino” (VARGAS apud HORTA, 1994, p. 171). Tal retórica, segundo o autor ora referenciado, “perde toda a sua razão”, uma vez que, no Estado Novo, a escola torna-se, nitidamente, “um aparelho ideológico a serviço do Estado” (idem).

Esse papel de aparelho ideológico guarda relação com o elemento expresso no segundo excerto citado, em que a restrição posta para a publicação das colaborações dos professores remete ao rígido controle, à excessiva centralização e à uniformização decorrentes da “intervenção global do Governo Federal no sistema de ensino”, de que “não escapariam nem mesmo os métodos de ensino, o livro

didático e o material escolar” (HORTA, 1994, p. 173). Padronização e “conteúdo nacional” que conferiam – ao lado da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais – significado à “constituição da nacionalidade”, “culminação de toda a ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 156).

Como forma mais efetiva de difusão das ideias nacionalistas entre os mais novos, o Estado Novo enfatizou a educação moral, a educação cívica e o canto orfeônico nas escolas. Conforme afirmaria Getúlio Vargas:

Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio (VARGAS apud HORTA, 1994, p. 173).

No que concerne ao canto orfeônico, considerado como uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo, o canto do Hino Nacional tornou-se obrigatório nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, já a partir de outubro de 1936, por meio da Lei nº 259, de 1 de outubro de 1936 (HORTA, 1994).

Para além dos aspectos até o momento destacados, a formação do cidadão para engrandecer a pátria com seu trabalho implicava, na compreensão dos governantes, “a necessidade de preparação de uma raça forte, capaz de amar e merecer esta Pátria engrandecida” (HORTA, 1994, p. 147). Tratava-se de, desde o ensino primário,

[...] despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral que a tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de disciplina e eficiência, estes dois atributos essenciais do cidadão e do trabalhador. (CAPANEMA apud HORTA, 1994, p. 168)

Assim, conforme analisa Horta, o Ministro da Educação “[ocupou-se] de três questões importantes na perspectiva de utilização da educação como instrumento a serviço da ideologia autoritária: a educação física, a educação moral e o canto orfeônico” (HORTA, 1994, p. 169)

O destaque à educação física e a associação do engrandecimento da pátria à “preparação de uma raça forte” explicitam outro elemento fundante da educação estadonovista: o higienismo, mesclado a concepções eugenistas, do qual decorre a introdução das disciplinas de higiene, ginástica e educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias. Conforme Veiga (2007), “os princípios médicos e higienistas tiveram uma forte caracterização moralista. Eram pautados pela associação entre as condições higiênicas de vida e de moradia dos pobres e a condição moral” (VEIGA, 2007, p. 260).

Tais princípios serão incorporados à educação paraibana por meio do Decreto nº 961, de 1939, quase inteiramente constituído das prescrições acerca da educação física, da educação cívica e da educação moral³. Dadas a relevância desse documento legal e a clareza com que nele são apresentados os traços característicos da

³ Esses temas correspondem a três dos cinco capítulos constituintes do Decreto, sendo os outros dois dedicados à Educação Artística (um artigo) e às Disposições Transitórias que normatizam a implantação do disposto no Decreto.

educação estadonovista, fazemos, a seguir, a transcrição – ainda que longa – dos três capítulos referidos

DECRETO Nº 961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1939

Dispõe sobre a organização escolar do Estado e dá outras providências.

Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, completando a organização da Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935, e com o fim de arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acôrdo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de novembro, toma as seguintes resoluções, quanto ao regime escolar do Estado:

DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 1º - Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado.

§ único – Esse serviço será orientado por um superintendente que terá os auxiliares e monitores que se fizerem necessários.

Art. 2º - A educação física junto às escolas será também auxiliada por elementos de corporações militares que se encarregarão dos exercícios, marchas, paradas, acantonamentos, etc.

Art. 3º - É estabelecido o uniforme único de acôrdo com o modelo adotado pelo Departamento de Educação para todos os alunos das escolas, com ligeiros distintivos dos estabelecimentos a que pertencerem.

DA EDUCAÇÃO CÍVICA

Art. 4º - O culto à bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular.

Art. 5º - Haverá diariamente, antes do início do expediente escolar, o hasteamento da bandeira, no pateo interno das escolas. Esta solenidade terá a presença dos professores, funcionarios e alunos que entoarão nêsse momento o hino nacional. Igual solenidade deverá ser feita por ocasião do seu arreiamento.

Art. 6º - As datas nacionais e do Estado serão comemoradas festivamente, cumprindo aos professores, nêsses dias, fazer preleções alusivas ao fato que se comemora e ainda promover paradas escolares, as quais terão, obrigatoriamente, o comparecimento dos docentes, funcionarios e alunos.

Art. 7º - Fica determinada a leitura, devidamente comentada, da biografia dos grandes vultos da patria em todos os ramos ou atividades, bem como a narrativa dos feitos heroicos da Nacionalidade.

Art. 8º - Os professores farão diariamente, preleções, em suas classes, sobre assuntos patrios, de respeito ás leis do país e ás suas autoridades, e de combate sistemático a tudo quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes.

DA EDUCAÇÃO MORAL

Art. 9º - Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos, a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1º - a preventiva; 2º - a reformativa.

§ 1º - Na primeira, encaminhá-los-á á pratica do bem, por meio de preleções constantes contra os vícios e os males que de qualquer modo possam prejudicar a formação moral dos educandos. Na segunda, corrigindo, mostrando-lhes os erros cometidos ou aplicando os castigos que o regulamento da Instrução Pública estabelecer. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 12-13)

Mesclando concepções eugenistas e higienistas, associadas à normalidade ou anormalidade dos comportamentos e dos “tipos de crianças”, o artigo “Noção de comportamento”, de autoria do professor Mario Gomes⁴, permite-nos perceber, ademais, o papel atribuído ao professor no sentido de manter o bom comportamento, ou seja, a passividade dos alunos. Vejamos, a seguir, excertos desse artigo:

Um dos assuntos mais interessantes a considerar em materia pedagogica é o comportamento do aluno.

Há vários tipos de crianças que se podem classificar em relação ao comportamento; inquietas, impulsivas, emotivas etc.; com acentuado index de normalidade. Há ainda os pervertidos, mentirosos, cleptomanos, com index inferior de normalidade. Uma observação mais ou menos demorada poderá dar-nos a certeza sobre o comportamento deste ou daquele escolar. Esta observação deve sobre tudo basear-se em fatos concretos e nunca firmar-se em simples deduções.

O papel do professor é sempre o de orientador e coordenador do comportamento. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 31-32)

O que foi exposto até o momento demonstra, conforme compreendemos, o atrelamento da linha editorial da *Revista do Ensino* às concepções e diretrizes educacionais do Estado Novo e sua configuração como disseminadora desse ideário, em aparente ruptura com sua orientação inicial, vinculada ao movimento escolanovista, segundo apresentamos.

⁴ Figura destacada da educação paraibana, responsável, naquele momento, pelas seções de bibliotecas, cinema educativo, publicações e instituições auxiliares de ensino do Departamento de Educação do Estado da Paraíba.

Na intenção de melhor elucidar essa reorientação, selecionamos duas matérias, de títulos similares, publicadas em números da *Revista do Ensino* que, a nosso ver, correspondem aos seus dois momentos: o nº 1, de abril de 1932, de orientação escolanovista, e o nº 16, de agosto de 1938, estadonovista. A primeira, “Novos destinos”, de autoria do professor Alcides Lima, e a segunda, “Novos rumos à educação na Paraíba”, produzida pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Departamento de Educação da Paraíba.

Ao tratar de “novos destinos” para a instrução pública paraibana, o articulista parte da afirmação da instrução pública como responsável pela “solida formação’ das ‘novas organizações políticas e sociaes’, [cabendo] a revolução, no seu vasto programma de realizações, incluir como base para o soerguimento do nivel moral e intellectual do Brasil, o ensino primario obrigatorio” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 47).

Após ratificar que “é a instrução publica [...] aquelle [problema] que deve merecer o mais cuidadoso amparo, porque dellerá necessariamente a facilidade da resolução de todos os outros” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 47), o professor Alcides Lima afirma que “muito se tem feito pela instrução publica na Parahyba, dentro do actual regime dictatorial” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 48). Nesse sentido, apresenta um breve balanço das realizações do governo estadual no campo da educação, conforme podemos ver na transcrição dos excertos que seguem:

Ao contrário porém do que vem acontecendo com a direcção geral do paiz, podemos particularizar a Parahyba como uma exceção muito honrosa, no amparo da questão em apreço.

Entre nós, felizmente, o sr. Interventor Federal tem encarado de perto o problema da educação popular, envidando todo o esforço possível pela difusão do ensino, criando escolas por todos os recantos do Estado, isentando de taxas o ensino secundário, aceitando diplomas de outras Escolas Normaes.

Dentro das possibilidades financeiras que dispõe o governo, pode-se dizer que nunca se fez na Paraíba pela instrução pública como se tem feito agora.

É pode parecer egoística vaidade, mas é um facto, a circunstância de que, só depois que se entregou ao professor a direcção do ensino primário, este passou a experimentar os salutareos efeitos da gestão mestre-escola. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 47)

Por fim, o professor conclui sua matéria renovando sua profissão de fé no poder regenerador da educação: “Não precisamos pois ir mais longe, para chegarmos à conclusão de que é a instrução publica o principal elemento, sem o que os destinos do Brasil não poderão ser rumados dentro da boa ordem e dos verdadeiros princípios de democracia” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 48).

Já para o Departamento de Estatística e Publicidade, os “novos rumos à educação na Paraíba” consubstanciam-se no ordenamento legal instituído pelo interventor Argemiro de Figueiredo, a saber, a Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935, e pelo Decreto nº 961, de 11 de fevereiro de 1938 – anteriormente apresentados no presente artigo. Antecedendo à explicitação e justificativa das medidas instauradas por esses dispositivos, notadamente o Decreto, são apresentadas formulações bastante ilustrativas das concepções norteadoras daquele órgão, a seguir transcritas:

A Paraíba, integralmente subordinada ao ritmo do Estado Novo, implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro, atravessa uma fase de dinamismo, com a concretização de um vasto programa de construções, não só pelo aspecto material que empolga logo á primeira vista, mas sobretudo pelo lado moral, que é sem dúvida um dos objetivos imediatos da actual carta constitucional que creou no país um forte espírito nacionalista. Uma das mais prementes exigências do momento é, indiscutivelmente, a formação de uma mentalidade nova, sadia e culta, que será creada por meio de uma intensa campanha educacional, imprimindo-se ao regime escolar rumos claros e definidos, com o fim de disciplinar gerações para consolidar as instituições estatais, gerações que possam fortalecer e garantir as suas nacionalidades, conduzindo-as para destinos gloriosos, dignos da cultura e da civilização.

As crianças paraibanas, em face da organização escolar existente, são amparadas pelo Estado, que lhes dá tudo, desde a saúde até os conhecimentos necessarios para a sua estabilidade na vida pratica, sem lhes pedir quasi nada, apenas que mais tarde elas continuem a grande obra que se procura realizar dentro de nossos limites geográficos, de acôrdo com as nossas possibilidades economicas e com as nossas reservas culturais. (REVISTA DO ENSINO, 1938, p. 7)

Procedendo a uma comparação das duas matérias, observamos, antes de tudo, a permanência da concepção redentora ou regeneradora da educação, comum a ambas as concepções – escolanovista e estadonovista. No entanto, enquanto a segunda matéria apresenta nítida identidade com o ideário do Estado Novo, o mesmo não pode ser afirmado quanto à primeira, em relação ao escolanovista, haja vista os elogios ao “actual período ditatorial” e a

vinculação da educação à construção da “boa ordem”, formulações não consonantes com a concepção liberal norteadora do movimento da Escola Nova no Brasil do início da década de 1930.

CONSIDERAÇÕES

Ao analisar os números da *Revista do Ensino* da Paraíba, ficou explícito o propósito de disseminação do ideário escolanovista neste periódico educacional, bem como, após o golpe de 1937, a orientação estadonovista.

No que tange ao ideário renovador, observamos que essa revista objetivou difundir as “ideias novas” aos professores paraibanos, a fim de que elas fossem bem mais compreendidas, principalmente nos aspectos relativos à prática pedagógica no contexto de sala de aula e, ainda, transformá-los em agentes ativos na transmissão deste ideário renovador.

Além disso, considerando a discussão desenvolvida neste estudo, é de se enfatizar a função que esse veículo educacional de comunicação e informação apresentou na propagação de um ideário que ora servia para focalizar os novos métodos de ensino, ora ainda como meio de divulgação dos inovados processos pedagógicos e ora como via de formação e informação ao professorado. Portanto, a *Revista do Ensino* da Paraíba evidenciou forte característica de ser um veículo oficial de disseminação do ideário escolanovista.

Quanto à orientação pautada no ideário do Estado Novo, ao debruçarmos nossa análise sobre a *Revista do Ensino*, de nº 16, publicada em 1938, foi possível verificar uma recondução na sua

orientação político-ideológica, como observamos anteriormente. Já no editorial, apareceu um norteamento bastante destoante em relação à revista de nº 1, publicada em 1932, a saber, uma exigência mais técnica, na qual os colaboradores pudessem expor os assuntos pedagógicos de forma prática, metódica, clara e simples. Ademais, é proposto também apresentar mais gráficos, informações estatísticas, recenseamento, instituições escolares, imprensa escolar, entre outros aspectos que viessem no sentido de divulgar satisfatoriamente a instrução pública do Estado, como fazendo parte desse “novo” que foi disseminado no país com o estadonovismo.

Observamos a retomada do culto à bandeira, a obrigatoriedade à exaltação dos ditos grandes vultos e feitos históricos nas escolas, propostos a serem comemorados de forma solene e com a presença de docentes, discentes e funcionários. Além da ênfase na formação para o nacionalismo, verificamos o foco no higienismo, mediante a propagação da cultura física, marcada pela educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias.

Portanto, mediante os números da *Revista do Ensino* analisados e por ser esta um órgão oficial, ficou evidenciado que esse periódico de cunho pedagógico vai mudando sua orientação político-ideológica conforme o clima político do momento, como, neste caso, saindo de uma orientação pautada predominantemente no escolanovismo para um norteamento estadonovista.

REFERÊNCIAS

AGRA FILHO, Luciano Bezerra (n.d.). **A política historiográfica paraibana -1930/1945: seqüência ou rompimento?** Disponível em:

<<http://www.klepsidra.net/klepsidra27/pb-1930-1945.htm>>[s.d.]. Acesso em: 15 jun. 2016.

ARANHA, M. L. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3 ed. ver. e ampl. SP: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Fátima. A Revista do Ensino e sua importância para a educação na Paraíba. **Educação e Cultura**, ano IV, n. 13, abr., maio, jun. 1984. p. 30-33.

CARVALHO, Roberta Costa de. **Um Escolanovista Paraibano**: José Baptista de Mello. Natal, 2002. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4>. Acesso em: 8 nov. 2011.

ESTADO DA PARAIBYBA. **Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932**. Revista do Ensino, ano 1, n. 2, julho de 1932. p. 9-10.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GRAMSCI, Antonio. Caderno do Cárcere 8. In: _____. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 3, p. 271-289.

_____. Caderno do Cárcere 24: Jornalismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 2, p. 196-213.

_____. Caderno do Cárcere 14. In: _____. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Editor Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c. v. 2, p. 246-250.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil (130-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1994; 2012.

KULESZA, Wojciech Andrzej et al. **O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945)**. 2001, 24 p. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/lacer_histedbr/seminario/.../recorte2.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MELLO, José Baptista. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Biblioteca Paraibana, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira**: 500 anos de história, 1950-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

RAMOS, M. **Trabalho Educação e Correntes pedagógicas no Brasil**: Um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

REVISTA DO ENSINO, Anno 1, n. 1, abr. 1932. João Pessoa: Imprensa Oficial. 92p.

_____. Anno III, nº 8 e 9, mar. 1934. João Pessoa: Imprensa Oficial. 92p.

_____. Anno V, nº 15, dez. 1937. João Pessoa: Imprensa Oficial. 134p.

_____. Ano VI, nº 16, ago. 1938. João Pessoa: Imprensa Oficial. 75p.

ROCHA, Rafael Pires. **Propaganda Política e censura no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)**. João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Paraíba (Dissertação de mestrado), 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

SILVA, Bruna Vitor dos Santos. **“Protagonismo em cena”**: canto orfeônico educação e nacionalismo na interventoria de Argemiro de

Figueiredo. Campina Grande, PB: Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. (Monografia de conclusão de curso), 2012.

SILVA, Jean Patrício da. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba: o argemirismo e o ruysmo (1937-1945)**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20%20Jean%20Patr%C3%ADcio%20da%20Silva%20TC.PDF>. 2008. Acesso em: 15 jun. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

3

“A ESCOLA SÓ RECEBE ALUMNOS LIMPOS”: OS INVESTIMENTOS DA *REVISTA DO ENSINO* EM LAPIDAR CORPOS HIGIENICAMENTE EDUCADOS NA PARAÍBA (1932-1942)

Azemar dos Santos Soares Júnior
Alexandro dos Santos

INTRODUÇÃO

Venham pois os professores de officio e os que se consagram as pesquisas e estudos dos vários problemas educativos secundar os propósitos constructivos do poder público, e tragam para as páginas desta Revista as suas sugestões, doutrinas e experiências e, assim, num esforço conjuncto teremos em breve conquistado para nossa pequenina Parahyba um grau de cultura compatível a sua tradição de heroísmo e de bravura cívica, e honrado o nome de João Pessoa cuja memória é o seu maior orgulho. Como organ da Directoria do Ensino, a Revista publicará todos os actos administrativos e orientação seguinda nesse departamento, para conhecimento dos interessados, e para que sofram a crítica desapassionada dos que, verdadeiramente, se interessarem pelo problema da educação. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 03)

A publicação acima faz parte da chamada aos docentes timbrada nas páginas da primeira edição da *Revista do Ensino*¹. O discurso inicial era reformador. Reajustava o ensino, a educação, os corpos e mentes dos alunos, as famílias. Esse periódico, que circulou na Paraíba entre a década de 1930 e os primeiros anos da década seguinte, incumbiu-se da missão de fazer circular um saber próprio aos docentes. Dos dez exemplares publicados, quase todos trouxeram artigos sobre a importância da matéria de higiene e educação física. É possível encontrar em suas páginas: orientações de como utilizar o livro didático, legislação do ensino na Paraíba, como conduzir as aulas de higiene, a realização da ginástica nas aulas de educação física, a higiene dos dentes, dos alimentos, das roupas, dos prédios escolares.

Das realizações de eventos pedagógicos, a revista tratou de publicar os resultados de sua culminância. Esse periódico apresentou textos proferidos em palestras, em cultos corporais ao civismo ou em eventos como as marchas em homenagem ao ilustre presidente João Pessoa. Fez formação de professores. Revestiu-se do discurso de uma educação capaz de formar um cidadão saudável e defensor de sua pátria e em consonância com a ideologia da Era Vargas.

Embora a primeira edição só viesse a ganhar corpo no ano de 1932, a reivindicação de publicação de uma revista “por meio da qual pudessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino pela divulgação dos trabalhos sobre os novos métodos e processos pedagógicos” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 03) estava estampada no *Regulamento da Instrução Pri-*

1 Conforme apresentando no primeiro capítulo deste livro, a *Revista do Ensino* foi um periódico vinculado ao Departamento de Educação do Estado da Paraíba, que circulou durante as décadas de 1930 e 1940. Era publicada vezes de forma anual, vezes de forma semestral pelo Departamento de Educação do Estado da Paraíba.

mária, homologado no governo de Camilo de Holanda, em 1917. Enquanto as revistas não se tornavam uma realidade, as informações pedagógicas e os decretos instituídos sobre a educação paraibana eram quase todos publicados n’*A União*². A educação paraibana, conforme defendeu José Baptista de Melo (1996), carecia de um periódico que fosse de todo seu.

Embora a legislação já falasse da necessidade de uma revista voltada para a educação, feita por professores e para professores, só foi possível concretizar a ideia após a realização de concurso público para o cargo de docente do ensino primário durante o governo João Pessoa (1928-1930), que visou “eliminar o teorismo oficial inadaptável e improdutivo, e desejando imprimir ao ensino popular uma feição prática e utilitária, despertando o interesse na grande obra compreendida” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 03). Apesar do esforço, foi na interventoria de Antenor Navarro (1930-1932) que a *Revista do Ensino* tornou-se uma realidade.

O periódico tinha por objetivo tornar públicos os resultados de pesquisas no campo da educação, as diversas experiências positivas vivenciadas nas escolas públicas, os novos saberes educativos, disciplinares, médico-pedagógicos, cívicos, entre outros; além das diversas leis e decretos promulgados pelo estado no campo da educação. É fato que a *Revista do Ensino* ganhou fôlego na Paraíba no momento em que ainda era muito forte o sentimento de heroísmo atribuído ao ex-presidente do estado, o sr. João Pessoa. Heroificado³, construiu-se toda uma mitologia acerca de sua morte, que se

2 *A União*, o periódico mais antigo que ainda circula na Paraíba, foi fundado a 02 de fevereiro de 1893, como órgão divulgador do Partido Republicano, apoiando a gestão do seu fundador, o então presidente Álvaro Lopes Machado. É o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil. Ver: *Paraíba, imprensa e vida* (ARAÚJO, 1983).

3 Ver *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da imagem do Presidente João Pessoa* (RIBEIRO, 2009).

divulgou em defesa do povo. Vivia-se ainda um período de construção de mitos. Homens que haviam lutado em defesa da Paraíba eram exaltados. Portanto, os periódicos, os discursos, os exercícios, as aulas ganharam um tom de civismo, adotando o modelo considerado digno, à altura do estado, capaz de despertar sentimentos como bravura, honra, tradição, heroísmo. Revestida do discurso da exaltação pátria e antenada com o que havia de mais moderno na educação, nascia a *Revista do Ensino* na Paraíba.

Ressaltamos que esse periódico não era uma realidade só na Paraíba. A revista ganhou diferentes texturas nos estados brasileiros. Como explicou Maria Helena Câmara Bastos e Elizandra Ambrósio Lemos (2007), esse periódico tinha a finalidade de orientar os professores do ensino primário e divulgar diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino. Entre seus objetivos estavam os de “servir à coletividade divulgando experiências e saber comum ao magistério” (BASTOS, 1994); e sistematizar “o ideal de servir efetivamente para a disseminação da cultura e do ensino em nosso estado” (BASTOS; LEMOS, 2007, p. 17). Ou seja, as revistas ligadas:

aos professores podem ser entendidos como núcleo de informação, já que mostram a maneira de produzir e difundir discursos [...] as notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes dão sustentação. (FERNANDES, 2008, p. 16)

Periódicos como a *Revista do Ensino*, embora estivessem em consonância com os discursos que orientavam a modernidade nos

grandes centros urbanos do país, buscavam responder às necessidades do contexto histórico local, reivindicando para o interior do estado uma educação considerada de qualidade nos moldes da proposta nacional. Tratava-se de lugares de produção e circulação de saberes - teorias, ideias, práticas, modelos, experiências, fórmulas, discursos – intrínsecos à educação. Assim, a *Revista do Ensino*, à mesma medida que publicava um discurso pedagógico, contribuía de forma categórica para produzi-lo.

Já afirmamos acima que essa revista nasceu com a finalidade de estampar em suas páginas discursos, legislações, programas de ensino, relatos de experiência. O que queremos chamar atenção, nesse texto, é para as temáticas mais presentes na *Revista do Ensino*. Ao passar os olhos sobre os sumários dos poucos números⁴ que circularam, nos deparamos com temas como jardim de infância, ensino primário, bibliografia, caixa escolar, ensino moderno, aperfeiçoamento de professores, educação rural, programa escolar, cinema educativo, lições, infância, instrução pública, educação sanitária, educação física e higiene.

É sobre este último item, nosso objeto de interesse, que levantamos os seguintes questionamentos: por que se tornou obrigatória a presença, em todos os números da revista, princípios sobre higiene e educação física? Quem eram as pessoas que escreviam sobre essas temáticas? Por que a educação sanitária ainda estava ligada diretamente à profilaxia das doenças? Que modelo de corpo e/ou cidadão o discurso médico defendido pela revista queria representar?

⁴ Foram publicados dezoito números, porém o pesquisador conseguiu garimpar doze exemplares. Parte doada pelo Sr. Aducto Ramos, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, e que guardava em sua biblioteca particular alguns números. Após fazer cópias destes, os números originais foram doados para o IHGP, local ao qual demais pesquisadores poderiam ter acesso. Os demais números foram garimpados no Arquivo Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande.

Entenda, caro leitor, não almejamos esgotar o tema a ponto de responder a essas inquietações. Propomos aqui o questionamento dos discursos publicados sobre a higiene na *Revista do Ensino*, com o intuito de entender o processo de medicalização da escola e a formação de uma cultura física.

Para melhor apresentar a insistência do tema nesse periódico, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO I: ARTIGOS SOBRE A EDUCAÇÃO DA SAÚDE PUBLICADOS NA REVISTA DO ENSINO

	Artigo	Autor	Núm.	Ano
01	Inspecção Sanitária Escolar	Dr. Severino Patrício	01	1932
02	Higiene escolar	Prof. Joaquim Santiago	01	1932
03	Asseio – Profilaxia do Sarampo	Prof. ^a Beatriz Ribeiro	01	1932
04	Cultura estética	Prof. Mário Gomes	04 e 05	1933
06	Inspetoria Sanitária Escolar	Dr. Severino Patrício	04 e 05	1933
07	Uns testes de higiene e as lições	Sem autoria	06 e 07	1933
08	Tuberculose e sua profilaxia	Prof. ^a Sílvia Pessoa	06 e 07	1933
09	Inspetoria Sanitária Escolar	Sem autoria	06 e 07	1933
10	Medicância intelectual infantil	Prof. Mário Gomes	08 e 09	1934
11	Educação Sanitária – Alimentação	Dr. M. Florentino	10	1934
12	Educação physica	Prof. Aluísio Xavier	14	1936
13	Educação física e sanitária	Dr. Seixas Maia	18	1937
14	Higiene Rural	S. Costa	16	1938
15	Educação da saúde (Orientação)	Sem autoria	17	1942
16	Higiene mental na escola	Sem autoria	17	1942
17	Educação física infantil	Prof. Aluísio Xavier	18	1942

Fonte: Quadro montado pelos autores desse texto a partir dos sumários das *Revistas do Ensino* (1932-1942)

Em todos os números da *Revista do Ensino*, foi possível encontrar algum artigo discutindo um tema pertinente à medicalização escolar. É interessante perceber que o aparecimento de um determinado tema acompanha o processo de construção da lei. Um exemplo disso são os artigos sobre a educação física, que só aparecem nas edições a partir de 1936, momento em que foi decretada a obrigatoriedade dessa matéria no programa escolar. Noutras palavras, a *Revista do Ensino* era mais um porta-voz do Estado paraibano. Mais um dispositivo com a função de divulgar os benefícios promovidos pelo governo. Entendemos a atuação dessa revista como forma de legitimar aquilo que a legislação decretava, meio pelo qual se fazia circular os saberes médico-pedagógicos aos professores. Discursos que aspiravam uma efetivação, uma prática, uma cultura escolar.

Nesse sentido, repousamos o olhar sobre os discursos instituídos pela legislação escolar publicados nas páginas da *Revista do Ensino*, que orientavam professores e alunos a adotarem hábitos medico-pedagógicos por meio da higiene. Um discurso considerado formador do modelo de cidadão a que se aspirava: forte, saudável e belo. Discutiremos, para melhor entendimento, as orientações para a disciplina de higiene do currículo escolar dos anos 1930 e 1940 que circularam na *Revista do Ensino*. Vamos aos casos, ou melhor, aos discursos!

O “PROGRAMMA DE HIGIENE” E A MODELAÇÃO DE CORPOS SAUDÁVEIS

Na Paraíba do início do século XX, a relação entre educação e saúde se estreitou de forma bastante tênue. As duas caminharam

juntas à época com o objetivo de “salvar o Estado do atraso social, econômico e político”. Entre os diversos espaços em que o discurso médico-higienista ganhou força, a escola parece ter sido o lugar de maior intensidade. O tema da educação sanitária passou a ser frequente nas discussões pedagógicas. Nas páginas da *Revista de Ensino*, um dos principais meios de comunicação que circularam no Estado entre as décadas de 1930 e 1940, vemos emergir uma série de discursos tematizando a importância da interferência do médico dentro da escola, além da divulgação dos benefícios do ensino de Higiene e Educação Sanitária.

A circulação das práticas higiênicas foi, sem sombra de dúvidas, “um dos problemas mais importantes do nosso ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 39). A formação de uma raça forte, capaz e digna do merecido nome Brasil passava pelo combate às doenças que acometiam o corpo de seus cidadãos. Isso fica claro ao analisarmos o discurso citado acima, do médico Joaquim Santiago, na *Revista do Ensino* da Paraíba, ao publicar o artigo “Hygiene Escolar”, no qual se defendeu a ideia de que o Brasil não alcançaria o desejado progresso econômico e científico que tanto almejava sem antes resolver os problemas concernentes aos males que estavam impregnados no corpo de seus cidadãos.

Por isso, era preciso despertar a “consciência sanitária” de nossos escolares nos quesitos das práticas higiênicas. Portanto, se fazia necessário transformar aqueles “meninos doentes, viciados e já cheios de mazellas moraes” em crianças fortes, risonhas e saudáveis, de acordo com as novas práticas pedagógicas que tinham na divulgação do ensino de higiene. Desta forma, era preciso que os responsáveis pela administração do ensino em nosso Estado tivessem em mente a necessidade de “ministrar noções de hygiene

aos nossos meninos com o fim de velo-os sãos e cheios de um vigor sadio, minorar o sofrimento da nossa gente” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 39-40).

Ao analisarmos o Programa de Ensino Primário da Paraíba para o ano de 1932, publicado nas páginas da *Revista de Ensino*, observamos o plano contendo os assuntos e a maneira considerada correta das professoras primárias ministrarem o “Ensino de Hygiene” para as crianças do primeiro ano primário. A *Revista do Ensino*, enquanto veículo pedagógico, tratou de publicar passo a passo aquilo que, à época, entendia-se por correto, por disciplinar, por formas de enquadrar os corpos desde a infância à norma. Daí a publicação de fórmulas ditas educativas.

Para o **primeiro semestre**, no primeiro dia de aula, a lição ministrada pela professora tinha, por objetivo, despertar a “consciência sanitária” das crianças, alertando-as para os devidos cuidados com o asseio do corpo. Ao adentrar a escola, os discentes eram submetidos a uma rigorosa inspeção médica, sob o olhar disciplinador da professora, que não deixava escapar à vista nenhum detalhe relacionado ao asseio do corpo.

Em filas⁵ bem organizadas, as crianças desfilavam diante da professora que as passava em revista, observando com acuidade todos os aspectos do corpo. Primeiro, pelo asseio da cabeça, olhando se o cabelo estava cortado, lavado e se não tinha piolhos, caspas e outras sujidades; depois, passava à higiene dos dentes, e caso estivessem sujos, mandava-os imediatamente escová-los, instruindo-

5 A distribuição das crianças em filas organizadas dentro do espaço escolar tanto para a inculcação de práticas de higiene como também nas aulas de Educação Física, algo bastante comum nas primeiras décadas do século XX, constitui-se em um poderoso instrumento de “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2010). A organização em fileiras facilitava a vigilância exercida pelos/as professores/as.

-os como fazer a escovação correta até eliminar todos os restos de alimentos acumulados; observava também a limpeza dos ouvidos, do pescoço, das mãos, das unhas e, por último, do vestuário.

Nada escapava à minuciosa inspeção das professoras, que também agiam como inspetoras sanitárias. A orientação dada era a de anotar todas as informações sobre os corpos nas fichas sanitárias, para assim corrigir de imediato os erros e enquadrá-los à norma sanitária vigente. Os maus hábitos deveriam ser punidos e os bons hábitos incentivados, louvados, utilizados como exemplo. Se algo não estava de acordo com os preceitos médico-higiênicos, deveria se fazer logo que possível a correção. Se tudo andava bem nos quesitos da higiene corporal, era sinal de que as mães estavam instruindo seus filhos/as em casa nas modernas lições de higiene. Cabia à professora elogiar os acertos e corrigir os erros, pois só com uma lição de higiene bem ministrada, adquiria-se um corpo saudável. Assim, percebemos que a higiene dos corpos infantis, conforme a orientação da *Revista do Ensino*, pautava-se num acordo que incluía a escola e a família. O principal interesse era ensinar hábitos hígidos e saudáveis nas escolas e fazer com que as crianças levassem tais normas para casa. Educados, educavam seus familiares.

Assim, acreditamos existir uma aproximação cada vez mais tênue entre higiene e educação compondo as preocupações nacionais. Os problemas de ordem sanitária também foram concebidos como problemas de ordem educativa, e a escola primária “é vista como a instituição a cuja força e poder deveriam recorrer os médicos-higienistas” (ROCHA, 2003, p. 180).

No **segundo dia de aula**, a professora deveria ordenar que as crianças fizessem suas próprias inspeções sanitárias. Sob o olhar

vigilante da professora, a criança, de imediato, começava a fazer sua própria revista. “Si, por exemplo, estiver com as unhas sujas, manda-la, sem nenhum vexame, lavar as mãos e limpar as unhas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Nada mais repugnante do que aparecer em público com mãos e unhas sujas: unhas grandes ou mal cortadas eram sinal de desprezo consigo mesmo.

Para a realização das refeições, as unhas deveriam apresentar-se sempre limpas e cortadas. Permanecer com elas sujas contribuía para o abrigo de inúmeros microrganismos que podiam causar doenças, além de ser um sinal de desleixo com o próprio corpo. Uma criança moralmente educada, cuidava do asseio de seu próprio corpo e instruía os colegas de sala a fazer o mesmo.

Para completar os ensinamentos de higiene corporal, no **primeiro semestre**, era preciso despertar nas crianças “a utilidade do banho diário e das vestes limpas. O uso do copo individual. O lenço para não limpar o nariz com a manga ou a mão. Escovar os dentes pela manhã, à noite antes de dormir e depois das refeições” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Uma criança bem-educada andava prevenida com um lenço⁶ dentro do bolso da calça ou da camisa, para, caso necessitasse, não espirrar sobre os colegas. Utilizar o lenço para assoar o nariz fazia parte das normas de boa etiqueta. Ter um lenço sempre de prontidão, para assoar o nariz ou

6 Segundo as considerações feitas pelo sociólogo alemão Norbert Elias (2011, p. 146-147), a respeito do processo civilizador em torno do uso do lenço e do garfo na sociedade de corte, podemos destacar que tanto “o uso do lenço – como o do garfo – surgiu primeiro na Itália e se difundiu devido a seu valor de prestígio. As mulheres prendiam ao cinto o pedaço de pano bordado e precioso. Os jovens “esnobs” da Renascença ofereciam-nos a outras pessoas ou levavam-nos à boca. E como eram preciosos e relativamente caros, no início seu uso não é comum, nem mesmo na alta classe”.

limpar o suor, era sinal de polidez⁷. As crianças não podiam fumar ou cuspir no chão. As crianças também eram instruídas sobre o perigo oferecido pelo fumo, responsável por causar grandes transtornos ao organismo humano, favorecendo, inclusive, o surgimento de doenças, a exemplo da tuberculose.

Inúmeras outras práticas cotidianas relacionadas ao asseio do corpo foram ministradas durante o primeiro semestre do ano letivo, como “lavar as mãos sempre que pegar em dinheiro, antes de servir-se de qualquer alimento e depois que pegar em qualquer objecto que não esteja limpo” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Também se recomendava o asseio das mãos antes de sair das latrinas, local por excelência de proliferação de doenças. Lavá-las também após cumprimentar as pessoas. A higiene das mãos era um dos principais assuntos debatidos nas aulas de higiene.

Com as mãos, as crianças tocavam objetos anti-higiênicos e depois manuseavam os alimentos sem a devida higiene. Higienizar

⁷ Segundo estudos realizados por Ribeiro (1983, p. 9-10), na sociedade de corte, há uma lógica que impera: “É a da etiqueta: cada pessoa, cada classe conhece o seu lugar e respeita o dos outros. Ainda conhecemos os encantos da etiqueta – nos jornais de domingo para as famílias, nas revistas de mulher nua para o homem de classe média, nos periódicos destinados ao público feminino se ensina constantemente a escolher os vinhos adequados (ocupação viril, de sedutor com cheque especial) ou a combinar os convidados (ofício de anfitriã), a vestir-se, decorar a casa, dar festas, a subir na vida pelo domínio dos gestos de bom-tom. (Às vezes, ensina-se até a pensar.)”. Dessa forma, nota-se toda uma “pequena ética”, repleta de conteúdos e maneiras, a se divulgar e, por seu meio, também uma micropolítica: os gestos significam educação e riqueza; através deles, a sociabilidade burguesa e de classe média encontra uma expressão eficaz e, muitas vezes, solene. Porém, na sociedade de consumo, e (ainda mais) num país como o nosso, em que é pequena a tradição cultural dos membros da classe dominante, o teatro das boas maneiras e da fineza que se pretende aristocrática pode facilmente descambar para o ridículo. Mesmo na Europa, a maioria dos “duques” e “marqueses” das colunas sociais dificilmente teria direito a portar esses títulos pelas leis da monarquia. No Brasil, o aprendizado das roupas e comidas adequadas funciona mais como maneira de discriminar quem não conhece as regras (muitas vezes descabidas), como instrumento de prepotência, do que para tornar agradável o convívio social.

as mãos antes e depois das refeições era uma obrigação que devia ser ensinada cotidianamente na escola e em casa. Uma mãe prestativa iniciava seus filhos nas primeiras lições dos cuidados higiênicos. As crianças mais hábeis com as práticas do asseio eram incumbidas da tarefa de inspecionar os colegas, atuando como pequenos inspetores, procurando chamar a atenção para o cuidado, em não “tossir nem espirrar de frente para outra pessoa. Não conservar a boca aberta e respirar pelo nariz. Manter atitude correcta” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81).

No **segundo semestre**, já formada nos necessários cuidados com o asseio do corpo, a criança passou a ter sua atenção despertada para outros cuidados mais abrangentes. Para viver em sociedade, era preciso que os preceitos higiênicos fossem ampliados. Agora, possuir unhas limpas e cortadas, cabelos lavados e livres de piolhos, dentes escovados, roupas limpas e perfumadas não eram mais que necessidades, eram deveres, obrigações. Era preciso que outras questões envolvendo as práticas higiênicas passassem a ser despertadas na mentalidade dos escolares. Começando com “a necessidade de limpar os sapatos antes de entrar em casa” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Ao andar pelas ruas infectadas por vírus, bactérias, insetos, poluentes e outras sujeiras, quando chegassem em casa, os sapatos deviam ser higienizados antes de adentrar o lar. O mesmo valia quando chegassem na escola, deveriam sempre lembrar de limpar os sapatos antes da entrada. Cabia aos pais e diretores escolares a obrigação de disponibilizar, na entrada de casa e/ou da escola, um tapete ou pano limpo para a correta limpeza dos sapatos. Quando não existisse, era dever do discente solicitá-lo.

Outro cuidado era com a vacinação periódica e obrigatória. Estar atento às datas da vacinação, sempre informados sobre o

perigo dos surtos epidêmicos. Nas primeiras décadas do século XX, inúmeras doenças foram responsáveis por vitimar parte da população brasileira. Tuberculose, varíola, tifo, impaludismo, febre-amarela, gripe espanhola, sarampo, lepra, entre outras deixaram marcas profundas no corpo e na mentalidade das pessoas. Algumas pessoas temiam até mesmo pronunciar o nome de certas doenças, de tão traumatizantes e doloridas que eram.

Ainda no quesito doenças: uma boa alimentação contribuía para a manutenção de um corpo saudável. Além de evitar doenças e transtornos intestinais, a alimentação bem-feita representava uma série de bons modos e etiqueta à mesa. Uma pessoa civilizada era aquela que sabia se comportar diante dos demais no momento das refeições. Portanto, para ser civilizada, a pessoa tinha que demonstrar bons modos à mesa: não comer com alvoroço, não colocar sobre o prato ou até mesmo na boca grande quantidade de alimento, usar os talheres adequados a cada tipo de refeição e não pegar a comida com as mãos⁸, principalmente se estiverem sujas ou mal lavadas.

Tornava-se um ato bárbaro tal atitude. Era repugnante uma pessoa que não sabia se comportar à mesa. Pessoas que agiam dessa maneira nas refeições eram desprezadas pelas demais. Ainda no tocante aos cuidados na hora da refeição, era preciso estar atento para “comer devagar para não se engasgar. Mastigar bem os alimen-

8 Ribeiro (1983, p. 12-13) afirma que “[...] a partir do século XIII, inúmeros documentos atestam a crescente preocupação europeia em refinar os costumes. [...] Podemos começar pelas maneiras de comer. Não apenas não existiam talheres, como não há pratos individualizados: as comidas são postas sobre a mesa, de madeira – às vezes simples tábuas armadas para a ocasião, em cima de cavaletes; não se usa toalha, e talvez uma bota esteja ao lado da travessa”. Uma das regras que imperava era a de comer com as mãos. Não havia garfos e colheres. Também era bastante comum o costume de se servir com a faca que partia os alimentos. Os nobres consumiam carne e pão em grandes quantidades.

tos. Não servir-se de alimentos que estiverem expostos às moscas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Esses ensinamentos eram iniciados ainda durante os primeiros anos do ensino primário, antes que as crianças começassem a despertar o interesse por atos anti-higiênicos. Educados nas lições de boas práticas de higiene e de bons modos à mesa⁹, aos poucos se tornavam pequenos divulgadores dos preceitos higiênicos.

À professora caberia alertar os discentes para o perigo “de roer-se as unhas, pôr os dedos na boca, no nariz, limpar os olhos com as mãos, coçar os ouvidos e a cabeça. Diga que as pessoas que não seguem os preceitos da Hygiene ficam doentes” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Caso fosse comprovada que a criança estava com alguma doença, ela deveria, imediatamente, ser levada pelos pais aos cuidados do médico mais próximo. Só médicos e enfermeiras tinham a competência de diagnosticar e tratar as doenças. Esse tipo de discurso presente nas páginas da *Revista do Ensino*, publicada ao longo da década de 1930 e começo dos anos 1940, tinha por intenção despertar o interesse dos sujeitos para a importância da visita periódica a um médico.

Esse tipo de discurso foi, na realidade, uma das muitas tentativas encontradas para chamar a atenção das crianças para os problemas relacionados à saúde. Submetidos a uma normalização médica, as crianças tornavam-se sujeitos “conscientes” de sua função na

9 As “boas maneiras” custam muito a fazer parte do cotidiano das famílias ocidentais. “A sociedade medieval europeia é pouco refinada; os cruzados, que entram em contato com Império Bizantino ou com os inimigos árabes, são fascinados pela riqueza, pelo fausto, pela qualidade do viver encontrados no Oriente, às vezes, tão árido. Na Palestina, os cavaleiros europeus com frequência mandam comprar sorvetes no acampamento do adversário Saladino – isto sob um sol causticante. E de outra terra islâmica, a Península Ibérica, conta-se que passam à Provença as concepções do amor que inspirarão os trovadores” (RIBEIRO, 1983, p. 12).

sociedade de amanhã. Por meio de ações como estas, despertando o interesse das crianças dentro das escolas, construía-se “uma nação *saudável* capaz de atender às necessidades do mercado e mais ainda, de fazê-lo pelo consenso” (HORA, 2016, p. 2). Para se obter um corpo saudável, as crianças tinham que desfrutar de boas condições higiênicas dentro das escolas e em casa. Horários apropriados para a prática de recreios e atividades físicas favoreciam a manutenção de um corpo hígido. Recomendava-se que as atividades físicas de preferência fossem realizadas no horário da manhã, aproveitando a temperatura amena.

No primeiro ano do ensino primário, os discentes deveriam ver na prática o valor do projeto de educação da saúde para o desenvolvimento harmônico do corpo. No terceiro ano primário, durante o primeiro semestre da matéria de *Hygiene*, os discentes passariam a ser conscientizados para “a utilidade dos sanitários, o asseio das suas paredes, a necessidade de dormirem os alunos em quarto arejado” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 94). Sem abrir mão da utilidade de penetração da luz do sol nos aposentos onde dormiam, ao acordar, era recomendado que abrissem as janelas de seus quartos para que estes fossem arejados com a luz solar e com o orvalho do amanhecer. Desta forma, cultivava-se um corpo saudável. Ao levantar-se, era mais recomendado que evitasse pôr os pés no chão. Se possível, recomendava-se que a criança deixasse de prontidão uma sandália ao lado da cama para calçar quando fosse levantar-se. Nas aulas de higiene, as crianças aprendiam que a brincadeira com animais domésticos podia causar doenças; que o uso do cigarro prejudicava os pulmões e deixava os dentes amarelados; e que, além de ser fator de propagação de doenças, não era esteticamente bonito ser visto com um cigarro na boca.

Durante as lições de higiene do segundo semestre, a criança aprendia as vantagens que o hábito de “lavar as mãos e o rosto sempre que vier de um passeio” tinha. Algumas práticas higiênicas do primeiro ano eram repetidas no terceiro, como “conservar as unhas limpas e bem aparadas”, além de práticas novas, como “não limpar o quadro-negro com as mãos. Não humedecer o dedo com a saliva para voltar as páginas do livro nem também para contar dinheiro. Não chupar os dedos. Evitar o aperto de mão às pessoas doentes sem faltar a polidez” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 94). Algumas atitudes, além de serem anti-higiênicas, eram tidas como incivilizadas. Chupar os dedos em público ou na hora das refeições era um hábito anti-higiênico. Costumes como esses poderiam acarretar doenças incuráveis. Uma pessoa civilizada não podia se comportar de tal modo.

Para o ensino de Higiene do quarto ano, no primeiro semestre, a professora passava a despertar a curiosidade das crianças para os cuidados com a necessidade da correta digestão dos alimentos, apresentando as vantagens de uma boa digestão e os perigos que uma má digestão podem causar para o organismo. Por isso, a professora chamava a atenção das crianças para os benefícios que o organismo adquiria quando se realizava uma refeição, levando-se em conta o espaço de tempo entre uma e outra. Evitar comida pesada, optar por alimentos leves, dar preferência às frutas maduras e aos alimentos sãos, lavar as frutas e verduras antes de comê-las, não demonstrar pressa ao mastigar os alimentos e não consumir bebidas alcoólicas. A professora podia “exigir das crianças o compromisso de nunca se servirem de álcool. Coloque a professora na classe um cartaz com os seguintes dizeres: ‘Não beba, não fume, não jogue’” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105).

No segundo semestre, a professora abordava a “utilidade de a criança dormir e acordar cedo, tomar banho e fazer as refeições na horas certas. Cuidado com os dentes” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105). Ter em mente o cuidado de consumir água potável, de preferência, que fosse fervida antes do consumo. A água podia ser a causa de graves doenças como diarreias, verminoses, amebíase, cólera, hepatite, esquistossomose e a leptospirose, causada pela urina de ratos. Além disso, as crianças eram alertadas dos reais perigos do “beijo, propagador da tuberculose”, doença de grandes proporções. Para evitá-la, as pessoas tinham que portar bons hábitos higiênicos, como lavar as mãos com frequência, não comer alimentos estragados, não beber água contaminada e, claro, não beijar pessoas enfermas. Pelo beijo, a doença passava de uma pessoa para outra com enorme facilidade. Nas aulas de higiene, a professora buscava despertar a atenção das crianças para o devido cuidado que deveriam ter em “cultivar os bons pensamentos, o decoro e o respeito a si mesmo” e com os outros (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105).

Para o primeiro semestre do sexto ano primário, o ensino de Higiene focalizava, mais uma vez, os problemas causados pelo álcool no organismo e as doenças provocadas pelo excesso de bebidas alcoólicas. Esse assunto era tratado no sexto ano por ser nessa faixa etária que os/as jovens estavam mais susceptíveis ao contato com as bebidas alcoólicas. Passavam a frequentar festas, a andar sozinhos e a aumentar o ciclo de amizades. A professora, ministrando as aulas de Higiene, demonstrava exemplos de transtornos que as bebidas alcoólicas podiam provocar nas pessoas que bebem de forma desregrada.

Apesar de ser algo extremamente incivilizado, o consumo desmedido de bebidas alcoólicas poderia ser a causa principal de

algumas doenças. Outras questões, para além dos prejuízos do álcool para o organismo, eram postas em sala de aula, como: quais os tipos de insetos que mais transmitem doenças; quais as doenças causadas pela picada de determinados insetos. Essas lições tinham por função informar os discentes a respeito do risco que alguns insetos representam para os seres humanos, por serem transmissores de doenças.

As lições se estendiam para a real importância da qualidade da água potável, como a necessidade de “conhecer si a água é potável” e, em seguida, para os magnos problemas ocasionados pelo cigarro. A professora, no intuito de chamar a atenção das crianças, colocava na parede da classe o seguinte cartaz: “Não fume, não beba, não jogue” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 136). O verbo no imperativo representava uma forma doutrinal de se ministrar os exercícios às crianças. O cartaz ilustrado com figuras e mensagens curtas tinha por objetivo disciplinar as crianças através do olhar. Só assim elas passariam a ter noção dos reais valores da “Moderna Higiene”, cuidando do asseio de seu próprio corpo e cultivando bons hábitos dentro da escola e do lar.

No segundo semestre, orientava a *Revista do Ensino* que a professora deveria ministrar noções do correto cultivo dos alimentos estudando seus diferentes tipos: “do reino animal, vegetal e mineral. Qualidades e valor nutritivo dos alimentos. As carnes. Os legumes. As fructas, etc.” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 136).

O ensino de higiene também estava voltado para os cuidados com os ferimentos. As crianças recebiam noções de como agir em casos de acidente, desmaios e hemorragia. Eram instruídas com lições de primeiros socorros sobre como agir em uma situação

inusitada, em um acidente doméstico, em um ataque cardíaco ou até mesmo nos casos de asfixia.

Desse modo, fica clara a participação do discurso médico nos periódicos da educação. Essas partilhas de espaço tornaram-se recorrentes nos anos 1930. Os lugares que antes eram predominantemente médicos passaram a ser reivindicados pelos professores. É o que mostrou a *Revista do Ensino*, periódico da educação criado para fazer circular a legislação escolar, orientações pedagógicas, informes estaduais e artigos sobre diversos temas. Os artigos sobre a educação da saúde publicados nesse periódico passaram a ser escritos pelos dois profissionais. Dos dezessete artigos sobre a medicalização escolar encontrados nas edições da *Revista do Ensino*, doze eram de autoria de professores e cinco de médicos. Entre esses artigos, os temas mais recorrentes foram higiene do corpo, gabinetes dentários e educação física. Conforme os discursos produzidos pela revista, é possível afirmar que o corpo fisicamente vigoroso precisava ser limpo, dono de um sorriso branco e completo, e resistente. Não foi possível saber o alcance das publicações e a repercussão da *Revista do Ensino*, apenas que se tornou um modelo prático de impresso que se propôs a propagar discursos em defesa da medicalização escolar.

O principal alvo de parte dos discursos médicos estava relacionado ao cuidado e desenvolvimento harmonioso do corpo das crianças. Inúmeras ações profiláticas foram tomadas com o objetivo de disciplinar e medicalizar o corpo infantil. Para que isso fosse possível, os médicos passaram a inspecionar corredores, as salas de aula, o pátio das escolas, o vestuário, o mobiliário escolar, as latrinas, nada que dissesse respeito à higiene escapava ao exigente olhar médico. Esquadrilharam o corpo dos escolares. Dos docentes (SANTOS, 2017, p. 59). Quase todos os assuntos relacionados à

falta de higiene e saúde passaram a compor o quadro de ação do campo médico. Desta forma, a preocupação em torno da saúde do corpo dos escolares passou a ser uma das principais reivindicações e também preocupação do discurso médico-pedagógico.

CONSIDERAÇÕES

O manual pedagógico oficial do Estado – *Revista do Ensino* – trouxe no seu interior discursos em defesa do corpo limpo e ordeiro, portanto fundamental para a construção de um corpo “fisicamente vigoroso”. Cuidar da higiene do corpo estava presente nos discursos médicos e pedagógicos. Era mais um tema na ordem do dia. Repito: Mais um! Fala que abre espaço para outros temas presentes nas páginas desses periódicos.

Nos discursos sobre higiene publicados nas páginas da revista, nada foi apresentado sobre a saúde dos docentes. Nenhum indício de afastamento da escola, a não ser dos portadores de lesão orovascular das aulas de educação física. No máximo, os artigos cuidavam de indicar os acusados de serem culpados pela melhoria da saúde nas escolas: falta de médicos contratados pelo governo para realizar a inspeção escolar, bem como a falta de formação dos professores na hora de tratar das questões de higiene. Os discursos pareciam ficar presos às normas, às orientações e às indicações. O Estado criava as normas, exigia o seu cumprimento através dos professores, que, salvadores da Pátria, salvariam seus alunos da falta de higiene. Essa era a ideia. Se, de fato, naquele momento, funcionou a documentação analisada, não nos permitiu perceber. Ficamos a imaginar se realmente a apropriação foi possível num momento

em que a *Revista do Ensino* tinha uma circulação limitada, mesmo entre os docentes.

FONTES

REVISTA DO ENSINO do Estado da Paraíba, João Pessoa – PB. Edições de 1931 a 1942. Arquivo da Biblioteca Átila de Almeida – UEPB; Site da UFPB.

Referências

BASTOS, Maria Helena C.; LEMOS, Elizandra Ambrósio. Uma iconografia da cultura escolar: as capas da Revista do Ensino (1951-1978). In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos de Souza (Orgs.). **História da Educação pela Imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes**. – 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre imprensa pedagógica na história da educação. In: MALGADI, Ana Maria; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida**. 69 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

ROCHA, Heloísa H. Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SANTOS, Alexandre dos. **“Cultura física para a família campinense”**: Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico – Campina Grande – PB (1931-1942). 2017. 180f. Dissertação. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, 2017.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 2011. 193f. Mestrado. (Pós-Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

_____. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)**. 2015. 271f. Doutorado (Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

STEPHANOU, Maria. **Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas (2): 145-168, set. 1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30670/pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA*

Eleny Gianini
Niédja Maria Ferreira de Lima

INTRODUÇÃO

Apesar de a educação especial no Brasil ter se iniciado ainda no Brasil Império, em meados do século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, pouco se tem registrado sobre os caminhos trilhados por essa área educacional, quer em nível nacional, que no estado da Paraíba.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento do passado é uma “espécie de retrovisor” para definirmos as decisões, o rumo e a direção a tomar no caminho para o futuro (ORSO, 2012), essa lacuna no conhecimento historiográfico não permite aos educadores da área uma reflexão sobre o percurso da educação especial, com vistas a evitar reincidências em uma educação que se configurou como menor e a implementar políticas públicas mais efetivas para uma educação igualitária e de qualidade para as pessoas com deficiência.

Com intuito de contribuir para a historiografia da Educação Especial da Paraíba, vimos desenvolvendo pesquisas no campo da História da Educação. Tomamos conhecimento da digitalização da

Revista do Ensino, realizado pelo grupo PET/Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o que proporcionou o acesso ao seu conteúdo.

A *Revista do Ensino* foi um periódico oficial do governo do estado da Paraíba, editado pela Diretoria do Ensino Primário, que circulou no período de 1932 a 1942. Essa revista teve, segundo seu decreto de criação (Decreto nº 278, de 18 de maio de 1932), o propósito de divulgar a propagação do ensino primário no estado da Paraíba, levar informações e estímulo aos professores e divulgar as ações administrativas realizadas pelo poder público na área (ESTADO DA PARAÍBA, 1932).

Além de se constituir como um veículo oficial do Estado durante seus dez anos de circulação, tornou-se importante canal de veiculação do ideário escolanovista ao qual era afiliada, no que diz respeito tanto às suas ideias, quanto aos métodos modernos de educação. Esse ideário da denominada “Escola Nova” tratou-se de um movimento de ordem maior surgido na Europa, que intentou modernizar a educação contrapondo-se à educação tradicional vigente. Desenvolveu-se no Brasil principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930, época em que o país passava por importantes mudanças econômicas, políticas e sociais, devido ao acelerado processo de urbanização e de industrialização. Nesse contexto, o ideário escolanovista, no Brasil, propagou-se com a grande intenção de socializar e normalizar os indivíduos, adequando-os ao mercado de trabalho e aos novos padrões socioculturais (CUNHA, 1995).

Tendo em vista a importância dessa revista como fonte histórica e de pesquisa, por retratar um período relevante para a educação na Paraíba, propusemo-nos a investigar como a educação das pessoas com deficiência foi retratada nesse periódico.

OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A PESQUISA

Com o propósito de compreender como a educação de pessoas com deficiência foi retratada na *Revista de Educação* da Paraíba, o nosso estudo procurou proceder análises, considerando a temporalidade espacial do objeto de pesquisa, produto das relações econômicas e sociais do contexto abordado, qual seja, o período de 1932 a 1942 no Brasil, anos de publicação da referida revista.

Dessa forma, tivemos como fonte de pesquisa a própria revista, entendendo fonte histórica não como fonte da história, mas como apoio ao conhecimento que produzimos a respeito da história, quando se tem em consideração que as informações precisam ser vistas além do imediatamente observável, sendo necessário analisá-las estrutural e historicamente. Assim, as fontes históricas enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, ou seja, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2006).

De acordo com Souza (2009), o uso da imprensa como fonte de pesquisa em História da Educação é recente, por ser considerada um registro fragmentado e parcial do presente retratado. Entretanto, desde a década de 1930, essa visão passa a ser repensada e reconhecida como importante para as pesquisas históricas. Ainda segundo o mesmo autor, a partir da década de 1970 começa a ser utilizada em larga escala, ampliando as pesquisas no campo da história.

Particularmente em relação à *Revista do Ensino*, publicada em vários estados brasileiros, com variações de período de publicação e número de exemplares, também a partir da década de 1980, passa

a se constituir como fonte de pesquisa em História da Educação, tendo os impressos pedagógicos aberto, mundialmente, um campo profícuo de pesquisas (BICCAS, 2008).

A *Revista do Ensino* do Estado da Paraíba¹⁰, publicada no período de 1932 a 1942, foi localizada e digitalizada na Biblioteca Átila Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba, por professores e alunos do curso de Pedagogia e do grupo PET Pedagogia, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (CH/UFCG). Prevista para ser uma publicação trimestral, ao longo desses anos, não conseguiu manter essa regularidade, tendo sido publicados apenas quinze exemplares.

Procedemos a uma leitura minuciosa dos exemplares publicados, identificando quais artigos faziam referências às pessoas com deficiências e a sua educação. O Quadro I, a seguir, apresenta os artigos levantados, relacionados direta ou indiretamente à Educação Especial por nós identificados.

QUADRO I: ARTIGOS RELACIONADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE À EDUCAÇÃO ESPECIAL PUBLICADOS NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA

(continua)

Nº	PÁGINA	ARTIGO
Ano I, nº 1 – abr. 1932	49-50	A escola e a physhologia experimental
Ano I, nº 2 – jul. 1932	44	A actuação de Antenor Navarro na instrução pública
Ano I, nº 3 – set. 1932	5-26	As diretrizes da Escola Nova
Ano II, nº 4 e 5 – mar. 1933	15-21	Pestalozzi
Ano II, nº 6 e 7 – set. 1933	27-28	Palavras da diretoria do “jardim da infância” para a <i>Revista do Ensino</i>

10 Maiores informações sobre a Revista do Ensino do Estado da Paraíba encontram-se na Introdução e no Capítulo 1 deste livro.

(continuação)

Ano III, nº 8 e 9 – mar. 1934	15-19	A homogeneização das classes escolares
	53	Mendicância intelectual infantil
	71-75	Audição
Ano III, nº 10 – jul. 1934	---	---
Ano III, nº 11 – dez. 1934	5-10	Problemas do ensino
	11-16	Prophylaxia das moléstias dos olhos
	31-	Como organizar as classes escolares
Ano IV, nº 12 – maio 1936	3-5	Lei nº 16 - Reforma a instrução pública no estado e crea o Departamento de Educação
Ano IV, nº 13 – set. 1936	---	---
Ano IV, nº 14 – dez. 1936	61-62	O ensino rural - Clubs Aguicolas
	117-138	Constituição do Estado da Parayba
Ano V, nº 15(14) – dez. 1937	---	---
Ano VI, nº 16 – ago. 1938	12-15	Decreto nº 961, de 11 de fevereiro de 1938 - Dispõe sobre a organização escolar do estado e dá outras providências.
Ano X, nº 17 – abr. 1942	27-28	Bons e maus escolares
	41-43	Higiene mental na escola
Ano X, nº 18 – maio, jun. e jul. 1942	---	---

Para análise dos dados, adotamos como categorias de análise: o contexto histórico das políticas públicas da educação especial e os seguintes elementos do ideário escolanovista: a criança – o aluno – como centro do processo educativo e a adoção de uma pedagogia baseada na biologia e na psicologia.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1932 A 1942 E A REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA

A educação especial, no Brasil, remonta ao período imperial quando, sob influência dos ideais do liberalismo e das experiências

com educação de pessoas com deficiência realizadas na Europa e Estados Unidos, são criadas as primeiras instituições voltadas para o atendimento destas (JANNUZZI, 2004; MAZZOTTA, 2005).

Duas instituições se destacam: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, depois renomeado para Instituto Benjamin Constant; e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, criado em 1957, passando a ser conhecido, desde 1957, como Instituto Nacional de Educação de Surdos. De acordo com Jannuzzi (2004), o atendimento prestado por essas instituições foi precário, mas abriu espaço para a discussão sobre a educação de pessoas com deficiência quando da realização do Primeiro Congresso de Instrução Pública, em 1883. Além dos dois institutos, outras iniciativas isoladas, vinculadas a escolas regulares, apareceram em vários estados brasileiros.

Entretanto, em que pesem essas ações, a educação especial no período imperial permaneceu no descaso, da mesma forma como a educação da população em geral. Não havia interesse em uma sociedade fundamentalmente agrária e escravocrata, pouco urbanizada, de desenvolver a educação básica. Assim, no seio de uma população iletrada, os deficientes realizavam atividades como as outras, chamando a atenção apenas as pessoas com deficiências severas, que eram encaminhadas, quando possível, às instituições (JANNUZZI, 2004). Pode-se afirmar que assim continuou durante todo o chamado primeiro período do Brasil República (1889-1930).

No período de 1932 a 1942, abrangido pela *Revista do Ensino*, decorrente de uma nova configuração política e econômica pós-primeira Guerra Mundial, o Brasil acelera um período de industrialização e de conseqüente urbanização. Fruto de um projeto de hegemonia por parte da burguesia industrial, em contraposição à oligarquia cafeeira decadente, consolidou-se “[...] sob a égide do

modelo de substituição de importações, as indústrias de bens de consumo não duráveis até o início dos anos de 1950” (SAVIANI, 2010, p. 193). Essa conjuntura econômica gerou a necessidade de melhorar o nível de escolaridade da população minimizando os altos índices de analfabetismo no país.

A disputa entre a burguesia industrial e a oligarquia cafeeira desdobra-se no campo educacional, representada por duas grandes forças, a do movimento renovador e a da Igreja Católica. A primeira, ligada aos processos de industrialização e urbanização, e a segunda aos interesses oligárquicos, aos quais a Igreja Católica mantinha uma tradição e buscava recuperar o terreno que vinha perdendo (SAVIANI, 2010).

A supremacia política alcançada pela burguesia nacional levou à supremacia do movimento renovador, resultando em que a educação fosse tratada como questão nacional, à luz de seu ideário escolanovista.

Nesse contexto, passa-se a ter uma preocupação também com as crianças das escolas públicas com baixo rendimento escolar. *A priori*, essa questão era atribuída a um “defeito” da criança, mas, sob influência da Escola Nova, surge uma preocupação, apesar de menor, com a metodologia. No entanto, apesar do ideário escolanovista ter como um de seus pilares o ensino centrado nas necessidades do aluno, as mudanças metodológicas foram pífias, pois diziam respeito a um “[...] meio de reformar a escola sem mudança essencial nos conteúdos ministrados”, pois “não se tratava de mudanças essenciais na organização escolar, mas sim de torná-la mais eficiente” (JANNUZZI, 2004, p. 57).

Dessa forma, o problema da deficiência começa a ser tratado. Por um lado, por associações de pessoas da sociedade civil por meio

de entidades filantrópicas e, por outro, pela esfera governamental que deu início a algumas ações próprias para esses alunos, tais como: criação de escolas para atender às necessidades das pessoas com deficiência junto a hospitais e ao ensino regular; e diferenciação no atendimento em clínicas, centros psicopedagógicos e centros de reabilitação, apesar de estes serem, em sua grande maioria, particulares. Entre os anos 30 e 40, a expansão da educação especial se deu principalmente por meio de instituições privadas, nas áreas das deficiências mentais e visuais (BUENO, 2004).

De acordo com Jannuzzi (2004), a partir dos anos de 1930, surge a utilização da expressão “ensino emendativo” por parte de educadores de deficientes. Essa expressão, “[...] de *emendare* (latim) significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época” (JANNUZZI, 2004, p. 70). Essa concepção de ensino é a tradução da concepção de pessoa com deficiência da época, tratada como anormal e que buscava a adaptação social sujeitando-se ao modelo dos normais.

Além da expressão “anormal”, utilizava-se também o termo “excepcional”. A definição desse termo é historicamente determinada, pois “[...] não é um fato predeterminado nem se situa acima das relações sociais porque, como fenômeno social, foi construído pela própria ação do homem, estando sempre e necessariamente carregado de um sentido ideológico” (BUENO, 2004, p. 41).

Conforme Kassar (1999), desde o advento da República, as ideias de modernização e livre concorrência se espalharam também nos serviços sociais, sendo comum a concomitância entre os serviços públicos e privados. O limite e o papel desses serviços não eram claramente estabelecidos, sendo configurados com base na

luta de interesses dos segmentos sociais. A esse respeito, a autora afirma que:

[...] as instituições “privadas”, principalmente no setor do atendimento especializado a pessoas com deficiências, apresentam-se na história do atendimento à educação especial como extremamente fortes, como lugar garantido no discurso oficial, chegando a confundir-se com o próprio atendimento “público”, aos olhos da população pela “gratuidade” de alguns serviços. (KASSAR, 1999, p. 22)

No período abrangido por este estudo (1932-1942), as práticas da educação especial ocorriam em classes especiais, classes comuns, instituições especializadas, oficinas, etc., havendo tratamento legal diferenciado entre o “público” e o “privado” (JANNUZZI, 2004).

Em relação às classes especiais públicas, estas se configuravam com base no princípio escolanovista de homogeneização do alunado, separando os normais dos anormais, orientadas pelas ideias ortopédicas e higienistas.

Tendo como parâmetro esse contexto da educação especial no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, e considerando que a *Revista de Ensino* foi um porta-voz oficial da educação do Estado da Paraíba, procuramos encontrar nela referências às políticas e ações no campo da educação de pessoas com deficiência.

Pudemos observar que, em relação às políticas públicas da educação especial, nenhuma referência direta à implantação de escolas ou classes especiais para o atendimento desses alunos foi feita nos quinze exemplares da *Revista de Ensino*, a não ser alguns apontamentos. Na Revista nº 14 (dezembro, 1936), no artigo “O

ensino rural - Clubs Agrícolas” (p. 61-62) (Figura 01), encontramos a afirmação sobre a necessidade de criação de escolas, em João Pessoa e Campina Grande, para “os anormaes physicos e os intellectuaes ou retardatários mentaes”.

FIGURA 01: O ENSINO RURAL - CLUBS AGRÍCOLAS

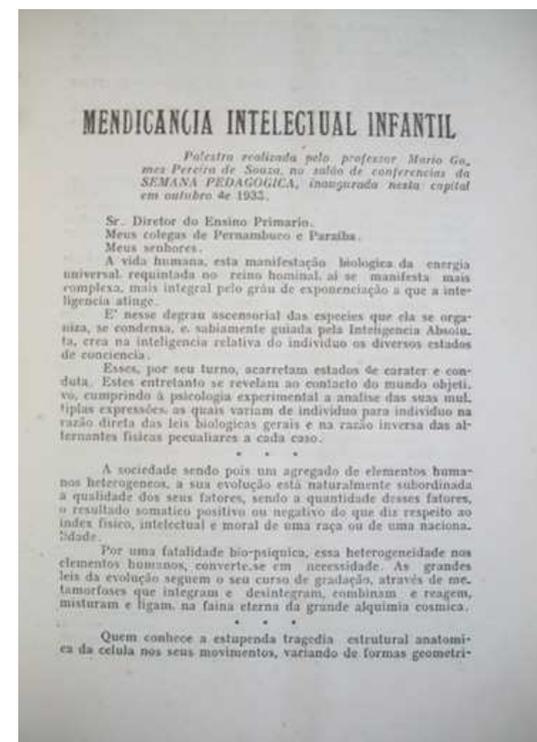


Fonte: Revista do Ensino, n. 14, p. 61-62.

Uma referência às crianças tratadas pelo termo genérico de “anormaes” foi encontrada nas Revistas nº 8 e nº 9 (março, 1934),

no artigo “Mendicância intelectual infantil” (p. 53) (Figura 02), no qual a professora Maria Gomes Pereira de Souza apresenta alguns passos para os governos erradicarem a mendicância, entre os quais a criação de “escolas para anormaes”.

FIGURA 02: MENDICÂNCIA INTELECTUAL INFANTIL

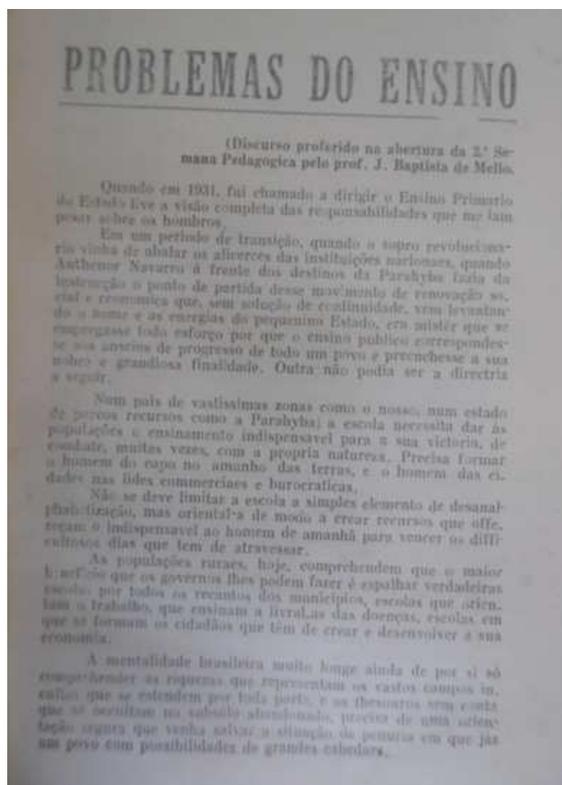


Fonte: Revista do Ensino, n. 8 e 9, p. 05.

Em dois outros artigos que dizem respeito mais diretamente à política educacional do Estado da Paraíba, esperávamos referências à educação especial. O primeiro, “Problemas do ensino” (nº 11,

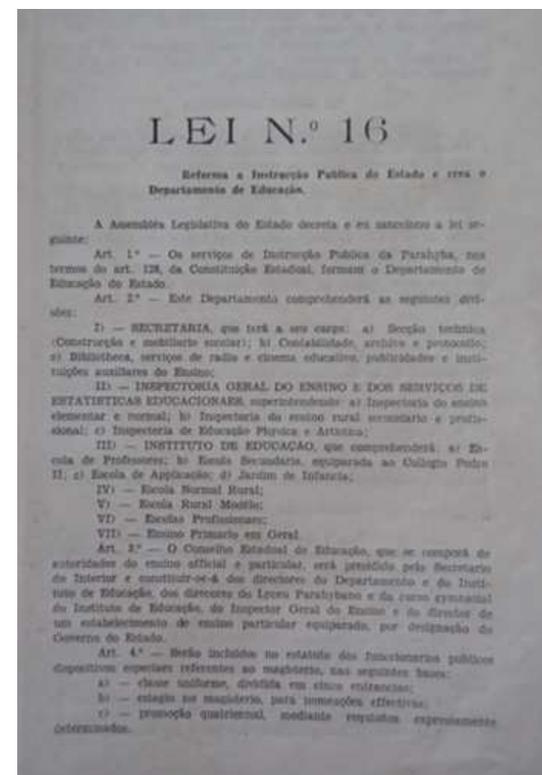
dezembro de 1934, p. 5-10) (Figura 03), que é a transcrição do discurso de abertura da segunda semana pedagógica, proferido pelo Prof. J. Baptista de Mello, no qual os vários avanços da educação na Paraíba são colocados. O segundo, “Lei nº 16” (nº 12, maio de 1936, p. 3-5) (Figura 04), uma transcrição dessa lei que “reforma a Instrução Pública no Estado e cria o Departamento de Educação”. Entretanto, em nenhum desses artigos houve menção à educação especial ou atendimento de “anormaes”.

FIGURA 03: PROBLEMAS DO ENSINO



Fonte: Revista nº 11, p. 05-10.

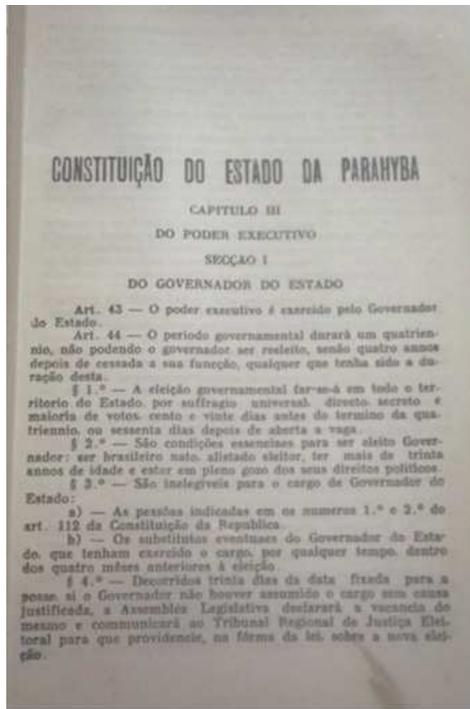
FIGURA 04: LEI Nº 16



Fonte: Revista nº 12, p. 03-05.

Finalmente, na Revista nº 14, de dezembro de 1936, foi apresentada uma transcrição da Constituição do Estado da Paraíba, de 12 de maio de 1935 (p. 117-138) (Figura 05). Em seu “Título VI – Da família, da educação e da cultura”, o artigo 127 estabelece que “a educação e a instrução são obrigatórias”; e os artigos 128 a 133 tratam da organização do “systema” educativo, todavia sem que nenhuma alusão direta tenha sido feita à educação de pessoas com deficiência.

FIGURA 05: CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAHYBA



Fonte: Revista n° 14, p. 117-138.

Ainda o artigo 125 desse mesmo Título da Constituição, que trata da família, afirma que cumpre ao Estado “assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar (alínea b)”, e “proteger a juventude contra o abandono físicos, moral e intelectual e contra qualquer exploração (alínea c)”. Podemos notar que o amparo aos desvalidos, mesmo considerando que a concepção de desvalido da época englobava as pessoas com deficiência e a proteção da juventude, nesse artigo não dizia respeito à educação, mas à assistência social.

Como se pode observar, apenas em dois artigos encontramos referência à necessidade da criação de escolas para “anormaes”. Entretanto, a preocupação nestes e em outros citados é de cunho assistencialista, para minimizar problemas sociais, como a mendicância, e não uma preocupação com a educação dessas pessoas.

O IDEÁRIO ESCOLANOVISTA, A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA*

O ideário escolanovista teve como marco importante o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado em 1932. Seus principais signatários Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo pleiteavam reformas que fossem firmemente ancoradas no movimento de transformação da sociedade. Nesse sentido, a educação nova deveria obedecer ao princípio da vinculação da escola com o meio social, dando relevância às peculiaridades do indivíduo, suas “aptidões naturais”, independentemente dos condicionantes “de ordem econômica e social”.

Em consonância com esses preceitos, seus signatários defendiam que a escola deveria contemplar o “fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando” (CUNHA, 1995, p. 34-35). Contrapondo-se aos programas da escola tradicional, com tendências exclusivamente passivas, intelectuais e verbalistas, emerge uma nova prática pedagógica, que buscou sistematizar as atividades de acordo com a “lógica psicológica” da criança, respeitando princípios que se fundamentam na natureza e no funcionamento do espírito infantil. Isso pressupõe a adoção de métodos pedagógicos para a formação de professores que estivessem em sintonia com os princípios científicos fornecidos pela psicologia.

Mas a busca pela modernização no programa de ensino, segundo Cunha (1995), além de razões no plano psicológico, se justificava em outros âmbitos científicos:

Há razões de ordem biológica, uma vez que as leis do desenvolvimento humano, e do educando em particular, condenam que se ministre para todas as crianças, ao mesmo tempo, a mesma quantidade e a mesma qualidade de conhecimento. Há razões de ordem sociológica, pois o programa “único”, preestabelecido e intangível como um dogma, só promove a desambientação do indivíduo às condições locais do meio em que vive [...] Há razões de ordem didática que preveem ‘o aprendizado em situação completa ou total’ e não com base em funções psíquicas isoladas. (CUNHA, 1995, p. 38)

No contexto dessa transformação metodológica, o movimento escolanovista em relação à formação de professores, segundo o autor, vai contribuir particularmente, no caso da Escola Normal, em alterações especificamente curriculares. Ao ter se transformado em instituição marcadamente técnico-profissional, a Escola irá proporcionar os recursos para repensar as diretrizes em que se deve fundamentar o ensino primário. Na composição do seu currículo, por exemplo, se encontram a biologia educacional, a história da educação, a psicologia, a pedagogia experimental, a sociologia educacional. Porém, será dado um maior destaque à psicologia e, por influência desta, ressaltada a importância dos instrumentos de medida psicológica, por decorrência, da medida educacional.

Esse autor afirma que a psicologia se difunde amplamente no Brasil, nas décadas de 1920-1930, e se faz presente em muitos dispositivos da legislação escolar que tratam sobre o emprego de testes psicológicos e sobre os recursos que seus resultados fornecem para a formação dos alunos e para o aperfeiçoamento do ensino. Com

efeito, foram essas normas que “estimularam a construção das primeiras provas psicológicas, bem como as primeiras ‘padronizações’ brasileiras de provas construídas em outros países” (CUNHA, 1995, p. 319). Além dessas iniciativas, destacam-se outras significativas na área: a elaboração do “Teste de ABC”, por Lourenço Filho, para diagnóstico da prontidão de aprendizagem de leitura e escrita; e a criação, em 1931, do Serviço de Psicologia Aplicada, vinculado à Diretoria Geral do Ensino de São Paulo.

Foi a partir do estudo experimental da educação, sustentado pela biologia e pela psicologia educacionais, bem como pela estatística aplicada à educação, que surgiram os meios mais recomendados para planejar e aumentar o rendimento do chamado “maquinismo escolar”. Nessa engrenagem, afirma Cunha (1995), a concepção pedagógica utiliza as medidas psicológicas, a exemplo da homogeneização de classes escolares, com a finalidade de colocar cada aluno em seu devido lugar, a fim de que sejam trabalhadas as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, viabilizar a permanência das diferenças sociais.

Essa forte influência da psicologia também se manifesta na educação especial, dando sustentação à sua vertente psicopedagógica. Segundo Jannuzzi (2004), apoiada em Helena Antipoff, psicóloga russa radicada no Brasil, que introduz a escala métrica de inteligência de Binet e Simon para classificação de crianças com deficiência mental, essa vertente:

[...] representou uma nova maneira de classificar os deficientes, ou seja, com base em critérios de aproveitamento escolar. Com isso, cresceu significativamente o número de alunos que a escola passou a apontar como desviantes, iniciando a rejeição dos que apresentavam deficiências mais severas. (SILVA, 2010, p. 31)

Além do mais, levou à proposição e à implementação de um sistema de classes homogêneas para o sistema regular de ensino, agrupando o alunado em sete classes, cinco na educação regular e duas para as classes especiais, em função de uma gradação de resultados de testes de QI.

Em nossa pesquisa na *Revista do Ensino* da Paraíba, encontramos artigos referentes à questão da homogeneização das salas de aula, evidenciando a forte influência da psicologia na educação. Nas Revistas nº 6 e 7 (Figura 06), de setembro de 1933, o artigo “Palavras da diretoria do ‘jardim da infância’ para a *Revista do Ensino*” (p. 27-32) aponta a necessidade da divisão das salas em supernormais, normais e anormais, com a seguinte visão:

FIGURA 06: PALAVRAS DA DIRETORIA DO “JARDIM DA INFÂNCIA” PARA A REVISTA DO ENSINO



Os primeiros, futuros super-homens, força viva da Pátria, esperança radiosa dos dias futuros do nosso país, constituirão classes de elite intelectual. Nessas classes o mestre poderá acelerar o ensino, graças à facilidade de percepção e à vivacidade natural dos alunos. Sem a prova científica do 'test' essas crianças se aborreceriam perdendo tempo inutilmente em classes muito atrasadas para elas. Os 'normais' encontrarão no material escolar interessantíssimo e atraente meio rápido e seguro de aprender sem esforço, nem fadiga. Os 'anormais' serão submetidos à processos especiais de ensino. A voz do mestre deve ter, para guiá-los, modulações harmoniosas. Esses pobres não são destituídos de sentimentos afetivos e não poderão resistir à atração da voz encantadora que chama, encoraja, ajuda, educando-os alfim. Para eles, como diz a Dra. Maria Montessori, é preciso possuir essa 'chave secreta que é l'azione sullo spirito'. (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 28)

Fonte: Revistas nº 6-7, p. 27-32

Na Revista nº 11, de dezembro de 1934, no artigo “Como organizar as classes escolares” (p. 31-42) (Figura nº 06), escrito por Sylvia de Pessoa, trata-se das dificuldades para classificação de alunos, com a finalidade de organizar as classes escolares, levando à heterogeneidade de níveis de aprendizagem e ao prejuízo para alguns alunos.

FIGURA 07: COMO ORGANIZAR AS CLASSES ESCOLARES



Fonte: Revista nº 11, p. 31-42

Além de procedimentos pedagógicos para avaliar os alunos, é sugerido o uso de “tests apropriados para medir a idade mental do menino, como seu aproveitamento em qualquer classe” (p. 36), que devem ser “organizados para a classificação do 1º grau” (p. 36), podendo o professor dispor de “material conhecido”, avaliando linguagem e concordância, e utilizando “tests de raciocínio, memória e atenção” (p. 36). A autora detalha a utilização dos materiais e testes para avaliação e classificação dos alunos, com base em estudos da

psicologia, apresentando, inclusive, passo a passo o teste de Binet e uma discussão sobre esse teste feita por outros psicólogos. A importância dada à homogeneização das salas fica muito evidente no parágrafo do artigo que transcrevemos a seguir:

Para que possamos obter classes homogêneas, é mister que não nos descuremos dos tests que marcam a idade mental da criança, dessa sorte evitar-se a que marchem em paralelo capacidades opostas, o que pode ocasionar a indisciplina de uma classe, porque a criança que facilmente se adianta, certamente se distrahirá quando muitas vezes fôr o assunto repetido. (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 39)

Ao lermos as revistas, dois outros artigos nos chamaram a atenção, talvez pelos títulos, pois, à primeira vista, eles pareciam dizer respeito à escolaridade de pessoas surdas e cegas. São eles: “Audição” (Revistas nº 8 e 9, 1934, p. 71- 75) e “Prophylaxia das moléstias dos olhos” (Revista nº 11, 1934, p. 11-16).

FIGURA 08: AUDIÇÃO FIGURA 09: PROPHYLAXIA DAS MOLÉSTIAS DOS OLHOS



Fonte: Revistas nº8 e 9 , p. 71-75.



Fonte: Revista nº 11, p. 11-16.

O primeiro trata de um material de ensino para o 6º ano, dividido em três lições. As duas primeiras abordam aspectos anátomo-fisiológicos da audição e a terceira sobre a higiene do ouvido. Na terceira lição, há o estabelecimento de uma relação entre visão, audição e inteligência, deixando claro o ponto de vista da época sobre as pessoas cegas e as surdas:

A vista e a audição, são, eu vos disse, os sentidos superiores. Deveis portanto preservá-los igualmente.

Os cegos inspiram compaixão. Eles nunca elevarão seu espírito.

Os surdos mesmo ilustrados têm a aparência de tolos.

A inteligência como irmã amiga que é, ressentir-se com a falta de um desses sentidos. (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 73)

O segundo, escrito pelo médico Dr. J. de Seixas Maia, traz em seu primeiro parágrafo que “a hygiene social ocupa um lugar, o mais considerável na vida das nações civilizadas”, tendo a hygiene escolar “um lugar de destaque nas preocupações dos sábios de todo mundo”, uma vez que “a velha dualidade do corpo e do espirito já desapareceu” (p. 11). Afirma que as escolas “devem fazer não apenas a educação intelectual e moral como também sua educação physica” (p. 12). A partir dessas colocações iniciais, o artigo passa a discorrer sobre miopia e outras doenças dos olhos, e medidas referentes à sua profilaxia coletiva e individual. Tratava-se, então, de um artigo que visava trazer informações para os professores, a fim de que passassem a ser agentes profiláticos de tais doenças, por meio da educação.

Como podemos notar, a presença de artigos dessa natureza na *Revista de Ensino* reflete a forte influência da biologia na edu-

cação, trazida pelo escolanovismo. Conhecimentos pertinentes às ciências biológicas passam a fazer parte dos currículos de formação de professores, com a menção clara de que esses são responsáveis de criar hábitos higiênicos, para que, junto com uma educação física racional, os alunos cheguem à “plenitude de seu desenvolvimento corporal” (CUNHA, 1995, p. 72).

CONSIDERAÇÕES

A *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942) foi considerada uma porta-voz oficial do Estado e canal de veiculação do ideário escolanovista, ao qual era afiliada. Buscamos, neste estudo, encontrar referências às políticas e ações no campo da educação de pessoas com deficiência e compreender como foi retratada nesse periódico.

Seria esperado que o ideário escolanovista, assumido para implementar a reforma de ensino no Estado da Paraíba, que tem a centralidade da criança nas relações de ensino e aprendizagem, bem como a preocupação com o problema educacional das pessoas com deficiência no Brasil, tanto pelo poder público como pela sociedade civil, refletisse em políticas também nesse Estado, que provavelmente estariam retratadas na *Revista do Ensino*.

Mas, como pudemos observar, não foi isso o encontrado, evidenciando a ausência de uma educação especial na Paraíba, pelo menos, até o ano de 1942, último ano da publicação da revista.

Nas poucas referências encontradas, percebemos a concepção de pessoa com deficiência baseada na falta, no desvio da normalidade, no padrão classificatório e na necessidade de que se tirasse

o defeito ou fossem supridas as falhas, adaptando os deficientes a padrões de normalidade aceitos naquela época, sustentados na vertente psicopedagógica, ideias estas sob influência das áreas médicas e psicológicas, fortemente presentes no escolanovismo.

REFERÊNCIAS

BICCAS, M. de S. **O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino** de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

CUNHA, M. V. **A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ESTADO DA PARAHYBA. **Decreto nº 287**, de 18 de maio de 1932. *Revista do Ensino*, v. 1, n. 2, 1932.

FARIA, M. F. **A Educação Física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940)**. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2009.

JANUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. G. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p. 28-35, 2006.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusã o escolar: história e fundamentos**. Curitiba, PR: Ibpx, 2010.

SOUZA, E. F. de. A imprensa como fontes para pesquisa em História da Educação. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 2009.

A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA LEITURA NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932-1934)

Meryglauca Silva Azevedo

INTRODUÇÃO

Em um mesmo momento histórico, pode haver diferentes maneiras de se pensar sobre a infância, considerando que as relações estabelecidas entre os grupos interferem na forma de compreendê-la e de perceber o lugar social ocupado pela criança. Diante disso, “[...] podemos compreender a infância como concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida [...]” (FREITA; JR., 2002, p. 7).

Nesse sentido, para que o pesquisador possa compreender os diferentes sentidos veiculados sobre as infâncias e o lugar social que a criança ocupou nas esferas pública e privada, em cada período da história da educação no Brasil, seu olhar deve estar vinculado às relações sociais, pois as concepções de educação e de infância são uma produção cultural, social e histórica, que não estiveram, desde sempre, colocadas, mas foram sendo moldadas, arregimentadas por diferentes discursos, em que o saber, o poder e a verdade

estão relacionados e dependentes (FOUCAULT, 1975; 1988). Por isso, o que é determinado sobre a infância deve estar interligado com o seu lugar de produção, endereçamento e distribuição, para compreendermos a concepção de infância, já que os significados atribuídos à criança marcam a forma de pensar ou, até mesmo, de produzir a infância em cada época e/ou lugar.

Assim, considerando esses aspectos, o objetivo deste estudo foi analisar os enunciados presentes nas matérias da *Revista do Ensino* da Paraíba sobre a educação na infância. Para isso, pretende-se compreender e apresentar as primeiras aproximações dos significados atribuídos à infância e sua educação.

O referido periódico circulou no estado da Paraíba durante dez anos (1932-1942), totalizando dezoito números, divididos em quinze exemplares. A *Revista do Ensino* foi um espaço, por excelência, criado para veicular os debates educacionais no estado da Paraíba sobre os novos modelos de ensino, as concepções de infância, espaço e tempo escolares, formação docente, etc. Nesta pesquisa, a *Revista* foi lida como um artefato cultural representativo de um tempo histórico particular, por isso o recorte temporal escolhido foram os anos de 1932 a 1934.

A partir deste delineamento inicial, destacam-se os momentos nos quais este estudo foi configurado, estando organizado com uma introdução, na qual se abordou o referencial teórico, a fonte e o objetivo do estudo; no tópico intitulado “Breve discussão sobre a imprensa no campo da História da Educação”, apresenta-se uma breve discussão sobre o uso da imprensa na área da História da Educação; já no tópico intitulado “*Revista do Ensino* da Paraíba: características gerais (1932-1942)”, tem-se uma descrição resumida das características gerais dos dezoito números da *Revista do Ensino*, considerando-se

os aspectos da materialidade do periódico, como formato, total de páginas, periodicidade, temas abordados, entre outros.

Para compreender e apresentar as primeiras aproximações dos significados atribuídos às características dos enunciados sobre a infância, foram considerados os artigos de opinião e os discursos proferidos por políticos e intelectuais, entre eles, o médico, o moral e o psicológico, cujas análises são apresentadas no tópico intitulado “A infância na *Revista do Ensino* (1932-1934)”. Por fim, vêm as considerações finais, na qual finalizamos com algumas reflexões e retomamos as análises mais relevantes realizadas nos tópicos anteriores.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE A IMPRENSA NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Com a abrangência de novas possibilidades de pesquisa trazidas pelos estudos da História Nova, a imprensa pedagógica ganhou seu espaço no campo do conhecimento da História da Educação e recebeu novos significados e compreensões. Assim, o impresso passou a ser fonte e/ou objeto importante em muitos estudos, principalmente pelo fato de esse dispositivo pedagógico possibilitar a compreensão de aspectos que constituem o cotidiano do campo educacional escolar de determinado espaço geográfico e período da história, ou seja, o retrato de um período histórico:

[...] Na verdade, é difícil encontrar outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois

séculos. Todos os Atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam, quase sempre 'a quente', as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época [...]. (NÓVOA, 1997, p. 30 - 31)

Nesse sentido, as investigações que envolvem a imprensa pedagógica têm contribuído, significativamente, para ampliar os estudos na área do conhecimento supracitada e passaram a ser um dos instrumentos de suma importância para se compreenderem os aspectos que compõem o campo educacional, “[...] por se constituir em espaço privilegiado de divulgação de teorias e de práticas educativas, além de fornecer pistas sobre a circulação de ideias e modelos educativos [...]” (FERNANDES, 2008, p. 15).

Pesquisadores como Furtado e Pinto (2011), Faria (2009), Biccás (2008), Souza (2001), Brites (2000) e Catani (1996) vêm se interessando, cada vez mais, em estudar periódicos pedagógicos. Conforme Biccás (2008, p. 23), “[...] nas três últimas décadas, a investigação sobre os impressos pedagógicos tem-se apresentado como um novo campo de pesquisa em vários países do mundo e, mais recentemente, no Brasil [...]”. No que concerne às pesquisas mais significativas, no contexto mundial, destacam-se os trabalhos de “[...] Pierre Caspard (1981), da França e Antônio Nóvoa (1993), em Portugal [...]”, que “[...] têm realizado um trabalho bastante significativo buscando estabelecer uma história serial e de repertórios analíticos na perspectiva de fornecer informações sobre o ciclo de vida, conteúdos dos impressos [...]” (BICCAS, 2008, p. 23).

Compreendendo a educação como uma prática social que se estrutura por meio do conhecimento produzido culturalmente,

a imprensa é uma produtora da cultura, um meio relevante na constituição dos caminhos percorridos pela história da educação. Vale enfatizar que o pesquisador, ao trabalhar com a imprensa, precisa ter clareza do seu papel tendencioso ou interessado, tendo em vista que, mesmo sendo uma “fotografia” de uma época, ela não é um retrato fiel da realidade, mas produtora dela. Por essa razão, a *Revista do Ensino* do estado da Paraíba, fonte deste estudo, pode se configurar como uma produção importante da cultura oficial, uma vez que sua leitura proporciona entendimento acerca da concepção de sociedade, de escola e de Estado, mais especificamente para este artigo, possibilita perceber os debates que deram significados às características dos enunciados sobre a infância durante a circulação do periódico.

A INFÂNCIA NA *REVISTA DO ENSINO* (1932-1934)

Os significados sobre a infância e sobre como deveria ser a educação da criança apresentam-se, na *Revista do Ensino*, de diferentes formas. Foram veiculados, através de artigos escritos, à maioria de educadores e apresentados também através de fotografias, como registros dos momentos e dos espaços escolares.

Os artigos estão ligados a temas como cuidar, educar e proteger a criança, considerada como um ser frágil e sujeito do futuro.

Sabendo que o tempo pesquisado foi a terceira década do século XX, ou seja, um período contemporâneo ao efervescente discurso republicano, pautado na construção de um novo tempo, quando se defendia a regeneração das populações brasileiras, muito do que era publicado no periódico estava articulado ao propósito

de atender às necessidades da sociedade nascente do novo projeto político republicano, em pleno processo de organização e definição quanto ao modelo da que se queria construir, em meio ao ideário de elevar o Brasil a uma nação civilizada. E como a *Revista do Ensino* estava inserida nesse momento histórico nacional, muitos desses aspectos são constantes nas temáticas produzidos no periódico.

Nesse sentido, são recorrentes os discursos médico, psicológico e moral, que vão sendo disseminados no estado paraibano, durante a veiculação do periódico, contribuindo para uma forma de pensar a infância. Em específico, a temática da psicologia experimental é presente na *Revista*, tanto em artigos exclusivos quanto incorporada em outros. Cabe lembrar que, no movimento da Escola Nova, essa ciência teve expressiva importância, pois tornou possível sentir-se a infância e compreender as características específicas da criança. Assim, a psicologia possibilitou que se tivesse mais controle sob a criança, moldando-a conforme os anseios da sociedade.

[...] As tendências modernas da obra educativa, procurando cada vez mais no estudo da psicologia experimental trazer novos subsídios para melhor aparelhamento do ensino primário e classificação dos escolares, dão ao educador que deseja acompanhar a evolução do desenvolvimento mental dos alumnos e se compenetra da verdadeira missão que a sociedade e a família lhe confiaram, margem, para que todo o seu esforço, em prol desse desideratum obtenha o coeficiente de resultado o maior possível [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 49)

Com os estudos da psicologia experimental, surgiram as salas homogêneas, para “[...] assegurar a centralidade da criança

no processo educativo e garantir o respeito à sua individualidade [...]” (VIDAL, 2007 p. 498). As crianças eram “agrupadas” considerando-se as suas aptidões, com o objetivo de se aproveitar bem mais sua capacidade. Por causa disso, as salas homogêneas, mais do que propiciar um amplo desenvolvimento das competências das crianças, criavam um processo de exclusão.

O discurso médico, que é o especializado, o científico, caracterizado como verdadeiro, é recorrente no periódico paraibano. Em seu número inaugural, constam os seguintes artigos: “Insp. Sanitária Escolar”, escrito pelo Dr. Severino Patricio; “Hygiene Escolar”, de autoria do Prof. Joaquim Santiago, e “Asseio”, da professora Beatriz Ribeiro.

O primeiro artigo inicia-se com uma exaltação ao interventor federal, o Sr. Anthenor Navarro, considerado como um “[...] moço inteligente e muito bem orientado nas cousas do nosso meio [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 21). Nesse trecho, é evidente o caráter da propaganda oficial estatal no periódico, que caracteriza o interventor federal como um exemplo bom a ser seguido pelos futuros governantes. No mesmo artigo, é descrito o que foi encontrado em uma visita a uma escola, o que ressalta a relevância da Inspeção Sanitária Escolar, como pode ser lido neste trecho:

[...] Ha bem poucos annos, a visita a uma escola constituia verdadeiro constrangimento para quem a isto se dispunha; aqui, um alumno cheio de feridas, anemiado e desnutrido pela falta da quota alimentar sufficiente pra o seu desenvolvimento physico; ali, um outro escolar, cheio de vermes a correr os seus intestinos [...]; acolá um outro com sarna, aphtalmia, hypertrophia de amygdalas ou vegetações adenoides, adormecido e indolente,

indiferente a tudo, demonstrando atraso pedagógico e fadiga constante devido aos hospedes impertinentes, que a pouco e pouco iam acabando as miseráveis energias dos seus órgãos depauperados [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 22)

Será uma inspetoria para criança pobre um dispositivo de governo da população e da infância de modo geral, tendo em vista as preocupações demonstradas pelos higienistas no controle de doenças, endemias e epidemias? Esse é um discurso que se refere a uma infância doente, a ser cuidada, mas sem identificar a criança em questão.

Prosseguindo, nota-se indícios de resposta para a pergunta: “[...] a Inspectoria Sanitaria Escolar, inaugurada em 15 de setembro do anno próximo passado, vem funcionando normalmente desde aquella data, prestando todo o auxilio possível aos escolares **despresados pela fortuna** [...]”. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 22, *grifo nosso*)

No artigo, “Hygiene Escolar”, fica evidente a constituição de uma sociedade em que os sujeitos devam ser fortes e saudáveis, como está expresso no periódico: “[...] Formar uma raça forte, capaz e digna da nossa estremecida Patria, deve ser o grande e vehemente anseio daquelles que têm a responsabilidade dos destinos da nacionalidade [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 39).

Nessa perspectiva, o professor tem “[...] o sagrado dever de nos bater com todas as forças pela disseminação do ensino, zelo e carinho pela creança que será o sustentaculo do Brasil damanhã [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 39). Temos uma ciência utilizada para solucionar os problemas da nação brasileira, formando sujeitos fortes, uma vez que “[...] meninos doentes, viciados e

já cheios de mazellas moraes, não podem constituir as esperanças risonhas dum país onde tudo é grande e assombroso, excepção, infelizmente, do homem [...]” (1932, p. 39). Assim, vai sendo moldada a educação da infância paraibana. Além de o trecho justificar a importância de ministrar noções de higiene no âmbito escolar, informa como isso será feito no estado da Paraíba:

[...] Nas escolas primarias do nosso Estado vamos propagando pelo livrinho didactico e bem feito do notavel higienista patricio dr. Renato Kehl, noções e conhecimentos aos nosso alumnos das molestias e dos meios capazes e efficazes de combate-las e evitar a sua propagação [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 40)

No periódico, outros artigos versam sobre a importância do vínculo entre a educação e a saúde para constituição da almejada sociedade republicana, que deve ser pura, isto é, sem qualquer tipo de mazela; e sobre a escola, um espaço privilegiado de normatização e de controle das crianças, que são consideradas como homens e mulheres do futuro, construtores da sociedade almejada.

No último artigo, intitulado “Asseio”, são discutidos hábitos de limpeza, como lavar as mãos antes das refeições, não levar a mão suja aos olhos, ter cuidados com a boca e os dentes, entre outros, ou seja, é apresentada a dicotomia limpo/sujo, mostrando a importância da higiene, já que o sujeito limpo, supostamente, teria mais atenção das pessoas:

[...] se vierem aqui à Escola, em visita, dois meninos, um, embora vestido modestamente, demonstra pelo seu asseio, pelo seu traje bem limpo que tem noção dos deveres de hygiene, o outro,

mostra o contrario pelo seu desalinho, suas mãos e unhas sujas, etc.

Vocês, mesmo sem querer, prestarão maior atenção e ligarão maior importancia ao que a primeira creança disser: é porque ao falarmos com uma pessoa asseada physicamente ella nos dá a impressão de que também o é moralmente, isto é, tem o character como o physico: puro e limpo [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 53-54)

Mais uma vez, a escola aparece como palco para a educação higienista, e a *Revista do Ensino* se constitui como uma agência normalizadora das condutas dos leitores, cuja maioria era composta de professores, porquanto o periódico era de assinatura obrigatória ao professorado. Ou seja, temos a formação de um educador que irá atuar no espaço escolar e formar as crianças.

A higiene é, então, um dispositivo educacional escolar indispensável ao convívio social, que dirige os corpos, governa-os, define seus movimentos e espaços de liberdade e coíbe posturas indesejáveis, tendo em vista as novas demandas do crescente processo de urbanização. Isso fica explícito no final do artigo, quando o autor mostra como o Brasil é visto por outros países: “[...] um povo inclinado á indolencia, á preguiça, ao desanimo, etc. [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 54). Para sanar esse problema, ele propõe:

[...] Diz um adagio popular: tirado a causa, cessa o effeito; e eu digo: logo que comece nas escolas uma campanha hygienica em prol da reerguição do povo brasileiro e com o auxilio dos jovens brasileirinhos, veremos surgir um povo forte, poderoso, querido e respeitado entre as nações e que poderá exclaimar orgulhosamente: no meu Brasil não ha preguiça, porque não há doença - não ha doença

porque se respeita e pratica a hygiene [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 55)

É evidente que a temática médica e a moral, assim como a da psicologia, ocuparam o espaço escolar e promoveram práticas educativas para civilizar e moralizar as crianças, mais do que isso, para normatizar e governar. Ao mesmo tempo em que há publicações que elevam o ser infantil, a importância de cuidar da criança e de considerar as suas necessidades, vez por outra, encontram-se temáticas que tratam de uma educação pautada na formação do homem futuro, respaldada na moral e em valores cívicos:

[...] Devemos atentar para o fato que nem sempre o mais instruido será a melhor moral. A criminalidade cresce ás vezes na mesma razão do crescimento da mentalidade dos povos. Dessa deproporção resulta a necessidade imprescindível para o educador, de cuidar com maior esmero, com maior empenho da formação moral da criança; isso com um dever imperioso da escola para com a sociedade [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 34)

Outro dispositivo de controle dos corpos, de governo da infância, é o escoteirismo, uma forma de disciplinar os valores morais seculares, “[...] uma instituição que concorre grandemente para o aperfeiçoamento moral da criança e para seu desenvolvimento físico, integrando-lhe numa vida mais possível e compatível com a natureza [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 34-35).

O que se conclui é que a *Revista do Ensino*, no recorte temporal aqui estabelecido, não se apresenta como uma unidade discursiva singular e homogênea sobre a infância e sua educação. O que é produzido atende aos anseios de uma sociedade que quer

construir uma identidade nacional, mas cujas elites têm projetos diferenciados de sociedade. Esse aspecto aparece na pluralidade enunciativa, nas várias possibilidades de educar e de governar, que são oferecidas aos professores em formação e aos sujeitos de modo geral, mesmo que, em algum momento e em alguns contextos, os significados sobre a infância tenham sido ferramentas muito importantes e servido de guia e de suportes para o desenvolvimento de práticas educativas escolares e não escolares¹.

CONSIDERAÇÕES

É constante, no periódico pedagógico paraibano, a importância de se ter uma infância/criança saudável (muitos textos versam sobre a temática higienista); escolarizada (o periódico tem artigos que abordam a Escola Nova, jardins de infância; e inclui os clássicos que desenvolveram estudos sobre a criança); com uma *psique* própria (nos textos que abordam a psicologia); constituída de direitos, protegida, moralizada (são constantes os artigos que abordam a formação moral da criança para viver em sociedade), entre outros aspectos. Desse modo, os discursos presentes na *Revista do Ensino* fabricaram e forjaram formas plurais de educação da infância, como também de concepção de infância.

Suas narrativas não são neutras, sobretudo quando se tem um jogo de interesses vinculados a determinado grupo. Isso quer dizer que o texto, as fotografias, a diagramação, entre outros aspectos que compuseram a *Revista do Ensino*, produziram, reproduziram e forjaram uma realidade. Chartier fala sobre a falta de neutrali-

¹ Aspecto que será discutido e ampliado em um próximo trabalho.

dade nos discursos pronunciados e refere que a realidade social é construída. Logo, as temáticas presentes no periódico paraibano são constituídas de intencionalidades, não são um retrato fiel da realidade.

Nessa perspectiva, a leitura da *Revista do Ensino*, como já mencionado, ajuda-nos a entender a concepção de Estado, de sociedade e de escola durante um tempo em que a ideia de nação estava sendo gestada, e cujos discursos tiveram visibilidade em dispositivos de formação de professores, como é o caso dos conteúdos disseminados no período de circulação dessa revista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. A Revista do Ensino e sua importância para a educação na Paraíba. **Educação e Cultura**, ano IV, n. 13, p. 30-33, abr./maio/jun. 1984.

ATHAYDE, Selma Cunha Ribeiro. A infância e suas concepções na sociedade e na Educação Infantil. In: FARIA, Evangelina Maria Brito de (Org.). **A criança e as múltiplas linguagens**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. p. 19-33.

AZEVEDO, Meryglauca Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça; SOUSA, Pâmella Tamires Avelino de. Impressos na história da educação: Revista do Ensino na Paraíba (1932-1942). In: ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2012, São Luís. **Anais...** São Luís: [s.n.], 2012. p. 1-9.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul/dez. 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Liberdade, 1996.

FARIA, Miguel Fabiano de. **A educação física na Revista do Ensino**: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940). 2009, 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; JÚNIOR, Moysés Kuhlmann (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). **Impressos e história da educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 15-29.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KULESZA, Wojciech Andrzej. José Baptista de Mello e a Reforma da Educação na Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil

(1920 e 1946). Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. p. 385-403.

REVISTA DO ENSINO, ano 1, n° 1, abril de 1932.

REVISTA DO ENSINO, ano 1, n° 2, julho de 1932.

REVISTA DO ENSINO, ano 1, n° 3, setembro de 1932.

REVISTA DO ENSINO, ano 2, n° 6/7, setembro de 1933.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas**: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930). 2001, 368f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SCHELBAUER, Analete Regina. Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal A Província de São Paulo (1875-1889). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SCHELBAUER, Analete Regina (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 7-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 497-517.

UM NOVO PROFESSOR PARA UMA ESCOLA NOVA?

Pâmella Tamires Avelino de Sousa
Melânia Mendonça Rodrigues

INTRODUÇÃO

Conforme já explicitado neste livro, ao início das nossas aproximações crítico-analíticas às matérias veiculadas na *Revista do Ensino* da Paraíba, a recorrência de algumas temáticas indicou-nos a relevância de sua abordagem de modo mais detido, dentre as quais, interessou-nos analisar as concepções acerca do professor primário e do processo educativo, disseminadas pelo periódico.

Considerando, como demonstram os estudos anteriormente referidos¹, que a revista, no âmbito da imprensa pedagógica paraibana, constituiu um importante veículo de formação dos professores e o mais destacado canal de disseminação do ideário escolanovista no Estado, delimitamos, como corpus de análise, os onze números editados nos três primeiros anos de circulação do periódico (1932-1934), sob a direção do seu criador, o professor José Baptista de Mello, então diretor do Ensino Primário da Paraíba e principal articulador do movimento da Escola Nova no Estado. A substituição desse professor pelo Monsenhor Pedro Anísio, ocorrida em 1936, após um ano de interrupção na circulação da revista, justifica a delimitação adotada.

¹ Ver, nesta obra, o capítulo “Imprensa e educação: a Revista do Ensino da Paraíba”.

Dada a filiação do criador e diretor do periódico ao ideário da Escola Nova, bem como o fato de que o editorial do seu número inaugural apresenta a revista como meio de veiculação, junto aos professores, das ideias, dos processos pedagógicos e dos métodos modernos de educação, a abordagem da concepção de professor norteou-se, mais especificamente, pelas compreensões expressas já no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, quais sejam: o magistério como uma função pública e o professor como um profissional detentor de uma boa formação e com remuneração equivalente. Também a partir desse manifesto, constituem princípios fundantes do processo educativo: a “atividade espontânea, alegre e fecunda” e a criança, como “o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação” (MANIFESTO, 2006, p. 195-196).

Constituiu, ainda, um norteamento da análise a consideração de que o movimento da Escola Nova no Brasil representou a emergência do liberalismo educacional e a defesa da escola pública laica, contrapondo-se, portanto, à hegemonia do pensamento católico na educação brasileira, sustentáculo da escola privada.

Na sequência, apresentamos as sínteses a que chegamos no estudo crítico-analítico dos referidos números do periódico, precedidas de ligeiros apontamentos das formulações do movimento da Escola Nova acerca do objeto estudado.

UM NOVO PROFESSOR PARA UMA ESCOLA NOVA

As mudanças na educação pública brasileira pretendidas pelos escolanovistas requeriam uma transformação no perfil dos docentes, aos quais, nesse momento, caberia a responsabilidade de

viabilizar os novos métodos de ensino para a população, enfatizar ideais de igualdade e atender aos princípios da Escola Nova, pois, como afirma Nunes, “a proposta dos escolanovistas exigia uma nova concepção de formação do docente como profissional: tratava-se de construir um novo professor para uma nova educação” (NUNES apud ARAUJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p. 34).

Em consequência, grande relevância é atribuída à formação científica dos professores, como fica explícito no excerto a seguir, transcrito do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Certo, um educador pode bem ser um filósofo e deve ter a sua filosofia de educação; mas, trabalhando cientificamente nesse terreno, ele deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação, quanto também dos meios de realizá-los. O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está e se passa além da janela do seu laboratório. Mas o educador, como o sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; as alturas e as profundidades da vida humana e da vida social não devem estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, “o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social”, e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização.

Se tem essa cultura geral, que lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação; se tem um espírito científico, empregará

os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares. (MANIFESTO, 2006, p. 188-189)

Como fica claro na citação transcrita, a ênfase na formação científica do professor expressa o trânsito, identificado por Saviani (2009, p. 146), “rumo à consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente”. Com efeito, o já citado manifesto tece duras críticas ao tratamento dispensado, até aquele momento, à preparação dos professores: “Inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional” (MANIFESTO, 2006, p. 200).

Visando à superação desse quadro, o manifesto propõe a formação universitária para os professores, não apenas como:

[...] uma necessidade da função educativa, mas [como] o único meio de, elevando-lhes em verticalidade a cultura, e abrindo-lhes a vida sobre todos os horizontes, estabelecer, entre todos, para a realização da obra educacional, uma compreensão recíproca, uma vida sentimental comum e um vigoroso espírito comum nas aspirações e nos ideais. (MANIFESTO, 2006, p. 202)

Ao lado da formação acadêmica dos professores, importante papel desempenha a formação continuada, na e pela prática, para a qual as revistas pedagógicas constituem um instrumento estratégico ou, nas palavras de Dias (2007, p. 5), “o impresso [...] desempenha

um papel importantíssimo como dispositivo de regulação e modelagem dos discursos e das práticas pedagógicas do professorado”.

Também no estado da Paraíba, os periódicos assumem centralidade na divulgação do ideário da Escola Nova, “que o Estado queria ver implantado de forma ampla e cuja divulgação deveria atingir também a sociedade, que deveria ter credibilidade nas propostas educacionais presentes nesses periódicos” (SILVA, 2008, p. 77).

Ademais e ainda em consonância com a compreensão de que as mudanças nos processos educativos demandavam transformações no quadro do Magistério paraibano, por serem os professores os principais responsáveis pela aplicação dos métodos modernos e das práticas pedagógicas, a Diretoria do Ensino Primário confere significativa ênfase à formação dos professores.

Tal ênfase compreende um investimento na publicação de periódicos educacionais, considerados como importantes veículos de formação e de orientação pedagógica para o corpo docente, como também de difusão e publicidade das reformas implementadas. Na Paraíba, à semelhança de estados como São Paulo, Paraná e Minas Gerais, esse investimento tem, na *Revista do Ensino*, sua principal objetivação.

Tais recomendações e relevância conferidas aos professores não devem obscurecer os deslocamentos, procedidos pelo ideário escolanovista, na centralidade do processo pedagógico, afirmando o aluno como o sujeito da educação e atribuindo “uma decisiva importância à atividade da criança, às suas necessidades e a tudo o que a interessa: à sua curiosidade e à sua sensibilidade, fatores fundamentais do seu desenvolvimento mental e moral” (SUCHO-DOLSKI, 1992, p. 94). Trata-se, como sintetiza Cambi (1999, p. 513), de “uma reviravolta radical na educação, colocando no centro

a criança, as suas necessidades e as suas capacidades; o fazer deve preceder o conhecer [...]”.

Tal deslocamento é clara e precisamente explicitado no já referido Manifesto dos Pioneiros, ao discorrer sobre o processo educativo, conforme podemos observar no fragmento a seguir transcrito.

A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é “modelado exteriormente” (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de “dentro para fora”, substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação. Considerando os processos mentais como “funções vitais” e não como “processos em si mesmos”, ela os subordina à vida, como meio de utilizá-la e de satisfazer as suas múltiplas necessidades materiais e espirituais. A escola, vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, “favorável ao intercâmbio de reações e experiências”, em que ela, vivendo a sua vida própria, generosa e bela de criança, seja levada “ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convém aos seus interesses e às suas necessidades. (MANIFESTO, 2006, p. 195-196)

O PROFESSOR NA *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA*

Conforme já explicitamos, nossa leitura foi referenciada nas formulações do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, segundo

as quais o professor é visto como um profissional detentor de uma boa formação, capaz de desenvolver uma prática pedagógica regida por princípios científicos.

Assim norteadas, procedemos à leitura dos onze números selecionados, constatando que, em quase todos os números, pelo menos um artigo refere-se ao professor ou ao seu papel na educação, como demonstrado no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1: CONCEPÇÃO DE PROFESSOR VEICULADA PELA *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA* (1932-1934)

Nº da Revista	Data de publicação	Título da matéria e autor	Páginas
1	Abril/1932	“Ensinar” – Osias Gomes	15-16
		“Cooperação que se impõe” – Mario Gomes	35-37
2	Julho/1932	“Principios do methodo didactico” – Monsenhor Pedro Anisio	31-34
		“A escola e o lar” – Ezilda Milanez	35-38
3	Setembro/1932	“As diretrizes da Escola Nova” – Anísio Teixeira	05-26
		“Sociedade de professores primarios”	41-42
		“Escola Nova” – Mario Gomes	43-44
		“Circulo de pais e mestres” – Silvio Campamor	55-56
4-5	Março/1933	“Filosofia pedagógica” – Pe. Carlos Coelho	
		“Cumpri o dever” – Sylvia de Pessoa	27-29
		“A Escola Nova e o professor” - Ezilda Milanez	31-33
		“Verdadeiras directrizes da educação” – S. Loureiro	45-46
6-7	Setembro/1933	--	
8-9	Março/1934	“Circulo de Pais e Mestres do Grupo Escolar Duarte da Silveira” - Silvia de Pessoa	21-23
		“Leitura analítica” - Alzira Brewel	31-34
10	Julho/1934	“Conselhos e Instruções: a ti, professor” - Junqueira Matos	03-08
11	Dezembro/1934	“Problemas do Ensino” - José Baptista de Mello	05-10

Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

A seguir, apresentamos uma visão geral de tais artigos, conferindo destaque àqueles que identificamos como mais emblemáticos da concepção – a nosso ver – assumida pela revista.

Na Revista nº 1, ano 1, de abril de 1932, no artigo intitulado “Ensinar”, de autoria de Osias Gomes, após considerar que o ensinar constitui como o maior prazer intelectual, o autor tece a seguinte apreciação: “Nos evangelhos, nenhuma pagina excede em poder comovedor àquellas em que Jesus, recostado numa collina ou à sombra dos carvalhos, ensinava aos seus discípulos as lições de resistência moral aos pecados da natureza humana” (GOMES, 1932, p. 15).

O número 2, publicado em julho de 1932, traz um texto de Ezilda Milanez², colaboradora frequente da revista, no qual, tecendo comentários acerca da relação da escola com o lar, refere-se ao seu ofício de professora, afirmando que “trabalho desinteressadamente, com o único fim de ser útil às crianças, que me são confiadas” (p. 36).

Ainda no ano de 1932, é publicado o nº 3 do periódico, em setembro de 1932, do qual consta um artigo do Padre Carlos Coelho, sob o título “Filosofia pedagógica”, cujas principais considerações sintetizamos a seguir:

Se toda obra pedagógica só é completa quando se assenta numa concepção de vida, não é de estranhar que haja uma pedagogia católica como

2 Dada a recorrente presença de textos dessa autora nos números da Revista, consideramos interessante fazermos uma ligeira apresentação dessa professora: de família religiosa, com tio padre e pais conservadores, recebe uma educação rigorosa, estudando no Colégio das Neves, em João Pessoa, onde conclui o curso Normal. Transferindo-se para Areia, dedica-se ao magistério, às obras beneficentes da casa de São Francisco e à leitura de clássicos da literatura universal. Em *A luz brilhava nas trevas* (1940), seu primeiro romance, descreve o cotidiano de uma família, tratando o sexo como elemento corruptor da moral. Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/9982/ezilda-milanez-barreto.html>>.

há uma pedagogia naturalista, socialista, nacionalista, etc.

Se a visão que o catolicismo nos oferece da vida é uma visão *total* da realidade que abarca o homem na sua realidade física, espiritual e sobrenatural, claro está que a sua pedagogia é a única pedagogia verdadeiramente humana. (...)

Aqui está um campo aberto à exploração dos nossos estudiosos. Não nos cinjamos, apenas, à investigação de métodos renovados. (COELHO, 1932, p. 60)

No mês de março de 1933, segundo ano da revista, é publicado o volume com os números 4 e 5, em que dois artigos podem ser destacados:

- a) “Cumprir o dever”, em que Sylvia de Pessoa recomenda, ao professor, conduzir, “com dedos de fada”, a criança pelo caminho do bem; educar “pelo amor, pela brandura, pelo olhar amigo, compassivo...” (PESSOA, 1933, p. 27-29);
- b) “A Escola Nova e o professor”, em que Ezilda Milanez defende a necessidade de o professor “conhecer bem os métodos, programas e processos, para que a Escola Nova atinja sua verdadeira finalidade” (p. 33). Em acréscimo, mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos professores do interior, elabora uma ponderação, com certo tom de crítica, de que:

[...] se formos esperar pelos tempos bons, talvez que não cheguem nunca e, assim, é melhor que façamos alguma coisa para melhorar a nossa condição intelectual, e afastar o não lisongeiro conceito de que gosa o professorado do interior. A não ser que prefira a vida obscura e passiva do ignorante à ativa e brilhante do sábio. (MILANEZ, 1933, p. 33)

O discurso da professora Silvia de Pessoa, “Circulo de Pais e Mestres do Grupo Escolar Duarte da Silveira”, publicado no volume que agrega os números 8 e 9, retoma a ideia de que o professor “é para os seus alunos todo carinho, amor, interesse e abnegação” (PESSOA, 1934, p. 22). E acrescenta:

A escola é a mãe carinhosa, que não sabe fazer injustiças. Ela ensina, corrige e orienta tendências, sustem os trôpegos, auxilia os fracos e faz progredir os fortes.

A escola, sabeí, é a continuação do lar.

O lar e a escola, os pais e os mestres, devem se confundir nos mesmos deveres e nos mesmos direitos. (PESSOA, 1934, p. 22)

Ainda nesse volume, a inspetora pernambucana Alzira Brewel expressa uma visão algo ufanista acerca da relevância social do professor, nos seguintes termos:

O professor deixa de ser o heróe anônimo, o tece-lão tristonho de idéias mal compreendidas, o professor deixa de ser o ponto para onde se convergem todas as críticas; ele readquire a personalidade; crê no renascimento de suas aspirações; agita-se com desenvoltura no meio social em que vive e sente-se orgulhoso de ser o melhor soldado da pátria. (BREWEL, 1934, p. 32)

Para além dos textos até o momento esquematizados, consideramos ser o número 10 da Revista, publicado em julho de 1934, aquele em que encontramos o texto mais elucidativo da concepção desse periódico acerca do professor, sintomaticamente intitulado “Conselhos e instruções: a ti, professor”, escrito por Junqueira Matos, cujas ideias principais sintetizamos a seguir, destacando, em negrito, as recomendações feitas pelo autor.

Ama a tua escola, cuidando com carinho da missão que abraçaste

O papel do educador está muito longe do de simples burocrata.

Não é com indiferentismo que conseguirás instruir os teus alunos, mas com carinho e dedicação. A tua virtude é sublime: não a disvirtues.

Aceitando o cargo de professor, assumiste um compromisso de honra perante a sociedade e a pátria. Esse compromisso não pode ser quebrado. Nem as canseiras, nem a pequena remuneração, nem o espírito irrequieto dos teus alunos, nem as desilusões, nada poderá influir no teu animo para fugires do teu dever. O Brasil espera muito de ti. És o seu maior artífice.

A tua Paraíba, que te conferiu o encargo de educador, tem os olhos voltados para ti. Honra-a com teu amor e com o teu trabalho. Não a aviltes, sendo um máu preceptor. As suas cidades, vilas, povoações, aldeias e fazendas têm no teu esforço toda a sua esperança, todo o seu orgulho. És professor e és paraibano: honra a tua profissão e engrandece o teu pequeno Estado.

Não te esqueças de que os homens de amanhã estão, hoje, sob teus cuidados. Se eles forem máus (p. 3), a ti caberá uma parcela de responsabilidade pelos seus desatinos. Ao contrario, se forem bons cidadãos, orgulhar-te-ás deles. Ama a tua escola e enobrece a teu sacerdócio. (p.4)

Sê assíduo no cumprimento dos teus deveres. Sê entusiasta. O indiferentismo é um mal e o pessimismo é um crime.

Sê estudioso. Para o bom desempenho de tuas funções, necessitas de um estudo ininterrupto.

Sê forte. O desanimo é o começo do aniquilamento.

Sê virtuoso. O teu aluno será teu próprio reflexo
Como o fôres, serão aqueles que estão sob tua guarda. Atenta bem: todo mundo em tua cidade ou tua aldeia tem os olhos voltados para ti. [...]

A missão que abraçaste exige que vivas em harmonia com toda a sociedade. Desde que te inclines para esta ou aquela facção perde a confiança das outras.

Ama a solidariedade. Os teus companheiros de profissão são os teus irmãos de ideal.

Organiza bem tua classe. Da boa distribuição dos trabalhos, depende em parte o êxito de tua missão. (JUNQUEIRA MATOS, 1934, p. 3-7)

Por fim, encerrando o período em que a revista foi dirigida pelo escolanovista José Baptista de Mello, o número 11, de dezembro de 1934, traz o discurso desse professor, proferido na abertura da 2ª Semana Pedagógica, versando sobre os problemas do ensino, em que, segundo o autor:

[...] urge olharmos com o carinho indispensável para essa figura obscura e constructora que é o professor, sem o qual é impossível o progresso de um povo.

O professorado do Estado, na humildade de suas funções e na altivez do seu temperamento, sabe distinguir dentre os homens públicos aqueles que pela honradez e trabalho fazem jús aos aplausos de um povo. (MELLO, 1934, p. 9)

O AGIR DOCENTE NA *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA*

Em concordância com Azevedo (2015), e ratificando o anteriormente afirmado, a *Revista do Ensino* da Paraíba, visando contribuir para a formação dos professores, pretendeu constituir-se como um instrumento mediador do movimento da Escola Nova e a comunidade escolar, mediante a divulgação de textos de fundamentação teórica e de matérias orientadoras de atividades a serem realizadas nas salas de aula das escolas primárias.

No tocante ao primeiro aspecto, assumem relevo as matérias voltadas a evidenciar a contribuição das diversas ciências – notadamente a psicologia – para o processo educativo, uma vez que o “movimento educacional conhecido como Escola Nova surgiu para propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 132).

Quanto ao segundo aspecto, ao qual dirigimos nosso foco, as orientações para a atuação do professor em conformidade com o ideário escolanovista abrangem desde o jardim de infância ao 5º ano do ensino primário e compreendem todas as matérias constantes do currículo escolar. Atestando a relevância desse aspecto, dos onze primeiros números da revista, aqui focalizados, dez trazem artigos com orientações ou exemplos de práticas de ensino.

QUADRO 2: ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS VEICULADAS NA *REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA* (1932-1934)

Nº da REPB	Data de publicação	Título da matéria e autor	Páginas
1	Abril/1932	“Língua Materna” – Argentina Gomes	05-06
		“Centro de Interesse: a árvore” – Maria Paulina dos Santos Coelho	25-27
		“Leitura e Recitação” – Eurydice Salles	29-30
2	Julho/1932	“Exercícios e Lições” – Maria Alexandrina de Carvalho	05-19
		“Classe Inicial: uma lição pelo processo dos cubos” - Eurydice Salles	21-23
3	Setembro/1932		
4-5	Março/1933	“Exercícios e Lições: como ensino” – Julita de Vasconcellos	03-08
6-7	Setembro/1933	“Exercícios e Lições: como ensino” – Julita de Vasconcellos	03-06
		“A Aritmética na Escola Nova: algumas sugestões práticas” – Everardo Backhenser	11-15
8-9	Março/1934	“O ensino de cálculo no jardim de infância” – Alice Azevedo Monteiro	41-47
		“Audição” – Sílvia de Pessoa	71-75
10	Julho/1934	“Educação Infantil” (da revista <i>Sul America</i>)	37-43
11	Dezembro/1934	“Uma contribuição para o jardim de infância” – Alice de Azevedo Monteiro	23-30
		“Como organizar as classes escolares” – Sílvia de Pessoa	31-42

Fonte: Revista do Ensino da Paraíba

Do inventário geral apresentado no Quadro 2, passamos a destacar alguns artigos que identificamos como mais ilustrativos das orientações para a atuação do professor em sala de aula.

Destacamos, inicialmente, a seção intitulada “Centro de Interesse: a árvore”, que se inicia com a leitura do texto “O Centenário”, escrito por Coêlho Netto, sequenciado de orientações para o trabalho didático nas diversas disciplinas e, por fim, arrematado pelo conselho: “Cada vez que se cortar uma árvore, deve-se plantar outra” (COELHO, 1932, p. 27). Por dizerem respeito, mais estreitamente, ao aspecto abordado nesse item, transcrevemos, a seguir, as orientações apresentadas.

LINGUA MATERNA

Lêr e copiar o trecho acima. Conjuguar no presente do indicativo, no imperativo e no futuro do subjuntivo os verbos do segundo paragrapho. Substituir as expressões: *sem folhas, mastro colossal, broca profunda, samambaias caprichosas, minado pelo tempo.*

ARITHMETICA

Um homem resolveu construir uma casa; para tal economizou 5:600\$000; comprou madeira no valor de 3:656\$000. Com o que sobrou, comprou 1.867 varas a \$700 cada uma e plantas no valor de 380\$200. Quanto lhe resta?

GEOGRAPHIA

A madeira: um dos grandes factores econômicos de um paiz.
Vegetação de clima frio, temperado e quente.

CHOROGRAPHIA

As grandes florestas do Brasil. A seringueira, os pinheiros, a carnaubeira, o cedro, o juazeiro, o

pau-ferro, o pau-Brasil, o pau d’arco, o louro, a massaranduba, a aroeira, o gitahy, a sucupira, a mangabeira, etc.

HISTORIA NATURAL

Reino a que pertencem as arvores. Arvores fructíferas. Partes principaes de uma planta. Folhas simples e compostas. Os arbustos. As parasitas. Os cipós. **Excursão a uma floresta.**

HYGIENE

Utilidade das arvores. Papel que estas representam na saúde individual. Vida do campo. Como as arvores protegem as fontes. Plantas medicinais.

HISTORIA DO BRASIL

Falar do descobrimento do Brasil, pondo em relevo a origem do nome:Brasil.

TRABALHOS MANUAES

Recortar uma arvore e intercalal-a n’uma paisagem, em que exista um vasto campo.

DESENHO

Desenhar uma arvore frondosa. (COELHO, 1932, p. 25-27, itálicos do original e negritos desta citação)

Destacam-se, no excerto ora transcrito, dois aspectos que vão se constituir em uma tônica nas matérias dedicadas às orientações didáticas: de um lado, o estilo sobremaneira descritivo, minudenciando conteúdos e atividades a serem desenvolvidos, de modo que as orientações revestem-se de um cunho prescritivo. De outro, a mescla de elementos da denominada pedagogia tradicional e do escolanovismo, com ampla predominância da primeira, uma vez que os conteúdos e as explicações do professor preponderam sobre os métodos ativos que impliquem o conhecimento da realidade:

nessa direção, exemplar é a proposta da “excursão a uma floresta”, na disciplina História Natural.

Na Revista nº 2, em quinze páginas, a seção “Exercícios e Lições” apresenta “indicações para o ensino”, da denominada “classe de analfabetos” ao sexto ano. Nela, as recomendações feitas à professora – o gênero é claramente explicitado – circunscrevem-se ao âmbito atitudinal, destacando-se o bom comportamento dos alunos, o relacionamento amável da turma, a organização da sala, a higiene no espaço escolar, bem como o respeito às autoridades escolares (diretores, professores e funcionários).

Já em relação aos demais anos do primário, predominam as indicações relativas ao ensino da língua materna: cópia, leitura e recitação, construção de frases e ditados. Em seguida, para o ensino de aritmética, apenas são apresentados problemas envolvendo as operações aritméticas. Os conteúdos de História do Brasil vêm apresentados em poemas, sem orientação acerca do como serão trabalhados em sala de aula.

Culminando os estudos indicados, é recomendado fazer uma excursão, “uma visita a um jardim. Mandar que os alunos mencionem os nomes das flores existentes. Dizer a cor de cada uma. Examinar se têm perfume. Mostrar as partes de cada flor” (CARVALHO, 1932, p. 19).

Na Revista nº 4-5, o artigo “Exercícios e Lições: como ensino” aborda, exclusivamente, linguagem e matemática. Quanto à primeira, permanece a orientação metodológica anteriormente adotada, sendo indicadas, conforme os anos de ensino, atividades de leitura, recitação, cópia e ditado. Quanto à matemática, as indicações voltam-se ao ensino dos números e contagem. Consideramos, como digno de nota, o fato de essas indicações – tanto as referentes

à linguagem quanto à matemática – serem apresentadas, passo a passo (1º e 2º passos), como relato da experiência da professora, que informa, logo no início do texto: “nos quinze primeiros dias de aula, entretenho a meninada com ligeiras palestras” (VASCONCELOS, 1933a, p. 3). Assim, todo o texto reproduz essas “ligeiras palestras”, assemelhando-se a um roteiro a ser reproduzido, pelos professores, em sua prática docente.

Esse relato tem sequência no número imediatamente posterior da *Revista do Ensino*, em que a autora descreve o 3º passo do seu modo de ensinar Linguagem e Matemática, mantendo a mesma estrutura textual, como demonstra o excerto a seguir transcrito, correspondente ao início do artigo.

Depois de uns três ou quatro meses de aula, a criança terá conhecimento de grande numero de palavras.

Começo então a ensinar-lhe as sílabas, assim:

– Lenita, mostre nesta historinha de Alice a palavra boneca.

– Reparem, vocês todos, de quantas vezes eu digo esta palavra: bo-ne-ca.

– De três.

– Muito bem. Vocês notam três sons diferentes

– o 1º *bo*, o 2º *ne* e o 3º *ca*. (VASCONCELOS, 1933b, p. 3, *italico no original*)

Para além do anteriormente comentado acerca da seção “Centro de Interesse: a árvore”, o destaque ora apresentado acrescenta, como forte indutivo da prática docente do professor leitor da revista, o minudente relato de experiência bem-sucedida, desenvolvida por uma professora experiente. Não parece desmedido inferir que os professores menos experientes tenderiam a assimilar essa experiência como um guia prático de ação.

No número 8-9, o artigo “Audição” possui objetivos claros. A revista induz à utilização de um objeto que represente um ouvido com a finalidade de exemplificar a higiene necessária ao ouvido. São dispostas três lições sequenciadas que abordam: o que é a audição; a estrutura do canal auditivo e a higiene do ouvido. As três lições são apresentadas para a professora como maneira de auxiliar o aluno na aprendizagem mais efetiva em sala de aula.

Por fim, destacamos um artigo do último número aqui em análise, “Uma contribuição para os jardins da infância”, cuja autora sugere ser ele “[...] ideal para os meses de fevereiro a agosto” (MONTEIRO, 1934, p. 24), ratificando a postura metodológica a ser seguida pelo docente. Nesse artigo, o ensino para os jardins de infância também estão presentes no espaço rural, assim os tópicos que estruturam essa seção correspondem ao ensino nesse ambiente. O tema predominante é a mandioca e os aspectos levantados são: a arranca; o preparo do terreno; a visita a uma casa de farinha; e a conservação e construção de uma casa de fazer farinha. Também é mencionado, para facilitar esse ensino, o uso de canções e lendas, sem qualquer indicação de alguma atividade que propicie o conhecimento, por parte dos alunos, da lavoura da mandioca ou de uma casa de farinha, tão familiar às crianças da zona rural de várias mesorregiões paraibanas, conforme preconizado pelo ideário escolanovista.

CONSIDERAÇÕES

Conforme os fragmentos dos textos citados permitiram perceber, o exame dos onze números da *Revista do Ensino* ensejou

algumas constatações, no que concerne à concepção de professor disseminada nessa revista: de forma explícita ou subliminar, tal concepção de professor diverge radicalmente daquela preconizada pelos escolanovistas, identificando-se, contraditoriamente, à disseminada pela pedagogia católica tradicional.

Desse modo, em lugar de um profissional caracterizado pela competência para aplicar os novos métodos de ensino, o professor é definido por características como abnegação, bondade, dedicação, entusiasmo, honradez, civismo e, principalmente, como um ser virtuoso e vocacionado, cuja “nobre missão” é, substituindo os pais, amparar os alunos, neles desenvolvendo o caráter do futuro homem. Trata-se, pois, de uma afinidade de pensamento que permite cogitar-se a hipótese de não se ter verificado, na Paraíba, mesmo no início da década de 1930, um ruptura dos escolanovistas com o pensamento católico, como em outros Estados do país.

Também quanto ao segundo aspecto aqui abordado, a concepção do processo didático, parece-nos que o ideário escolanovista não consegue hegemonia, uma vez que se observa a permanência da ênfase ao conteúdo, criticada pelos expoentes da Escola Nova, em detrimento da adoção dos métodos ativos e do respeito ao interesse da criança, por eles defendidos. Constituem exceções as propostas de excursões e a de construção da casa de farinha, uma vez que, mesmo quando lançam mão de poemas, músicas ou literatura, a lógica é a do ensino do conteúdo, configurando uma abordagem pedagógica da arte e da literatura.

Por fim, conforme entendemos, as “indicações” disseminadas pela revista assemelham-se, muito mais, a prescrições, assumindo um caráter modelador da prática docente, do que constituem um exemplo nítido os textos “Exercícios e Lições: como ensino”. Desse

modo, contraditoriamente, em lugar de contribuir para a formação, o periódico poderia concorrer para reforçar o senso comum de que, ao professor dos anos iniciais da escolarização, apenas cabe o papel de executor das políticas e dos programas elaborados sem sua participação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. VIDAL. Diana Gonçalves (Org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. (Coleção Memória da Educação)

AZEVEDO, Meryglauca Silva. **A Educação da Infância: uma leitura na Revista do Ensino da Paraíba (1932-1934)**. João Pessoa, PB: Temas em Educação – Dossiê: imprensa, história e educação. UFPB, 2015.

BREWEL, Alzira. Leitura analítica. **Revista do Ensino**, n. 8-9, ano 3, mar. 1934. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 31-34.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 701 p.

CARVALHO, Maria Alexandrina de. Exercícios e Lições. **Revista do Ensino**, n. 2, ano 1, jul. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 5-19.

COELHO, Maria Paulina dos Santos. Centro de Interesse: a árvore. **Revista do Ensino**, n. 1, ano 1, abr. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 25-27.

COELHO, Padre Carlos. Filosofia pedagógica. **Revista do Ensino**, n. 3, ano 1, set. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 57-60.

DIAS, Enéias Borges. Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação. VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande, 2007. 20 p. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/REVISTA%20ESCOLA%20NOVA%20_1930-931_%20UM%20ESTUDO%20SOBRE%20O%20TECNICISMO%20E.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

ESTADO DA PARAÍBA. Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932. **Revista do Ensino**, v. 1, n. 2, jul. 1932.

GOMES, Osias. Ensinar. **Revista do Ensino**, n. 1, ano 1, abr. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 15-16.

JUNQUEIRA MATOS. Conselhos e Instruções: A ti, professor. **Revista do Ensino**, n. 10, ano 3, jul. 1934. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 3-8.
MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago. 2006, p. 188-204.

MELLO, José Baptista. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Biblioteca Paraibana, 1996. 202 p.

_____. Problemas do Ensino. **Revista do Ensino**, n. 11, ano 3, dez. 1934. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 5-10.

MILANEZ, Ezilda. A escola e o lar. **Revista do Ensino**, n. 2, ano 1, jul. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 35-38.

_____. A Escola Nova e o professor. **Revista do Ensino**, n. 4-5, ano 2, mar. 1933. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 31-33.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Uma contribuição para o jardim de infância. **Revista do Ensino**, n. 11, ano 3, dez. 1934. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 23-30.

PESSÔA, Sylvia de. Cumpri o dever. **Revista do Ensino**, n. 4-5, ano 2, mar. 1933. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 27-29.

_____. Circulo de Pais e Mestres do Grupo Escolar Duarte da Silveira. **Revista do Ensino**, n. 8-9, ano 3, mar. 1934. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 21-23.

REVISTA DO ENSINO, ano 1, n. 1, abr. 1932. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. 96p.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre Escola Pública e Escola Privada. **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, n. 22, p.131-149, jun. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009, p. 143-155.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A Pedagogia a as grandes correntes filosóficas**: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. 134 p. (Biblioteca do Educador, 18).

SILVA, Rosana Nogueira da. **O movimento educacional escolanovista e a geografia como disciplina escolar**: permanências e mudanças. Dissertação (Mestrado) UFPB/CCEN. João Pessoa, 2008. 82p.

VASCONCELLOS, Julita de. Exercícios e Lições: como ensino. **Revista do Ensino**, n. 4-5, ano 2, mar. 1933a. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 3-8.

_____. Exercícios e Lições: como ensino. **Revista do Ensino**, n. 6-7, ano 2, set. 1933b. Imprensa Oficial da Paraíba. João Pessoa. p. 3-6.

Formato 15x21 cm
Tipologia Adobe Garamond Pro
Nº de Pág. 175

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

